

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ORGANIZACIONAL
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO ORGANIZACIONAL

BRUNA BORGES DE OLIVEIRA GAMA

**DETERMINANTES DA EVASÃO UNIVERSITÁRIA E IMPACTO NO GASTO
PÚBLICO**

UBERLÂNDIA
2018

BRUNA BORGES DE OLIVEIRA GAMA

DETERMINANTES DA EVASÃO UNIVERSITÁRIA E IMPACTO NO GASTO PÚBLICO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Organizacional.

Linha de Pesquisa: Gestão Pública

Orientador: Prof. Dr. Vinícius Silva Pereira

**UBERLÂNDIA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

G184d
2018 Gama, Bruna Borges de Oliveira, 1992-
Determinantes da evasão universitária e impacto no gasto público
[recurso eletrônico] / Bruna Borges de Oliveira Gama. - 2018.

Orientador: Vinícius Silva Pereira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.579>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Administração. 2. Ensino superior. 3. Evasão escolar. 4. Ensino superior - Administração. I. Pereira, Vinícius Silva, 1982-, (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional. III. Título.

CDU: 658

BRUNA BORGES DE OLIVEIRA GAMA

DETERMINANTES DA EVASÃO UNIVERSITÁRIA E IMPACTO NO GASTO PÚBLICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Organizacional, curso de Mestrado Profissional da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão Organizacional.

Uberlândia, 24 de Agosto de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Vinícius Silva Pereira, UFU/MG

Prof. Dr. José Eduardo Ferreira Lopes, UFU/MG

Prof. Dr. Serigne Ababacar Cissé Ba, UFG/GO

Dedico este trabalho ao **Bom Pastor** (João 10.11) que até aqui me sustentou, dando-me sabedoria, paciência e resiliência. Minha vitória é Tua.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao Autor da Vida que me concedeu esta oportunidade e deu-me forças para enfrentar esta jornada.

Ao meu querido esposo, Marco Tulio, sempre tão atencioso e gentil. Esteve comigo desde o dia da inscrição no processo seletivo até o findar desta caminhada. Obrigada por ter feito do meu sonho o seu sonho. Minha gratidão e admiração por tudo que você se tornou.

Aos meus pais, Delson e Elida, minha eterna gratidão. Desde o princípio, sempre acreditaram em mim e nunca mediram esforços em prol dos meus sonhos. Mãe, não é que sua profecia se cumpriu? Sim, eu ingressei na Universidade Federal de Uberlândia pelas portas da frente. O mérito é todo de vocês.

À minha alma gêmea, Jessica, minha irmã de sangue, alma e coração, que, em todos os momentos da minha vida, esteve ao meu lado. Estendo meus agradecimentos ao meu cunhado, Rodney, pelo carinho e amizade.

A toda a minha família e amigos, pelo carinho e apoio incondicional. Família e amigos são bênçãos do Senhor.

A todos os meus amigos da UFU Campus Monte Carmelo, pelo incentivo e carinho. E, especialmente, ao Prof. Bruno e ao Ricardo Pinheiro por me apoiarem e conduzirem com maestria as demandas da Assessoria nos momentos da minha ausência.

Ao Professor Vinicius Silva Pereira, pois, desde o dia em que o convidei para ser meu orientador, tive a certeza de que fiz uma excelente escolha. Obrigada, Vinicius, por todo carinho, gentileza e amizade! Se a UFU tivesse mais profissionais como você, certamente, ali seria um ambiente mais humano e feliz. Minha eterna gratidão por fazer meu sonho se tornar realidade.

À Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN-UFU), em que incluo todos os docentes e colaboradores que, direta e indiretamente, contribuíram na minha formação. Recebam minha sincera gratidão. Aos membros da banca, Prof. José Eduardo e Prof. Serigne, obrigada pelas importantes considerações e por compartilhar de seus preciosos conhecimentos neste trabalho.

À segunda turma do mestrado profissional do PPGO – UFU pelos valiosos momentos que passamos juntos.

A todos os professores que passaram por minha vida e deixaram suas marcas registradas em meu coração.

Quando caminhamos de mãos dadas, chegamos mais longe. Todos vocês fazem parte da minha história.

RESUMO

Um dos grandes problemas vivenciados pelas instituições de ensino superior se refere aos altos índices de evasão escolar universitária. A evasão universitária pode ser compreendida como a saída do aluno da instituição antes da conclusão do curso, resultando nesse abandono em significativas perdas financeiras, sociais e acadêmicas, além do fato de que a desistência do curso de graduação gera desperdício dos recursos públicos. Por isso, esse tem se tornado um tema preocupante e de grande importância no contexto acadêmico. Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é identificar os determinantes da evasão escolar universitária sob a perspectiva do evadido e estimar o impacto dessa evasão no gasto público na Universidade Federal de Uberlândia. Para isso, em primeiro momento, foi analisada toda a literatura acerca dessa temática a fim de identificar as principais variáveis que podem influenciar na decisão do aluno de evadir ou não do curso de graduação. A coleta de dados desta pesquisa foi obtida por meio da aplicação de questionários, tendo sido esses elaborados com base nos determinantes da evasão universitária segundo a literatura analisada no trabalho. A análise dos dados foi realizada em duas fases: estatística descritiva e a estatística multivariada. Os resultados da pesquisa revelam que as variáveis que mais influenciaram a evasão escolar universitária na Universidade Federal de Uberlândia foram: os motivos institucionais, a opção por outro curso, o apoio de amigos, o descontentamento com o curso e a futura profissão, a sala de aula, o corpo docente, o transporte para a universidade e os problemas de ordem pessoal. No que tange ao impacto da evasão universitária no gasto público, foi realizada uma triangulação de diversas fontes de dados. Os resultados desta pesquisa apontam que as perdas econômicas da UFU em função da evasão escolar universitária, para o período analisado, giram em torno de R\$ 1 bilhão de reais. No período analisado, 22340 alunos abandonaram o curso antes do término. Além de prejuízos econômicos, a evasão escolar universitária gera prejuízos sociais. Para a aplicabilidade deste estudo, sugerimos à Universidade Federal de Uberlândia algumas soluções intelectuais que possam contribuir para a redução dos índices de evasão, tais como: orientação vocacional, atenção especial aos alunos ingressantes, acompanhamento e suporte aos alunos dos períodos iniciais, maior divulgação dos serviços prestados à comunidade discentes, dentre outros. Esperamos que este estudo seja um instrumento que contribua para as discussões sobre essa temática que tem significativa importância para a educação superior. Como produto tecnológico, construiu-se um planejamento de um workshop a ser realizado no segundo semestre de 2018.

Palavras-Chave: Ensino Superior. Evasão. Custo da Evasão.

ABSTRACT

One of the major problems experienced by higher education institutions is the high rates of university dropout rates. University dropout can be understood by the student leaving the institution before the course ends, this abandonment results in significant financial, social and academic losses. In addition to the fact that the dropping of the undergraduate course generates wastage of public resources. For this reason, they have become a matter of concern and of great importance in the academic context. For this reason, the objective of this research is to identify the determinants of university school dropout and the impact of this evasion on public spending at the Federal University of Uberlândia. For this, in the first moment, all the literature of this subject was analyzed in order to identify the main variables that can influence in the decision of the student to evade or not of the course of graduation. The data collection of this research was obtained through the application of questionnaires and these were elaborated based on the determinants of university avoidance according to the literature analyzed in the study. Data analysis was performed in two phases: descriptive statistics and multivariate statistics. The results of the research reveal that the variables that most influenced university dropout at the Federal University of Uberlândia were: institutional reasons, the choice of another course, the support of friends, discontent with the course and future profession, classroom, faculty, transportation to university and personal problems. With regard to the impact of university evasion on public spending, a triangulation of several data sources was carried out. The results of this research indicate that the economic losses of UFU due to university school dropout, for the analyzed period, are around R \$ 1 billion. In the analyzed period 22340 students left the course before the end. In addition to economic losses, university school dropout, generates social losses. For the applicability of this study, we suggest to the Federal University of Uberlândia some intellectual solutions that may contribute to the reduction of evasion rates, such as: vocational orientation, special attention to incoming students, follow-up and support to students from the initial periods, services provided to the student community, etc. We hope that this study will contribute to the discussions on this topic of significant importance to higher education. As a technological product, a workshop was planned to be held in the second half of 2018.

Keywords: Higher education. Evasion. Cost of Evasion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Principais Causas de Evasão.....	21
Figura 2: Variáveis Determinantes na Evasão Universitária.	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Políticas públicas educacionais voltadas ao Ensino Superior.....	26
Quadro 2:	Trabalhos acadêmicos sobre evasão.....	38
Quadro 3:	Fatores determinantes da evasão universitária.....	45
Quadro 4:	Protocolo da pesquisa.....	53
Quadro 5:	Resultados dos Indicadores da Decisão TCU 408/2002.....	86
Quadro 6:	Matriz de Amarração.....	91
Quadro 7:	Fórmula da perda anual.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Dados PNUD 2013.....	34
Tabela 2:	Dados PNUD 2015.....	34
Tabela 3:	Os 30 cursos com maiores índices de evasão na UFU.....	54
Tabela 4:	Número de evadidos nos Campi fora de sede.....	56
Tabela 5:	Evasão na UFU.....	57
Tabela 6:	Relação entre Ingresso e Evasão – por ano.....	58
Tabela 7:	Formas de Evasão na Universidade Federal de Uberlândia	59
Tabela 8:	Evasão nos tipos de cursos ofertados pela UFU.....	60
Tabela 9:	Perfil da amostra: Sexo.....	62
Tabela 10:	Perfil da amostra: Faixa etária.....	62
Tabela 11:	Perfil da amostra: Atividade remunerada.....	64
Tabela 12:	Perfil da amostra: Período de desistência.....	65
Tabela 13:	Dados INEP/MEC.....	92
Tabela 14:	Taxa de Sucesso na Graduação.....	93
Tabela 15:	Custo Corrente com aluno.....	94
Tabela 16:	Investimento anual com os alunos da graduação.....	95
Tabela 17:	Tempo de permanência do aluno na UFU.....	97
Tabela 18:	Perda anual causada pela evasão universitária na UFU (com HU).....	98
Tabela 19:	Perda anual causada pela evasão universitária na UFU (sem HU).....	99
Tabela 20:	Orçamento anual da Universidade Federal de Uberlândia.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
AbraEAD	Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância
CEP	Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria Geral da União
DIREN	Diretoria de Ensino
EAD	Educação a Distância
FIES	Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
HU	Hospital Universitário
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IGP-M	Índice Geral de Preço de Mercado
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC	Ministério da Educação
PIDE	Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão
PPA	Plano Plurianual
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SPELL	<i>Scientific Periodicals Electronic Library</i>
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	14
1.1 Problema de pesquisa.....	17
1.2 Objetivos.....	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.3 Justificativas.....	18
1.4 Estrutura da Dissertação	20
2 CAPÍTULO 2 – DETERMINANTES DA EVASÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	21
2.1 INTRODUÇÃO	21
2.2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.2.1 Políticas Públicas.....	22
2.2.2 Políticas Públicas Educacionais	25
2.2.3 Evasão Escolar no Ensino Superior	31
2.2.4 Evasão escolar no âmbito internacional	33
2.2.5 Principais fatores da evasão universitária	36
2.2.6 Estudos empíricos sobre evasão.....	37
2.2.7 Fatores determinantes da evasão universitária, segundo a literatura	40
2.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	47
2.3.1 Percurso Metodológico	47
2.3.2 Técnicas de coleta e análises dos dados	50
2.4 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	53
2.4.1 Mensuração da Evasão Universitária nos cursos da UFU.....	54
2.4.2 Determinantes da Evasão na Universidade Federal de Uberlândia.....	61
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
3 CAPÍTULO – O IMPACTO DA EVASÃO UNIVERSITÁRIA NO GASTO PÚBLICO	73
3.1 INTRODUÇÃO	73
3.2 REFERENCIAL TEÓRICO	74
3.2.1 Administração Pública, Orçamento Público e Responsabilidade Fiscal	74
3.2.2 Transparência, Controle Social e Participação Popular	79
3.2.3 Gestão de Custos na administração pública	80
3.2.4 Ensino superior, custo do aluno universitário, custo da evasão universitária	83

3.2.5 Evasão na Universidade Federal de Uberlândia.....	87
3.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	88
3.3.1 Classificação da Pesquisa.....	89
3.3.2 Técnica de Coleta de Dados	89
3.3.3 Análise dos Dados	91
3.4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	92
3.4.1 Relação de matrículas, ingresso e concluintes	92
3.4.2 Evolução dos custos com alunos	94
3.4.3 Prejuízos econômicos causados pela evasão	96
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
4 CONCLUSÃO GERAL	104
5 APLICABILIDADE DA PESQUISA	106
6 REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE A	128
APÊNDICE B	129
APÊNDICE C	137

1 INTRODUÇÃO GERAL

A educação é considerada essencial à humanidade, pois, por meio dela, os cidadãos passam a ter oportunidades e trabalhos melhores, podendo, assim, participarem ativamente na vida social, bem como terem mais acesso aos conhecimentos sobre seus direitos e deveres e, conseqüentemente, usufruir deles plenamente. É considerado como direito essencial o acesso à educação, existindo leis e normas que a regem. A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Artigo 205, determina que “a educação é direito de todos e dever do estado e da família” (BRASIL, 1988, p. 177).

O Brasil vem se tornando um país dinâmico e competitivo, portanto o conhecimento é de fundamental importância e fator decisivo na competição global. Quando se investe em conhecimento, é possível afirmar que se investe em pessoas, conseqüentemente, em aprendizagem, podendo essa ser definida como um processo pelo qual ocorre mudança de comportamento, que é fruto do ensino aprendizagem (MINICUCCI, 1995). Outros autores, como Zanelli et al. (2004), definem aprendizagem como sendo as mudanças que ocorrem no comportamento do indivíduo resultante de suas maturações e interação com o contexto. Uma das formas de se adquirir conhecimento é pelo ensino superior.

O ensino superior surgiu no Brasil em 1550, na Bahia, e foi criado pelos Jesuítas, porém, a criação oficial da primeira universidade foi em Manaus, no ano de 1909, tendo a mesma encerrado suas atividades em 1926. Em 1920, foi criada a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro e, em 1927, foi fundada a Universidade de Minas Gerais (CUNHA, 2000).

O Ensino Superior é essencial para que se obtenha sucesso no mercado de trabalho, uma vez que as empresas buscam profissionais preparados e qualificados, sendo, atualmente, imprescindível que o profissional tenha um diploma de curso superior (ASSIS, 2013).

Inicialmente, a educação não se estendia para as classes menos afortunadas, sendo os cursos superiores destinados a membros da família real para manter a fidelidade à classe dominante. A partir de 1960, intensificou-se a expansão do Ensino Superior, buscando-se torná-lo menos elitizado (SCHUCH, 1998; BAGGI; LOPES, 2011).

Entre o período de 1930 a 1964, começaram a surgir as discussões referentes aos problemas das universidades brasileiras. Os universitários, por sua vez, aderiram às lutas em prol da reforma universitária, auxiliando e participando de seminários, encontros e greves com o intuito de que a reforma se concretizasse (SCHUCH, 1998). Tal reforma tinha como um dos seus propósitos que as universidades se modernizassem e que tanto jovens de classe média quanto trabalhadores assalariados tivessem oportunidade de ingresso na instituição (BAGGI; LOPES, 2011). A Lei nº 5.540/68 (BRASIL, 1968), que estabeleceu a reforma universitária, foi ampla e profunda, provocando mudanças na estrutura dos cursos superiores no Brasil (SCHWARTZMAN, 2001). Nesse contexto, entende-se que é necessária a mobilização e criação de pensadores e de seres humanos capazes de transformar a sociedade, pois é por meio da capacidade proativa dos cidadãos que um país e suas organizações tornam-se competitivas no mundo globalizado (ZAMBERLAN; POZZOBON, 2010).

Ainda sobre o ensino superior, pode-se inferir que o mesmo é bastante diversificado, com instituições públicas federais, estaduais, municipais e privadas, além de diversos cursos e programas envolvendo diversos níveis de ensino, da graduação à pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. E, com o avanço tecnológico, surgiu também a modalidade de Educação a Distância (EAD), que é oferecida por várias Instituições de Ensino Superior (BARROS, 2015). A educação superior brasileira é hoje considerada uma referência entre os países em desenvolvimento e encontra-se regulamentada na Constituição Federal de 1988 (CF/88) (BRASIL, 1988), bem como na Lei nº. 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) (BRASIL, 1996), além de ser também regida por um abrangente conjunto de decretos, regulamentos e portarias complementares. A expansão e o crescimento das universidades são alguns dos fatores que podem ter gerado um problema que pode causar impactos na sociedade, que é a evasão de alunos.

O termo evasão pode ser considerado, segundo Gaioso (2005), como a interrupção dos estudos, o que é algo complexo. Outros autores, como Kira (2002), definem a evasão na educação superior como sendo a perda ou fuga de alunos da universidade, podendo também ser conceituada como a retirada do aluno da instituição antes da conclusão de seu curso (BAGGI; LOPES, 2011).

As pesquisas e a preocupação com os índices de evasão se institucionalizaram a partir do “Seminário sobre evasão nas universidades brasileiras”, consolidando-se com a

criação da Comissão Especial para o Estudo da Evasão pela Secretaria de Educação Superior/Ministério da Educação e do Desporto (Sesu/MEC) no ano de 1995. Essa comissão tinha como membros representantes das instituições federais de ensino superior e representantes do Ministério da Educação - MEC. Ao final desse estudo, em 1997, foi realizado e apresentado um relatório, contribuindo significativamente e sendo de grande avanço para as instituições de ensino superior. Esse trabalho objetivou construir uma metodologia para ser utilizada em distintas instituições para determinar a evasão (PEREIRA, 1997; KIPNIS, 2000).

Nos últimos anos, é grande o número de estudantes que ingressam no Ensino Superior, no entanto, nem sempre os mesmos conseguem permanecer até o final dos cursos (ANDRIOLA, 2004). De 1990 a 2016, houve um salto de 918 para 2.407 instituições de ensino superior, porém é elevada a porcentagem de indivíduos ingressantes que abandonam ou trancam suas matrículas (INEP, 2016). A esse respeito, Bardagi e Hutz (2009) ressaltam que houve intensificação das pesquisas sobre esse tema a partir de 1995, mas o assunto ainda necessita de mais estudos.

A evasão no âmbito acadêmico é preocupante, pois acarreta consequências na sociedade, sendo elas: acadêmicas, sociais e econômicas, comprometendo o aluno evadido e a sociedade em que ele está inserido, além de impactar nas instituições de ensino (BUENO, 1993). Assim, esse tema tem sido investigado e tornou-se objeto de estudos que visam a aprofundar na análise das causas e dos impactos advindos da desistência de estudantes nos sistemas de ensino, sendo os principais autores na literatura que tratam da evasão os seguintes: Tinto (1996, 1997), Ristoff (1999), Hotza (2000), Polydoro (2000), Andriola (2004), Biazus (2004), Gaioso (2005), Martins (2007), Baggi (2010) e Costa (2010).

Além disso, é importante analisar o custo da evasão universitária, pois ela consiste em um fenômeno indesejável em qualquer universidade por gerar vagas ociosas e desperdício de dinheiro público (ASSUNÇÃO; SOARES; CALDEIRA, 2000).

Dada a importância dessa temática, Menezes Filho (2007) aponta que uma educação de qualidade é capaz de impactar em distintos aspectos, dentre eles: desenvolvimento, inclusão social e crescimento econômico. Sendo assim, a administração pública alcança seu objetivo quando, além de oferecer aos cidadãos eficiência e qualidade, ainda possibilita a igualdade social (AZEVEDO; BURGOS, 2014). Nesse

sentido, Rajkumar e Swaroop (2008) afirmam que os gastos públicos são essenciais para ofertar serviço público de qualidade e suplementar as carências da população.

Nessa lógica, é necessário que os órgãos públicos se preocupem com a gestão dos recursos públicos, desenvolvendo estratégias com a perspectiva de verificar o custo de um discente na instituição para que seja possível identificar a eficácia e a utilização do dinheiro público (MAGALHAES et al., 2010; BROIETTI; CHIARELLI, 2016).

Em um contexto geral, dados recentes do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018) revelam os altos índices de evasão. Um estudo feito pelo INEP analisou a trajetória dos alunos que ingressaram na faculdade em 2010, sendo 84% desses alunos da rede privada (1.161.836) e 16%, da rede pública (230.750). Desses estudantes, 56% não se formaram no curso em que se matricularam originalmente, correspondendo a 1.392.586 estudantes evadidos, apenas 34% concluíram a graduação e 10% ainda permaneciam no curso em 2015. O maior número de desistência foi registrado no 2º ano do curso.

Em vista disso, este trabalho almeja relacionar importantes aspectos que devem ser examinados pela sociedade, tais como: os principais fatores determinantes da evasão universitária em uma instituição de ensino e as consequências da evasão no gasto público.

Tendo apresentado o contexto do tema da pesquisa, passamos a expor a questão que orienta o presente estudo.

1.1 Problema de pesquisa

Diante do exposto, os problemas de pesquisa do presente estudo foram delineados de forma a estabelecer as seguintes questões:

- 1 - quais os determinantes da evasão universitária na Universidade Federal de Uberlândia – UFU sob a perspectiva dos evadidos e sua influência no tempo de permanência do aluno evadido?
- 2 - qual a estimativa de impacto financeiro da evasão no gasto público?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar e analisar os determinantes da evasão universitária sob a perspectiva dos evadidos e sua influência no tempo de permanência do aluno evadido, bem como estimar o impacto financeiro da evasão no gasto público.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com a finalidade de atingir o objetivo geral deste trabalho, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- Mensurar a evasão universitária dos cursos da Universidade Federal de Uberlândia no período de 2006 a 2017 e identificar seus determinantes.
- Estimar o impacto financeiro da evasão universitária no gasto público da Universidade Federal de Uberlândia, no período de 2006 a 2017, e propor uma solução para o problema evidenciado.

1.3 Justificativas

Primeiramente, esta pesquisa pretende contribuir com as discussões derivadas de diversas pesquisas no campo da evasão universitária. Bardagi e Hutz (2009) afirmam que a evasão no ensino superior é um fato em propagação e são poucos os estudos sobre as características da evasão e suas consequências. Ao realizar uma busca na biblioteca eletrônica *Scientific Periodicals Electronic Library – Spell*, que concentra a produção científica das áreas de Administração, Contabilidade e Turismo, foram encontrados apenas 10 artigos que têm como palavra-chave a evasão. Desses trabalhos, apenas quatro são estudos referentes à evasão universitária.

Cunha, Nascimento e Durso (2016) asseveram que a desistência de um curso de graduação é uma das formas de desperdício dos recursos financeiros que poderiam ser aplicados em outras atividades. Nesse sentido, outra justificativa se refere ao impacto financeiro da evasão no gasto público, visto que os altos índices de evasão nas universidades federais podem gerar grandes perdas para a sociedade.

No que tange ao gerenciamento dos recursos públicos, Rajkumar e Swaroop (2008) afirmam que o gerenciamento do recurso público é fundamental para a eficiência dos gastos públicos. Os autores ressaltam ainda que os gastos públicos com educação influenciam positivamente nos resultados dos países que são governados com eficiência.

Visto que grande parte das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES vêm passando por contingenciamento financeiro, torna-se de suma importância o gerenciamento eficaz dos recursos públicos.

Para este estudo, foi escolhida a Universidade Federal de Uberlândia, tendo em vista a sua relevância por ser o principal centro de referência em ciência e tecnologia de uma ampla região do Brasil Central, que engloba o Triângulo Mineiro, o Alto Paranaíba, o Noroeste e parte do Norte de Minas, o Sul e o Sudoeste de Goiás, o Norte de São Paulo e o Leste de Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso (UFU, 2016). Além disso, soma-se o fato de esta pesquisadora estar cursando o mestrado profissional na referida universidade e, assim, atender a um dos objetivos do programa, que consiste em “atuar com foco em problemas práticos na produção de material intelectual/tecnológico, no âmbito da gestão organizacional de modo a contribuir com o desenvolvimento das organizações em suas diversas funções”.

O período de análise deste trabalho, a partir de 2006, é justificado pelo fato de que, nesse ano, ocorreu a primeira expansão da Universidade Federal de Uberlândia com a criação do Campus Pontal, situado em Ituiutaba. Posteriormente, foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que teve por objetivo proporcionar às universidades federais as condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior.

Sampaio et al. (2011) afirmam que, nas universidades públicas, quando o aluno permanece na universidade, mantém a matrícula e não frequenta o curso, retarda-se a evasão e gera maior custo para a instituição. Nesse sentido, justifica-se a relevância de identificar quais determinantes da evasão escolar universitária interferem no tempo de permanência no curso, pois, quanto mais tempo o aluno permanece na universidade, maiores os custos e os problemas causados pela evasão.

Espera-se com este trabalho desenvolver uma solução intelectual que contribua para a minimização do problema de evasão na Universidade Federal de Uberlândia, proporcionando aos gestores da instituição um diagnóstico que auxilie na tomada de decisão. Conforme Bardagi e Hutz (2009) apontam, a evasão, muitas vezes, é um elemento ignorado pelas universidades e as causas têm sido atribuídas somente aos alunos.

Pretende-se, ainda, apontar caminhos que possam contribuir com a redução do índice de evasão na universidade e, conseqüentemente, gerar uma economia de gasto do dinheiro público. Nesse sentido, Bardagi e Hutz (2009) asseguram que, quando a universidade se torna uma das parcelas responsáveis pela permanência e contentamento do discente, ela consegue formular estratégias que identifiquem os problemas acadêmicos e conduzam a interferências preventivas.

1.4 Estrutura da Dissertação

Tendo em vista que este trabalho se propôs a estudar os determinantes da evasão universitária e o impacto no gasto público, o tema foi segmentado em dois objetivos distintos, porém complementares, sendo cada um deles desenvolvidos em capítulos de forma independente.

Dessa maneira, esta dissertação foi estruturada, inicialmente, em um capítulo introdutório em que apresenta a contextualização do tema tratado, conduzindo-se ao problema de pesquisa que este trabalho almeja responder. Em seguida, são apresentados os objetivos que se pretende alcançar, além da justificativa da pesquisa.

O Capítulo 2 deste trabalho foi intitulado de Determinantes da Evasão Universitária e foi estruturado em introdução, referencial teórico, aspectos metodológicos, análise dos dados resultantes da pesquisa e, por fim, são apresentadas as considerações finais deste capítulo.

O capítulo seguinte foi denominado de O Impacto da Evasão Universitária no gasto público e terá a mesma estrutura do capítulo anterior. Neste capítulo, busca-se analisar as consequências da evasão universitária no gasto público.

Os Capítulos 4 e 5 apresentam uma conclusão acerca do tema estudado e a aplicabilidade da pesquisa que seja relevante à Universidade Federal de Uberlândia e à sociedade em geral.

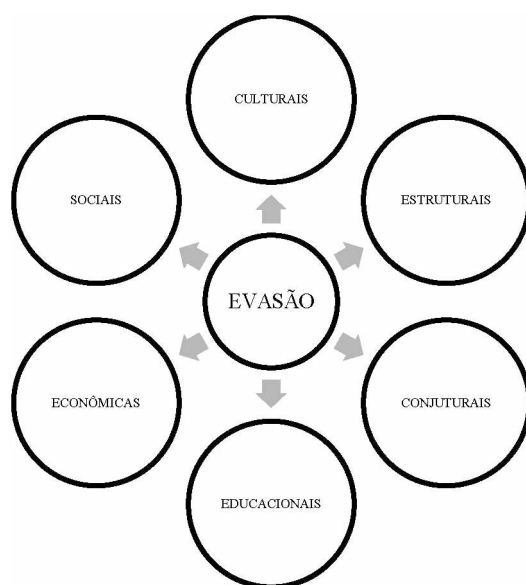
2 CAPÍTULO 2 – DETERMINANTES DA EVASÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

2.1 INTRODUÇÃO

A evasão universitária tem sido recorrente no âmbito das Instituições de Ensino Superior e esse abandono resulta em significativas perdas financeiras, sociais e acadêmicas. Atualmente, entender o processo de evasão no ensino superior possibilita enfrentar uma das crises mais acentuadas da universidade (CABRERA et al., 2006; VELOSO; ALMEIDA, 2013).

A Figura 1, abaixo, demonstra as principais causas das evasões. Segundo Kuller (2011), as questões sociais, tais como, problemas com relacionamentos entre pessoas, assim como os problemas culturais que envolvem, muitas vezes, as crenças ou as culturas impostas pela sociedade, além dos problemas estruturais, como a distância entre a localidade onde reside o aluno e a universidade, os meios de transporte oferecidos para o aluno. Somam-se a isso outros problemas como: econômicos, como o desemprego e salário das pessoas; os conjunturais, tais como, se o aluno se sentiu motivado pelo curso e suas expectativas futuras a respeito da profissão e se o aluno teve algum problema de saúde; e, ainda, existem também os fatores causadores da evasão educacional, que é o despreparo dos alunos, pois, muitas vezes, quando concluem o ensino médio ou o cursinho, os alunos não conseguem acompanhar o ritmo da universidade, o que faz que ocorra a desistência do curso.

Figura 1 – Principais causas de evasão



Fonte: (KULLER, 2011)

Em pesquisa, os autores Rocha e Novaes (2007) concluíram que as causas da evasão se referem à falta de orientação dos alunos, frustrações durante o curso e perspectiva de poucas oportunidades de emprego, além de baixos salários. Em um estudo, Bueno (1993) levou em consideração as questões ligadas à escolha profissional, às expectativas de realização pessoal e sucesso profissional gerado pelos cursos, às dificuldades de adaptação à vida universitária e à estrutura curricular, concluindo serem essas as causas das evasões. O mesmo autor ainda refletiu sobre a idade dos estudantes ao escolherem os cursos e se prepararem para o vestibular, pois, é na faixa dos 16 a 17 anos, ao inscrever-se para os vestibulares, que o estudante escolhe a profissão que deverá influenciar sua vida.

Assim, este capítulo tem por objetivo identificar os fatores determinantes da evasão universitária na Universidade Federal de Uberlândia.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, este tópico objetiva identificar a conceituação e a finalidade das políticas públicas, bem como perscrutar as políticas públicas educacionais focadas no ensino superior.

Em seguida, abordaremos conceitos e significados da evasão universitária, tratando, especificamente, dos determinantes da evasão universitária. Por fim, analisaremos estudos sobre o tema abordado.

2.2.1 Políticas Públicas

Segundo Azevedo (2004), compreende-se as políticas públicas como instrumentos pelos quais o Estado age. Ainda, políticas públicas podem ser consideradas aquelas de responsabilidade do Estado e que envolve formulação, implementação e manutenção com base em um processo de tomada de decisões por parte de organismos da sociedade política e entidades da sociedade civil (HOFLING, 2001).

Para Souza (2006), as políticas públicas podem ser entendidas como fases em que os governantes exprimem suas promessas eleitorais por meio de ações, programas e decisões que devem promover algum tipo de mudança ao bem comum.

Nesse sentido, Sorrentino, et. al. (2005, p. 289) entende a política pública como

um “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder e se destina à resolução pacífica de conflitos, assim como à construção e ao aprimoramento do bem comum”.

As políticas públicas podem ser definidas como as ações programadas pelo governo que visam a “coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”, ou seja, as políticas públicas representam os instrumentos de ação dos governos (BUCCI, 2002, P.135).

Nesse mesmo sentido, Gelinski e Seibel (2008) caracterizam as políticas públicas da seguinte maneira:

As políticas públicas são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas. As políticas podem ser sociais (saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda ou previdência), macroeconômicas (fiscal, monetária, cambial, industrial) ou outras (científica e tecnológica, cultural, agrícola, agrária). Usualmente o ciclo das políticas é concebido como o processo de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação (GELINSKI; SEIBEL, 2008, p. 228).

Frey (2000) traz uma abordagem sobre o ciclo das políticas públicas e define que elas compreendem as seguintes fases: percepção e definição de problemas, ‘*agenda-setting*’, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e a avaliação de políticas, bem como a eventual correção da ação.

Segundo Duarte (2013), o processo de definir e programar as políticas públicas envolve muitas etapas, tais como:

a) identificação dos problemas e demandas a serem atacados para a definição das prioridades a serem decididas junto aos formuladores de políticas públicas; b) formulação de propostas concretas entre diferentes opções de programas a serem adotados; c) implementação propriamente dita da política, com a criação da estrutura necessária e observância da burocracia existente, gasto de recursos e aprovação de leis; d) avaliação dos resultados da política por meio da verificação dos resultados e impacto da política, para que se possa aferir se ela realmente funciona ou não; e) fiscalização e controle da execução da política por meio da atuação da sociedade civil, dos Tribunais de Contas e do Ministério Público (DUARTE, 2013, p. 26).

Na mesma perspectiva, Souza (2006) define que o ciclo de política pública pode ser compreendido nos seguintes momentos: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

A finalidade deste trabalho enquadra-se na última fase do ciclo político, ou seja, a

fase de avaliação e de correção de ação. Segundo Frey (2000), na fase de avaliação de políticas e da correção da ação, são apreciados os programas implementados, levando-se em consideração os impactos efetivos. Assim, são examinados os déficits dos impactos e os efeitos colaterais indesejados para inferir as consequências para a elaboração de ações e programas futuros. Ainda sob essa ótica, Frey (2000, p. 229) afirma que “a fase da avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública”.

Rua (2009) defende que as políticas públicas decorrentes das atividades políticas compõem-se de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos. Por esse ângulo, a autora ainda esclarece a alteridade entre política pública e decisão política:

Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Decisão política corresponde a uma escolha dentre um conjunto de possíveis alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis (RUA, 2009, p. 19).

Tendo visto as distintas definições e conceituações das políticas públicas, Souza (2006) apresenta seus principais aspectos:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006, p. 36).

Dessa maneira, podemos entender a importância das políticas públicas para os cidadãos. Costa, Barbosa e Goto (2011) e Bertolin (2011) afirmam que o Brasil conseguirá melhorar seu posicionamento no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), aumentar a renda *per capita* da população e diminuir as taxas de desemprego se houver uma ampliação no acesso à educação superior, pois a educação

representa uma das peças-chave para a promoção do desenvolvimento na atual sociedade do conhecimento. Dessa forma, é determinante ressaltar a importância das políticas públicas voltadas para o acesso ao ensino superior, bem como a permanência dos discentes nas universidades.

Por sua vez, Barroso (2005) afirma que prover um serviço público que garanta o pleno direito à educação, em condições de equidade, de igualdade de oportunidades e de justiça social, é, ainda, um grande desafio.

Completando esse ponto de vista, Höfling (2001, p. 40) assevera que:

Numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos do que torná-lo “competitivo frente à ordem mundial globalizada” (HÖFLING, 2001, p.40).

2.2.2 Políticas Públicas Educacionais

Para Mello (1991), a educação é elemento essencial das estratégias de desenvolvimento, sendo, dessa forma, de extrema importância a elaboração de políticas públicas educacionais.

O Artigo 205 da Constituição Federal (CF) de 1988 prescreve que a educação é caracterizada como direito de todos e dever do Estado e da Família, devendo ser incentivada e promovida com a colaboração da sociedade. Em seguida, no Artigo 211, a CF/88 responsabiliza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pela organização de seus sistemas de ensino no que diz respeito à oferta e ao financiamento. Igualmente, a referida Carta estabelece a parcela de contribuição e responsabilidade de cada ente da Federação e do Estado para a garantia e efetivação desse direito.

Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, estabelece que a educação escolar se compõe de educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior.

Dessa forma, verifica-se que a educação é elementar. A Lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, prescreve que a educação é um processo contínuo de desenvolvimento do indivíduo em prol de sua maior integração social. Sguissardi (2014) sustenta que a elitização da educação superior é um fator preocupante, pois limita-se a distintos fatores, dentre eles: a desigualdade social, a renda e fatores socioeconômicos. Nesse sentido, é fundamental que o Estado assuma um papel de agente indutor de políticas

públicas educacionais e possibilite a expansão universitária (PEREIRA, SILVA; 2010).

Segundo Pereira e Silva (2010), entende-se que uma das características elementares das políticas públicas deve se pautar por seu caráter redistributivo, uma vez que as políticas públicas devem proporcionar oportunidades similares para agentes sociais desiguais. Nesse sentido, Höfling (2001) define que o Estado deve optar por políticas públicas universalizantes, que assegurem o acesso das classes populares ao conhecimento e que, assim, sejam reduzidos os índices de desigualdade social.

Nesse âmbito, no Governo Lula (2003-2011), é visível a preocupação com a expansão do ensino superior. O Ministério da Educação (MEC) desenvolveu uma série de políticas públicas voltadas à expansão do acesso ao ensino superior no Brasil, dentre elas: reformulação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), Programa Universidade para Todos (ProUni), Universidade Aberta do Brasil (UAB), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). No Quadro 01, é possível verificar detalhes das políticas públicas educacionais voltadas ao Ensino Superior.

Quadro 1 - Políticas públicas educacionais voltadas ao Ensino Superior.

Política Pública	Objetivo	Legislação
Programa de Financiamento Estudantil (FIES)	Destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo referido Ministério, de acordo com regulamentação própria.	Lei nº 10.260, de 12 De Julho de 2001.
Programa Universidade para Todos (PROUNI)	Destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.	Lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005.
Universidade Aberta do Brasil (UAB)	Voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país.	Decreto nº 5.800, de 08 de Junho de 2006.

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)	Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.	Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.
Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	Tem por finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.	Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O programa Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) tem por objetivo a concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria (BRASIL, 2001, art.1º).

O FIES substituiu o Programa de Crédito Educativo criado nos anos de 1970 e institucionalizado em 25 de junho de 1992, por meio da Lei nº 8.436, passando a ser definitivamente administrado e supervisionado pelo MEC.

Segundo o Ministério da Educação, o Fundo de Financiamento Estudantil é um programa do Governo Federal destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos. Podem recorrer ao FIES os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

Oliveira e Carnielli (2010) se posicionam a respeito da importância do Fundo de Financiamento Estudantil:

Desde o início da década, o FIES tem desempenhado um papel importante na expansão da educação superior por garantir os recursos financeiros necessários para o pagamento das semestralidades/anuidades para aqueles que não os possuem. Além da contribuição à democratização da educação superior, o FIES tem contribuído também para a superação do desequilíbrio entre as regiões, canalizando um maior volume de recursos para as regiões com renda média *per capita* mais baixa, o Norte e Nordeste (OLIVEIRA; CARNIELLI, 2010, p. 39).

O PROUNI (Programa Universidade Para Todos) foi criado pelo Governo Federal por meio da Medida Provisória Nº. 213/2004 e institucionalizado pela Lei Nº 11.096, de

13 de janeiro de 2005. Com esse programa, o Governo Federal tem por objetivo reservar vagas de instituições de ensino superior privadas para estudantes de baixa renda que ainda não possuíam diploma de curso superior. O ProUni oferta bolsas de estudo na forma de desconto integral ou parcial (50% e 25%) sobre os valores cobrados pelas instituições privadas para cursos de graduação tradicionais (duração de 4 anos) e sequenciais de formação específica (2 anos) (BRASIL, 2005).

Segundo Anhaia (2012), o PROUNI surge com uma proposta para a solução de três grandes problemas, sendo eles: o baixo aproveitamento de vagas no setor privado; a necessidade de se atingirem maiores percentuais de alunos no ensino superior; e o pequeno acesso a esse nível de ensino de estudantes de baixa renda e pertencentes às minorias.

Para o Ministério da Educação (2009), o Programa Universidade Para Todos caracteriza-se como uma iniciativa do Governo Federal que se destina à minimização das desigualdades sociais por meio da inclusão de cidadãos no ensino superior brasileiro.

O Programa denominado Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País, foi instituído pelo Decreto federal 5.800/06. Nesse decreto, foram definidos os seguintes objetivos do Sistema UAB:

(I) oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; (II) oferecer cursos superiores para a capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; (III) oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; (IV) ampliar o acesso à educação superior pública; (V) reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do país; (VI) estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância e (VII) fomentar o desenvolvimento institucional da educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006, art. 1º).

Para Melo, Melo e Nunes (2009), com a criação do sistema UAB, consolidou-se o sistema de educação a distância no Brasil, pois essa modalidade de ensino permite o acesso à interiorização e contempla a inclusão social por meio da ampliação de formação profissional em praticamente todos os estados brasileiros. Nesse sentido, Mota (2009)

afirma que a UAB apresenta potencialidades que possibilitam um caminho para o atendimento da educação superior às demandas reprimidas.

O Sistema UAB foi criado, objetivando a expansão das universidades públicas e gratuitas, interiorizando a oferta de cursos aos municípios que até então não contavam com a educação superior ou cujos cursos ofertados não se faziam suficientes para atender a toda a população interessada (ARAÚJO, 2007).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi institucionalizado a partir do Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007, e tinha por objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, Art. 1º). No final de 2007, existiam 54 universidades federais e, desse total, 53 aderiram ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. O REUNI é considerado uma política de governo que objetiva à reestruturação da política do ensino superior por meio da democratização do acesso conjugada com a justiça social.

Quando formulado, o REUNI teve como objetivos:

Garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior (BRASIL, 2009, p. 3).

Para Cabral et al. (2011), “o Reuni tem papel relevante para viabilizar o acesso aos recursos financeiros fundamentais para modernização e melhoria da educação, em especial, no âmbito da graduação”.

Para o Ministério da Educação (2009), o REUNI, somado com as demais ações efetivadas pelo MEC, oportunizam a implementação de políticas públicas voltadas à educação superior para a redução das desigualdades sociais por meio da ampliação da oferta de vagas no ensino superior.

Já o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010, busca manter a permanência de estudantes de curso de graduação de baixa renda nas IFES. São objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
 - II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
 - III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
 - IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.
- (BRASIL, 2010, art. 2º).

As ações de assistência estudantil do referido programa se desenvolvem nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e, ainda, superdotação (BRASIL, 2010, Art. 3º).

Observa-se que esse programa está voltado para a política de assistência estudantil que pode ser compreendida como um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação dos estudantes das IFES. A política de assistência estudantil tem caráter de ação preventiva frente à repetência e à evasão, tendo em vista que tem por perspectiva a inclusão social, a melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida dos estudantes. (FONAPRACE; 2012).

Tendo analisado as políticas públicas voltadas para o acesso ao ensino superior, Höfling (2001) defende que:

Pensando em política educacional, ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia do processo de aprendizagem, da gestão escolar e da aplicação de recursos são insuficientes para caracterizar uma alteração da função política deste setor. Enquanto não se ampliar efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e de execução da política educacional, estaremos alcançando índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação política da educação (HÖFLING, 2001, p. 39)

Por sua vez, Bessa Léda e Mancebo (2009) argumentam que se faz necessário tomar certos cuidados quanto às políticas públicas para expansão do acesso ao ensino superior:

É preciso sustentar com veemência que importantes causas, como: “redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno” (Art. 2º do Decreto nº 6096/07), desacompanhadas de um aumento expressivo de recursos orçamentários e do quadro docente efetivo (e concursado) implicarão, necessariamente, em perda da qualidade acadêmica (BESSA LÉDA; MANCEBO, 2009, p.60).

Assim sendo, analisamos a seguir o contexto da evasão universitária e seus determinantes.

2.2.3 Evasão Escolar no Ensino Superior

O desenvolvimento econômico é influenciado pelas inovações, tecnologias e pela pesquisa, agregando valor para a economia voltada para o conhecimento, estando a educação superior estritamente relacionada a esse desenvolvimento (FERNANDES; GRILLO, 2001). Nos últimos anos, é notável que o ensino superior tem crescido em números de cursos, alunos e instituições de ensino (BARDAGI; HUTZ, 2009; NEVES, 2012). Entretanto, também se observa a quantidade de alunos que não finalizam sua graduação.

Em instituições públicas, particulares e em todos os níveis de ensino, existe uma porcentagem de discentes que desistem do curso, sendo esse fato denominado como evasão. Isso gera uma perda coletiva, ou seja, alunos, instituição, professores, governo e a sociedade saem prejudicados pelo investimento que não resultou em uma formação, pelo tempo perdido sem que o objetivo tenha sido alcançado, além de perdas que podem ser acadêmicas, econômicas e sociais (LOBO, 2012).

Na década de 50, surgiram nos Estados Unidos os primeiros estudos sobre a temática aqui abordada (CISLAGHI, 2008). Segundo Pereira (1997), o marco para que os governantes se preocupassem com a evasão nas universidades brasileiras foi o Seminário sobre evasão nas universidades brasileiras, organizado pela SESU/MEC, em fevereiro de 1995. Ainda segundo o mesmo autor:

A evasão dos estudantes dos cursos de graduação surgiu como um indicador a ser considerado dentro do propósito de se proceder a uma sistemática avaliação das instituições de ensino superior e tendo como um dos apoios o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), instituído em 1994. A própria SESU passou a divulgar dados globais preocupantes, girando a média nacional em torno de 50% nas IFES, além de baixos índices de diplomação (PEREIRA, 1997, p. 20).

A evasão foi classificada de três formas, sendo a primeira a evasão de curso, que ocorre quando o discente se desliga do curso superior em situações diversas, tais como: abandono (deixa de se matricular), desistência (oficial), transferência ou mudança de curso ou, ainda, exclusão por norma institucional. A segunda é a evasão da instituição, sendo assim definida quando o estudante se desliga da instituição na qual está matriculado, e a última ocorre quando o aluno abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (COMISSÃO ESPECIAL, p.56).

A evasão escolar é considerada um fenômeno social definido como interrupção no ciclo de estudos (GAIOSO, 2005). Em meados da década de 1990, Patto (1996) já afirmava que a evasão era um problema e que, ao longo dos anos, poderia aumentar de proporção e causar prejuízos para a política educacional do país, uma vez que as perdas são tanto para os alunos quanto para as instituições.

As instituições de ensino superior, em geral, apresentam altos índices de evasão. Conforme Resumo Técnico do Censo da Educação Superior (INEP, 2018), os índices no âmbito universitário são altos e vêm sendo uma realidade cada vez mais presentes nas Instituições de Ensino Superior (IES). É importante ressaltar que a evasão escolar abrange quase todos os países, gerando despesas para a sociedade, bem como para os âmbitos acadêmico e econômico. Entretanto, as instituições particulares não investem em programas para manter ou reduzir o índice de evasão, investindo em marketing apenas para a divulgação dos vestibulares (SILVA FILHO et al., 2007).

Os fatores que se relacionam à evasão podem ser internos e externos. O primeiro pode estar ligado à infraestrutura, ao corpo docente e à assistência socioeducacional, enquanto os externos dizem respeito aos alunos, tais como: vocação, aspectos socioeconômicos e problemas de ordem pessoal (PAREDES, 1994). Outros autores, como Rocha e Novaes (2007), afirmam que falta de orientação, a frustração com o conteúdo e a perspectiva de poucas oportunidades de emprego e salários também podem desmotivar a continuação dos estudantes nas instituições.

É possível afirmar que a evasão apresenta diferentes formas, abrangendo o curso, a instituição e o sistema, ou seja, a instância da evasão pode ocorrer a partir do próprio aluno, podendo ocorrer de a instituição também desligar o discente. A evasão pode ser na forma de abandono, transferência ou desligamento, sendo, às vezes, temporária ou definitiva (POLYDORO et al., 2001).

É importante e necessário saber os reais motivos pelos quais os alunos desistem do curso, uma vez que isso pode causar problemas tanto para os alunos como para as instituições. Sendo assim, é importante compreender a evasão, suas causas e, principalmente, suas consequências. Existem autores, como Tinto (1975; 2007), que se dedicam a estudar esse tema. Esse autor revela que encontrou fontes, mostrando que a falta de integração do estudante ao contexto universitário, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto social, é um importante fator que pode levar à evasão. Outros autores, como Demetriou e Schmitz-Sciborski (2011), confirmam a ideia de que a condição socioeconômica familiar também pode ser um fator na decisão de evasão do curso.

A abordagem da evasão no Ensino Superior é complexa, pois existem diferentes fatores que determinam tal decisão, estando os mesmos relacionados com o estudante, sendo eles fatores pessoais, familiares e institucionais (FREITAS, 2009; DONOSO; SCHIEFELBEIN, 2007; YEPES et al., 2007). Muitas Instituições de Ensino Superior não contam com uma assistência ao combate assertivo à retenção e à evasão, bem como existe uma escassez de políticas institucionais para permanência do aluno no curso (SILVA FILHO et. al, 2007; VELOSO; ALMEIDA, 2013). Assim, os estudos acerca dessa temática necessitam de uma atenção especial por parte dos pesquisadores (CISLAGHI, 2008).

2.2.4 Evasão escolar no âmbito internacional

A evasão no ensino superior é um problema que tem preocupado as instituições, gestores e pesquisadores (CASTRO; TEIXEIRA; 2014). No cenário internacional, há várias pesquisas sobre essa temática (ASTIN, 1999; CABRERA ET AL., 1992; CABRERA; NORA; CASTAÑEDA, 1993; TINTO, 1975; SPADY, 1970). Tinto (1975), por exemplo, demonstrou grande preocupação acerca das razões do abandono em cursos superiores, pontuando que a integração acadêmica e social são aspectos fundamentais para se evitar a evasão do estudante. Astin (1999) também se atentou para aos fatores determinantes da permanência ou evasão do discente, apontando que o nível de investimento psicológico e de tempo são fatores importantes para o discente permanecer ou evadir da universidade.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) auxilia os países a desenvolver políticas, habilidades em liderança e em parcerias, capacidades

institucionais e construção de resiliência de maneira a manter os resultados no âmbito do desenvolvimento (PNUD, 2018).

O PNUD apresenta em seus relatórios sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) índices referentes à educação para vários países, dentre eles, taxas de investimento em educação, taxas de matrícula e índices de evasão escolar.

As Tabelas 1 e 2 apresentam dados referentes à educação apresentados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Tabela 1 – Dados PNUD 2013

Ranking IDH	País	Taxa de matrícula Educação primária:	Taxa de matrícula Educação secundária:	Taxa de matrícula Universidade:	Evasão escolar (educação primária):
1	Noruega	99,0	110,0	73,8	0,5
2	Austrália	104,0	129,0	75,9	-
3	Estados Unidos	102,0	96,0	94,8	6,9
4	Holanda	108,0	120,0	62,7	-
5	Alemanha	102,0	103,0	-	4,4
6	Nova Zelândia	101,0	119,0	82,6	-
7	Irlanda	108,0	117,0	61,0	-
7	Suécia	100,0	100,0	70,8	1,0
9	Suiça	102,0	95,0	51,5	-
10	Japão	103,0	102,0	59,0	0,0
85	Brasil	127,0	101,0	36,1	24,3
186	República do Niger	71,0	13,0	1,5	30,7

Fonte: PNUD / ONU (2013).

Em seguida, a Tabela 2 apresenta os dados referentes ao ano de 2015, permitindo uma comparação das informações.

Tabela 2 – Dados PNUD 2015

Ranking IDH	País	Taxa de matrícula Educação primária:	Taxa de matrícula Educação secundária:	Taxa de matrícula Universidade:	Evasão escolar (educação primária):
1	Noruega	99	111	74	1,5
2	Austrália	105	136	86	-
3	Suiça	103	96	56	-
4	Dinamarca	101	125	80	1,1
5	Holanda	106	130	77	-
6	Alemanha	100	101	62	3,8
6	Irlanda	104	119	71	-
8	Estados Unidos	98	94	94	-
9	Canadá	98	103	-	-
9	Nova Zelândia	99	120	80	-
75	Brasil	136	105	26	19,4

188	República do Niger	71	16	2	30,7
-----	--------------------	----	----	---	------

Fonte: PNUD / ONU (2015).

Conforme nota do PNUD (2013, 2015), a taxa de matrícula supera os 100% quando se identificam matrículas de pessoas mais novas ou mais velhas, considerando-se a idade média de cada nível educacional.

Dados do PNUD revelam ainda que as taxas de abandono escolar no Brasil são bastante elevadas quando comparadas às dos países com os melhores índices de desenvolvimento humano. Fialho (2014) afirma que a evasão escolar se inicia na educação básica e provoca consequências negativas no ensino superior.

Na literatura internacional, o modelo de Robbins et al. (2004) é um dos mais expressivos pelo fato de ser decorrente de uma meta-análise de 109 estudos sobre permanência e *performance* acadêmica, compreendo aspectos educacionais, organizacionais, psicológicos e motivacionais. O autor apresenta em seu estudo nove variáveis responsáveis pela permanência do estudante na educação superior: motivação para realização, metas acadêmicas, compromisso com a instituição, suporte social percebido, envolvimento social, autoeficácia acadêmica, autoconceito, habilidades acadêmicas e influências do contexto acadêmico (condições de suporte financeiro e benefícios, tamanho da instituição e forma de seleção da instituição).

Castro e Teixeira (2014) afirmam que as pesquisas norte-americanas que tratam sobre a evasão universitária têm como indicadores as variáveis pesquisadas, que apontam dados que retratam o estudante e a instituição ou escalas de autorrelato. Nesses estudos, muitas são as variáveis que se associam às decisões de evasão dos cursos superiores. Os mesmos autores apontam que a simples transposição desses modelos para o contexto brasileiro não é recomendável, uma vez que pode apresentar problemas de compatibilização.

Em estudo sobre a União Europeia, Margiotta (2014) verificou que, para solucionar o problema da evasão, a União Europeia adotou o termo *Early School Leavers (ESL)*, que indica o percentual de jovens de posse apenas do certificado de escolaridade obrigatória e fora do sistema nacional de instrução ou formação profissional. A projeção da União Europeia é que seja possível, em 2020, reduzir para 10% o índice de abandono escolar.

Ainda nessa perspectiva, Margiotta (2014) aponta que, no âmbito da União Europeia, a preocupação com a evasão escolar se consolidou com a ideia de que a formação, o trabalho e a economia estão intimamente relacionados, tendo como essência desses fatores a educação.

Segundo Silva Filho et al. (2007), as taxas de evasão nas instituições de ensino brasileiras, de modo geral, não se diferem radicalmente do cenário internacional, embora ocorra variação de país para país. De toda forma, os autores enfatizam a importância de estudos nesse segmento que objetive a redução dos índices de evasão, evitando, assim, prejuízos sociais e financeiros.

2.2.5 Principais fatores da evasão universitária

Ultimamente, o tema sobre evasão no ensino superior tem sido objeto de estudos de muitos pesquisadores, cujas pesquisas buscam identificar o índice e a taxa de evadidos, compreender os seus determinantes, bem como elaborar projetos de intervenção. Assim, torna-se relevante conhecer os principais determinantes da Evasão Universitária, os quais são resumidos em fatores acadêmicos, econômicos, sociais e emocionais, conforme observado por Majzub e Rais (2010).

Pesquisas relacionadas para explicar os principais fatores da evasão apontam que a capacidade financeira pode influenciar para que o aluno não consiga concluir o ensino superior (VIEIRA; FRIGO, 1991; MACGREGOR, 2007), observa-se que, naquela época, já havia certa preocupação com os fatores determinantes da evasão. A taxa de reprovação nas primeiras disciplinas do curso são também fatores relatados por Theóphilo e Moraes (2005) para justificar a decisão de evasão. Os autores Vieira e Frigo (1991) abrangem, em seu estudo, a complexidade do mercado de trabalho e a idade precoce no momento do ingresso para a decisão de escolha do curso universitário por parte dos jovens, o que pode, muitas vezes, resultar em evasão.

Autores como Bittencourt e Mercado (2014) determinam os fatores da evasão como problemas endógenos e exógenos. Os primeiros se referem aos problemas relacionados à instituição de educação, que são fatores institucionais e didático-pedagógicos. E o segundo se relaciona com os problemas sociais, políticos e econômicos, a indecisão quanto à vocação pessoal, as características individuais, além de problemas conjunturais que podem ser exemplificados pela valorização do diploma no mercado,

falta de adaptação ao sistema universitário, problemas de saúde, problemas financeiros, dentre outros. Os fenômenos da evasão ainda podem estar ligados com problemas individuais, regionais e pelas avaliações dos cursos (NASCIMENTO; ESPER, 2009).

Gaiosio (2005), com o objetivo de explicar o Fenômeno da Evasão Escolar na Educação Superior no Brasil, ressaltou que um dos desafios que os alunos enfrentam para concluir o ensino superior está relacionado, primeiramente, com o vestibular, uma vez que ainda são novos para tomar a decisão sobre qual curso escolher. E outro desafio inclui a superação de vários fatores que surgem ao longo do período do curso, como, por exemplo, dificuldade de adaptação ao currículo. Em uma universidade privada de São Paulo, foi realizada uma pesquisa, tendo sido constatado que as principais causas da evasão se relacionam com os aspectos sociais, históricos e culturais dos alunos, com ênfase na questão financeira (RIBEIRO, 2005). Bardagi e Hutz (2009) também destacaram a importância e o apoio da família desde a escolha inicial do curso, tendo papel importante na escolha da carreira de adolescentes e adultos jovens.

Em cursos superiores a distância (EaD), podem ser listados como principais determinantes da evasão a falta do contato face a face do aluno com professor, as dificuldades de alguns alunos diante das novas tecnologias, como o computador, a dificuldade em expor por meio da escrita e a falta do convívio em grupo de pessoas como ocorre em uma instituição física (COELHO, 2002).

Autores como Favero e Franco (2006), ainda sobre a desistência dos alunos em cursos superiores EaD, acreditam que fatores como a idade dos alunos (25 – 40 anos) é uma causa da evasão, pois a maioria trabalha durante o dia e, assim, o cansaço, ao final do dia, interfere no interesse pela continuidade dos estudos. O Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância – AbraEAD (2006) apresentou, em alguns estudos, como fatores da evasão a ausência de tempo e de condições financeiras adequadas por parte do aluno.

2.2.6 Estudos empíricos sobre evasão

A evasão é um dos males que aflige as instituições de ensino e tem assumido preocupantes proporções no âmbito da graduação, tornando-se totalmente relevantes os estudos sobre essa temática (DIAS; THEÓPHILO; LOPES, 2010; BARDAGI; HUTZ, 2009).

Em seguida, o Quadro 2 apresenta trabalhos acadêmicos que abordam a temática objeto de estudo desta dissertação.

Quadro 2 – Trabalhos acadêmicos sobre evasão.

Autores	Título	Objetivo	Método	Resultado
Cunha, J. V. A., Nascimento, E. M., Durso, S. O. (2016).	Razões e Influências para a Evasão Universitária: um Estudo com Estudantes Ingressantes nos Cursos de Ciências Contábeis de Instituições Públicas Federais da Região Sudeste.	Buscar evidências que permitam identificar as razões que poderiam influenciar na evasão de estudantes do curso de Ciências Contábeis em IES públicas no seu primeiro ano de graduação.	Os autores aplicaram um questionário a 348 estudantes ingressantes, no ano de 2013, em 6 universidades federais da região Sudeste do Brasil. O tratamento dos dados foi feito por meio de softwares especializados (SPSS® 20) de modo a viabilizar a análise descritiva da amostra e os testes pertinentes. Realizou-se o teste estatístico conhecido como análise fatorial exploratória.	Percebeu-se que, de modo geral, os estudantes não parecem estar propensos a abandonar o curso, pois, dos 20 fatores apresentados como capazes de influenciá-los na decisão de abandono do curso, nenhum obteve média maior que 3,3 (as notas poderiam variar entre 0 e 10).
Gonzalez, R. A., Nascimento, J. G., Leite, L. B. (2016).	Evasão em cursos a distância: um estudo aplicado na Universidade Corporativa da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.	Consiste em investigar os determinantes da evasão nos cursos EaD oferecidos pela Universidade Corporativa da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.	O artigo foi desenvolvido, considerando o método quantitativo de abordagem e empregou a regressão logística múltipla como forma de explicar o efeito das variáveis independentes sobre a evasão (variável dependente).	Quanto aos resultados, os autores afirmam que, a partir de uma análise preliminar da amostra pesquisada, notou-se um elevado índice de evasão. O estudo ainda apontou significância estatística na localização do aluno, sugerindo que alunos situados no interior do estado evadem-se mais dos cursos do que os alunos situados na capital. Os resultados ainda mostraram que o gênero, a idade e a carga horária do curso não apresentaram relação significativa com a evasão.

<p>Bittencout, I. M.; Mercado, L. P. L (2014)</p>	<p>Evasão nos cursos na modalidade de educação a distância: estudo de caso do Curso Piloto de Administração da UFAL/UAB</p>	<p>O objetivo desse trabalho é investigar os fatores que influenciaram a evasão dos alunos do Curso Piloto de Administração a Distância da UFAL/UAB.</p>	<p>A metodologia desenvolvida envolveu uma pesquisa de campo do tipo estudo de caso. Os autores realizaram pesquisas bibliográfica, documental e webgráficas em publicações de artigos científicos em periódicos e congressos nas áreas de EaD, políticas públicas brasileiras para o ensino superior, UAB e evasão no ensino superior a distância.</p>	<p>Os resultados constataram que a principal causa da evasão dos alunos no curso está relacionada a problemas endógenos com relação à instituição de ensino superior, como a atitude comportamental ligada diretamente à insatisfação com o tutor e professores, além de motivos institucionais e requisitos didáticos pedagógicos relacionados a problemas com a plataforma e encontros presenciais.</p>
<p>Furtado, V. V. A., Alves, T. W. (2012).</p>	<p>Fatores determinantes da evasão universitária: uma análise com alunos da Unisinos.</p>	<p>O objetivo do artigo é realizar uma análise dos fatores determinantes da evasão universitária na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).</p>	<p>O método estatístico utilizado nessa pesquisa é a regressão logística, a qual permite estabelecer os determinantes da evasão. O software utilizado para estimar os parâmetros da regressão foi o Eviews 7 e as informações vieram de fontes secundárias disponibilizadas pela UNISINOS referentes ao questionário aplicado aos vestibulandos e de dados da base de registro acadêmico dos alunos.</p>	<p>Após a análise realizada, os autores constataram que as variáveis mais relevantes (menor p-valor) para explicar a evasão foram as variáveis disciplinas canceladas, média de graus, porcentual de disciplinas concluída, município de residência, refletindo, provavelmente, a distância do campus, e conteria dois elementos: os custos de transportes e a facilidade de acesso, bem como o período em que os alunos realizaram o ensino médio. A distância, por sua vez, pode estar revelando a capacidade financeira da família e/ou as condições familiares e de serviços públicos de educação para o desenvolvimento da formação do aluno.</p>

Bardagi, M. P.; Hutz, C. S. (2009)	"Não havia outra saída": percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior.	Identificar suas percepções sobre a escolha inicial do curso, a decisão de saída e a existência de apoio institucional.	Foi utilizada para a coleta de dados uma entrevista semiestruturada, abordando três macros contextos da experiência do evadido.	Os autores concluem que, com base nos resultados das entrevistas, a evasão é uma consequência de múltiplos fatores, uma decisão tomada, muitas vezes, impulsivamente e sem vinculação a novas escolhas, mas que não representa um rompimento definitivo com a formação superior.
Veloso, T. C. M., de Almeida, E. P. (2013)	Evasão nos cursos de graduação da Universidade de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá – um processo de exclusão	Acrescentar dados à compreensão do fenômeno da evasão universitária em uma concepção institucional.	Levantamento de dados no Sistema de Informação Acadêmica. Acrescentou a abordagem qualitativa ao enfoque quantitativo.	Supõe-se que a evasão nessa instituição se caracteriza por um processo de exclusão e que, mais que um processo dependente do aluno, é um fenômeno institucional, reflexo da ausência de uma política de permanência do aluno.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de consultas em periódicos (2018).

Dando continuidade, faremos uma análise detalhada dos fatores determinantes da evasão universitária segundo a literatura analisada.

2.2.7 Fatores determinantes da evasão universitária, segundo a literatura estudada

A evasão tem causado perdas que vão desde a ociosidade de recursos humanos e materiais de determinada instituição até o fechamento de cursos em face de número elevado de alunos evadidos, sendo as altas taxas de evasão escolar um dos principais problemas enfrentados pelos gestores das instituições de ensino. Souza (1999) assevera que o fenômeno da evasão é preocupante nas instituições universitárias do Brasil e do exterior e, diante de sua complexidade, seria importante que essa temática se tornasse objeto de estudos e análises mais profundas por parte dos pesquisadores (BITTENCOURT; MERCADO, 2014; PACHECO et al., 2008; SOUZA, 1999).

Especificamos, a seguir, os principais trabalhos analisados sobre os determinantes da evasão universitária.

Spady (1970) compreende em seus estudos que o sujeito que compartilha valores com o grupo social e tem amigos que o apoiam apresenta menos tendência à evasão. Dentre muitas variáveis, tais como, valores, notas obtidas, congruência normativa e apoio dos colegas e amigos, o apoio é o que favorece mais envolvimento com a instituição e o grupo, minimizando as possibilidades de desistência por parte dos estudantes.

Para Tinto (1975), vários fatores podem determinar a desistência dos alunos, entretanto a integração acadêmica (intelectual) e a integração social do aluno são essenciais para a persistência do aluno no curso.

Cunha, Tunes e Silva (2001) produziram um estudo, analisando a evasão no curso de química da Universidade de Brasília por meio da interpretação do aluno evadido. Os autores chegaram à conclusão de que os fatores mais apontados como determinantes da evasão universitária são: investimentos e dedicação a outro curso (já em andamento ou em fase de preparação), frustração das expectativas sobre o curso, dificuldade de acesso ao professor, o que restringe contato com a área, além da dissociação entre teoria e prática. Ainda, esses autores verificaram outros critérios que culminam na decisão de evadir do curso, sendo eles, exigência de dedicação exclusiva ao curso incompatível com necessidades profissionais, familiares e pessoais, desunião e isolamento extremamente desmotivadores.

Por sua vez, Biazus (2004) desenvolveu um estudo sobre os Sistemas de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) e da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Nessa análise, o autor identificou que as causas de evasão no ensino superior podem estar relacionadas às dimensões externa e interna. A primeira está relacionada a aspectos sociopolítico e econômicos, vocação pessoal, características individuais e mudanças conjunturais, enquanto que a dimensão interna se relaciona a atitudes comportamentais do corpo técnico/docente, motivos institucionais e requisitos didáticos pedagógicos.

Nesse estudo feito por Biazus (2004), os indicadores relacionados à dimensão interna que mais possibilitaram ao aluno evadir-se são “Pouca motivação por parte dos professores”, “Aspectos inadequados das salas de aula ao ensino (físicos, didáticos e recursos audiovisuais)” e a “Forma inadequada com que os professores falam do curso”.

Quanto às dimensões externas, o autor observou como principais determinantes para a evasão os seguintes fatores: “Não existe integração entre a universidade e as

empresas (Estágio Supervisionado)”, “Desconhecimento prévio sobre o Curso”, “Por não ter atendido às expectativas” e “Pressão familiar sobre a indicação do Curso”.

Neves (2006) percebeu em seu estudo que as causas da evasão são comuns para a maioria e elas estão relacionadas com problemas de ordem pessoal, problemas de infraestrutura e problemas com o suporte pedagógico do curso.

Pacheco et al. (2008), em sua análise, verificaram quais fatores são indicadores mais relevantes para a evasão. Em relação às categorias externas à instituição, foram percebidos os seguintes fatores como indicadores mais relevantes: a) socio-político-econômico (tempo para estudar, deslocamento ao polo de ensino e acesso a computador ou internet para estudo); b) vocação pessoal (mudança de interesse pessoal ou profissional, estar cursando paralelamente outro curso, desconhecimento prévio a respeito do curso); c) características individuais (adaptação à modalidade a distância); e d) conjuntural (influência familiar). Quanto às categorias internas, os principais fatores foram: a) atitude comportamental (contato com os professores, motivação e incentivo por parte do tutor, relacionamento com o tutor); b) motivos institucionais (ausência de tutores nos polos, estrutura dos polos de ensino e interatividade do ambiente virtual de aprendizagem); e c) requisitos didático-pedagógicos (carga horária do curso, prazo de entrega dos exercícios, encontros presenciais).

Andriola (2009) elaborou um estudo sobre fatores associados à evasão discente na Universidade Federal do Ceará. O autor constatou que os principais motivos são de ordem pessoal e institucional, sendo os principais fatores responsáveis pela deserção ou pelo abandono dos cursos a incompatibilidade entre horários de trabalho e de estudo, aspectos familiares, desmotivação com os estudos e precariedade das condições físicas das instituições ou inadequação curricular.

No trabalho desenvolvido por Dias, Theophilo e Lopes (2010), os autores realizaram um estudo dos fatores causadores da evasão no curso de Ciências Contábeis, tendo sido identificado que a maioria dos alunos evadidos considera ter cometido falha na escolha do curso. O motivo externo mais indicado como causa da evasão foi o descontentamento com o curso e sua futura profissão (41%) e, ainda, cerca de 12,4% das respostas apontam razões socioeconômicas para a evasão. Quanto aos motivos internos, que estão relacionados à IES, foi identificada a falta de assistência socioeducacional, bem como a falta de integração do professor com o aluno.

Santos et. al (2011) identificaram em seus estudos que as questões financeiras e a falta de identificação com o curso são mencionadas com maior frequência pelos evadidos.

Por sua vez, Bardagi e Hutz (2012) realizaram um estudo sobre a rotina acadêmica e a relação com colegas e professores e o impacto desses fatores na evasão universitária. Nesse estudo, os autores puderam observar que dificuldades de interação, pouca identificação de valores e interesses com o grupo de pares foram fatores destacados pelos participantes como aspectos importantes de desengajamento e evasão. Ainda, e quase unanimemente, os alunos relataram decepção com o tipo de vínculo estabelecido com os professores: mais distante, mais formal, com menos espaços de interação social, percepção de existência de pouco interesse pelas questões individuais do aluno. Logo, a falta de bom relacionamento com professores é apontada como critério de evasão e insatisfação com o curso.

No trabalho desenvolvido por Furtado e Alves (2012), buscou-se analisar os fatores determinantes da evasão universitária na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Os autores identificaram que as variáveis mais significativas na decisão dos alunos de se evadirem foram as variáveis disciplinas canceladas, média de graus (desempenho médio do aluno), porcentual de disciplinas concluídas, município de residência.

Rodrigues (2012) buscou investigar a evasão acadêmica para subsidiar propostas de Políticas Públicas de Acesso e Permanência na UNESPAR/FECILCAM e, com isso, conseguir verificar os motivos de maior incidência que determinam a evasão universitária. Um deles está relacionado às questões didático-pedagógico de alguns professores. O segundo fator está relacionado à falta de condições para o incentivo à permanência do aluno na instituição, estando o terceiro relacionado ao fato de o aluno não ter gostado do curso, admitindo que foi uma escolha errada e passando a ter interesse por outro curso.

Por sua vez, Sauberlich (2012) verificou fatores que geram evasão acadêmica no curso de Ciências Contábeis da UNEMAT de Tangará da Serra/MT, identificando que o fator mais indicado para a evasão acadêmica foi o trabalho. O segundo fator mais apontado pelos entrevistados se refere ao tempo para estudo, visto que um número expressivo de alunos afirmou não ter tempo para estudar e fazer os trabalhos curriculares. Numa terceira ordem de importância, descobrir que não tinha vocação para o curso foi outro aspecto bastante citado. Outros fatores apontados como causa de evasão se referem à mudança de cidade ou estado e dificuldade em algumas disciplinas. Também foi

apontado pelos estudantes o fato de que o curso não era o que imaginavam, bem como que não gostaram da forma como as disciplinas eram ministradas, além de motivos financeiros. Ainda, foram citados motivos relacionados a problemas de saúde, reprovação em alguma disciplina, o fato de alguma disciplina não ter relação com o curso, aproveitamento insuficiente e perda do prazo para rematrículas.

Bittencourt e Mercado (2014) elaboraram uma análise sobre a evasão nos cursos na modalidade de educação a distância e concluíram que a falta de tempo, a insatisfação com o tutor e a falta de habilidade para usar as tecnologias de informação e comunicação (TIC) influenciaram nas causas de evasão. Com os resultados alcançados pelos autores, ficou evidente, no caso do curso analisado, que o problema de evasão está relacionado, principalmente, com causas endógenas, visto que 57% dos alunos afirmaram que tiveram problemas de atitude comportamental, motivos institucionais e requisitos didáticos pedagógicos, os quais dizem respeito aos problemas internos da instituição.

Cunha, Nascimento e Durso (2016) propuseram a analisar as razões e influências para a Evasão Universitária e perceberam que, de modo geral, os estudantes não parecem estar propensos a abandonar o curso. Entretanto, por meio de uma análise fatorial, os autores detectaram que os constructos mais significativos e que podem impactar na evasão dos discentes da amostra se relacionam com problemas apresentados pela IES na qual o discente está inserido, como infraestrutura inadequada e problemas curriculares.

Em um recente trabalho, Souza, da Silva e Gessinger (2017) analisaram as possíveis causas e fatores que influenciam no abandono e identificaram alguns deles que levam os alunos a se evadirem. Com maior frequência, foram citados: a falta de condições financeiras para se manter em um programa de Ensino Superior, a influência familiar, a falta de vocação para a profissão, a repetência em disciplinas que envolvem o conhecimento matemático, a qualidade do curso escolhido, a localização da IES, as condições relacionadas ao trabalho e à idade do aluno (quanto maior a idade, mais fácil de o aluno se evadir). Também aparecem fatores como a insatisfação com o projeto pedagógico, professores, infraestrutura, recursos disponíveis, excesso de oferta de vagas, desemprego e dificuldades de aprendizagem.

Assim sendo, podemos interpretar que são vários os fatores que podem influenciar na evasão universitária. Nessa perspectiva, elaboramos o quadro a seguir com os principais determinantes da evasão universitária.

Quadro 3 – Fatores determinantes da evasão universitária.

Fatores determinantes da evasão universitária	Autores / Ano
INTEGRAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ✓ SPADY, W. G. (1970) ✓ TINTO, V. (1975) ✓ BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. (2012). ✓ DIAS, E. C., THEÓPHILO, C. R., & LOPES, M. A. (2010).
FALTA DE APOIO	<ul style="list-style-type: none"> ✓ SPADY, W. G. (1970) ✓ SOUZA, C. T.; DA SILVA, C.; GESSINGER, R. M. (2017)
OUTRO CURSO	<ul style="list-style-type: none"> ✓ CUNHA, A. M.; TUNES, E.; SILVA, R. R. D. (2001)
ESCOLHA	<ul style="list-style-type: none"> ✓ CUNHA, A. M.; TUNES, E.; SILVA, R. R. D. (2001)
ASPECTOS SOCIO-POLÍTICOS E ECONÔMICOS	<ul style="list-style-type: none"> ✓ BIAZUS, C. A. (2004) ✓ PACHECO, A. S. V; MELO, P. A; NAKAYAMA, M. K; BENETTI, K. C; RISSI, M; NETO, L. M. (2008) ✓ DIAS, E. C., THEÓPHILO, C. R., & LOPES, M. A. (2010). ✓ SOUZA, C. T.; DA SILVA, C.; GESSINGER, R. M. (2017)
VOCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ✓ BIAZUS, C. A. (2004) ✓ PACHECO, A. S. V; MELO, P. A; NAKAYAMA, M. K; BENETTI, K. C; RISSI, M; NETO, L. M. (2008) ✓ SAUBERLICH, K. C. H. C. (2012) ✓ SOUZA, C. T.; DA SILVA, C.; GESSINGER, R. M. (2017)
RELACIONAMENTO / COMPORTAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> ✓ BIAZUS, C. A. (2004) ✓ CUNHA, A. M.; TUNES, E.; SILVA, R. R. D. (2001) ✓ PACHECO, A. S. V; MELO, P. A; NAKAYAMA, M. K; BENETTI, K. C; RISSI, M; NETO, L. M. (2008) ✓ BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. (2012). ✓ BITTENCOURT, I. M.; MERCADO, L. P. L. (2014)
CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS	<ul style="list-style-type: none"> ✓ BIAZUS, C. A. (2004) ✓ PACHECO, A. S. V; MELO, P. A; NAKAYAMA, M. K; BENETTI, K. C; RISSI, M; NETO, L. M. (2008) ✓ NEVES, Y. P. D. C. (2006) ✓ SAUBERLICH, K. C. H. C. (2012)
FALTA DE TEMPO / CONCILIAÇÃO COM O TRABALHO	<ul style="list-style-type: none"> ✓ ANDRIOLA, W. (2009) ✓ SAUBERLICH, K. C. H. C. (2012)

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ BITTENCOURT, I. M.; MERCADO, L. P. L. (2014) ✓ SOUZA, C. T.; DA SILVA, C.; GESSINGER, R. M. (2017)
MOTIVOS INSTITUCIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> ✓ BIAZUS, C. A. (2004) ✓ NEVES, Y. P. D. C. (2006) ✓ PACHECO, A. S. V; MELO, P. A; NAKAYAMA, M. K; BENETTI, K. C; RISSI, M; NETO, L. M. (2008) ✓ ANDRIOLA, W. (2009) ✓ DIAS, E. C., THEÓPHILO, C. R., & LOPES, M. A. (2010). ✓ FURTADO, V. V. A.; ALVES, T. W. (2012) ✓ RODRIGUES, S. M. Y. O. (2012) ✓ CUNHA, J. V. A.; NASCIMENTO, E. M.; DURSO, S. O (2016) ✓ SOUZA, C. T.; DA SILVA, C.; GESSINGER, R. M. (2017)
PROBLEMAS PEDAGÓGICOS	<ul style="list-style-type: none"> ✓ BIAZUS, C. A. (2004) ✓ NEVES, Y. P. D. C. (2006) ✓ PACHECO, A. S. V; MELO, P. A; NAKAYAMA, M. K; BENETTI, K. C; RISSI, M; NETO, L. M. (2008) ✓ ANDRIOLA, W. (2009) ✓ RODRIGUES, S. M. Y. O. (2012) ✓ SAUBERLICH, K. C. H. C. (2012) ✓ CUNHA, J. V. A.; NASCIMENTO, E. M.; DURSO, S. O (2016) ✓ SOUZA, C. T.; DA SILVA, C.; GESSINGER, R. M. (2017)
QUESTÕES FINANCEIRAS	<ul style="list-style-type: none"> ✓ SANTOS, G. A. L.; GALLI, L. C. L. A.; SACOMANO NETO, M.; GIULIANI, A. C.; CAMARGO, S. H. C. R. V. A (2011) ✓ SAUBERLICH, K. C. H. C. (2012) ✓ SOUZA, C. T.; DA SILVA, C.; GESSINGER, R. M. (2017)
FALTA DE IDENTIFICAÇÃO COM O CURSO	<ul style="list-style-type: none"> ✓ CUNHA, A. M.; TUNES, E.; SILVA, R. R. D. (2001) ✓ ANDRIOLA, W. (2009) ✓ DIAS, E. C., THEÓPHILO, C. R., & LOPES, M. A. (2010). ✓ SANTOS, G. A. L.; GALLI, L. C. L. A.; SACOMANO NETO, M.; GIULIANI, A. C.; CAMARGO, S. H. C. R. V. A (2011) ✓ RODRIGUES, S. M. Y. O. (2012) ✓ SAUBERLICH, K. C. H. C. (2012)

ASPECTO CONJUNTURAL

- ✓ BIAZUS, C. A. (2004)
- ✓ PACHECO, A. S. V; MELO, P. A; NAKAYAMA, M. K; BENETTI, K. C; RISSI, M; NETO, L. M. (2008)

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O objetivo deste capítulo foi mensurar a evasão universitária dos cursos da Universidade Federal de Uberlândia, no período de 2006 a 2017, e identificar seus determinantes. Por meio do referencial teórico, verifica-se que muitos são os fatores que influenciam a decisão de evadir.

2.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo teve por objetivo apresentar e explicar a metodologia científica utilizada para a realização desta pesquisa.

Nesta seção, foram apresentados a natureza da pesquisa, o percurso metodológico, os procedimentos para a coleta e análise de dados, o local da pesquisa, a amostra e os participantes da pesquisa.

2.3.1 Percurso Metodológico

Com o objetivo de identificar os determinantes da evasão universitária na Universidade Federal de Uberlândia e sua influência no tempo de permanência do aluno evadido, foi realizada uma pesquisa de natureza quantitativa. Estudos dessa natureza permitem que os dados e as evidências coletadas possam ser quantificados e mensurados. Nesse caso, os dados são filtrados, organizados e tabulados e submetidos a procedimentos estatísticos que facilitam a interpretação da informação (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Quanto ao objetivo, esta pesquisa pode ser caracterizada como descritiva, uma vez que, como leciona Andrade (2004), a pesquisa descritiva busca identificar as particularidades do contexto a partir de uma análise sem a influência do pesquisador por meio de registro, análises, observação e interpretação.

Com a finalidade de identificar os determinantes da evasão universitária, esta

pesquisa foi amparada por pesquisa documental e *survey* (aplicação de questionários).

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa documental nos relatórios gerais de evasão da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) para identificar os discentes evadidos da Universidade Federal de Uberlândia, tendo sido os referidos relatórios obtidos junto à PROGRAD. Segundo Bailey (2008), compreende-se a pesquisa documental como uma técnica que analisa documentos que contêm informações sobre o fenômeno que se deseja explorar. A segunda fase desta pesquisa consistiu na aplicação de questionário aos discentes evadidos.

Para execução da pesquisa, foi escolhida a Universidade Federal de Uberlândia. Essa escolha está relacionada com a visão da UFU, que consiste em ser referência regional, nacional e internacional de universidade pública na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão em todos os campi, além de estar comprometida com a garantia dos direitos fundamentais e com o desenvolvimento regional (UFU, 2016).

A população participante desta pesquisa envolve todos os discentes que ingressaram na Universidade Federal de Uberlândia entre o período de 2006 a 2017/1 e interromperam o ciclo de estudos antes do término, ou seja, os alunos evadidos da Universidade Federal de Uberlândia. Segundo Malhotra (2012), o tamanho da amostra diz respeito ao número de elementos a serem incluídos na pesquisa. Ainda segundo o autor, o tamanho da amostra em pesquisa de identificação de problema deve ser de, no mínimo, 500 participantes e deve ter uma abrangência média de 1000 a 2500. Sendo assim, a amostra desta pesquisa é constituída por 1000 (um mil) discentes evadidos, pois esse é um valor ideal para amostras por conveniências e segmentadas para que sejam representativas da população.

Justifica-se o cálculo amostral com base na realização de uma amostra por conveniência a partir do universo da pesquisa, que são todos os alunos que se evadiram da UFU entre 2006 a 2017. A partir desse universo, segmentou-se a amostra por cursos e anos.

A amostra da pesquisa constitui de alunos evadidos da Universidade Federal de Uberlândia e a variável dependente do estudo relaciona-se ao instante da evasão, de modo que os determinantes da evasão foram utilizados para identificar o quanto eles influenciam em retardar ou acelerar a evasão.

A metodologia do estudo utilizará, como técnica de análise de dados, testes de diferenças entre médias e regressão múltipla e, a partir da literatura analisada, foram

levantadas 29 determinantes da evasão, os quais se constituem nas variáveis independentes do estudo. De acordo com Hair Jr et al. (2009), a técnica da regressão múltipla é o uso de duas ou mais variáveis independentes na previsão de uma variável dependente. O ponto de partida necessário na regressão múltipla, como ocorre em todas as técnicas estatísticas multivariadas, é o problema de pesquisa. Logo, analisaremos os determinantes da evasão e a sua influência em retardar ou acelerar a evasão universitária.

Os critérios de inclusão da referida pesquisa consistem nos ingressantes da Universidade Federal de Uberlândia a partir de 2006 até o primeiro semestre de 2017 que, por algum motivo, desistiram de concluir o curso de graduação (evadidos).

Com a finalidade de preservar a confidencialidade do questionário, os critérios de exclusão podem ser definidos pelos respondentes que deixaram de responder alguma questão e também aqueles respondentes que, em questões similares e/ou que se associam, tenham colocado respostas bem divergentes, demonstrando que o questionário não foi respondido de forma criteriosa, bem como todos os indivíduos que se recusarem a responder o questionário proposto.

A base de dados em que constam alunos evadidos foi fornecida a partir dos Relatórios Gerais de Evasão da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Ressalta-se que os dados foram solicitados junto à Pró-Reitoria por meio de um ofício, pelo qual a pesquisadora se responsabilizou pela utilização dos dados de forma ética e apenas com finalidades acadêmicas.

Para a técnica de coleta de dados, foi utilizado o perfil da pesquisadora na rede social (Facebook) para divulgar a pesquisa nos grupos relacionados à UFU, apresentando os objetivos e a importância da referida pesquisa, bem como os riscos em participar da pesquisa, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os interessados em participar da pesquisa forneceram seus contatos (e-mails ou telefone) no formulário, o qual foi disponibilizado pela pesquisadora para que os possíveis interessados em participar da pesquisa pudessem cadastrar seu contato. Para os interessados, foi enviado o link do questionário e os mesmos foram convidados a respondê-lo. Antes de acessar o questionário, os participantes, obrigatoriamente, tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para, dessa forma, consentirem ou não em participar da pesquisa.

Ressalta-se ainda que a pesquisadora divulgou a pesquisa nos grupos de Facebook relacionados à Universidade Federal de Uberlândia com a finalidade de encontrar

possíveis discentes evadidos interessados em participar da pesquisa

A plataforma online, SurveyMonkey, utilizada para coleta de dados, conta com uma política de privacidade e segurança, responsabilizando-se a pesquisadora por não vender os dados coletados nos questionários e, tampouco, utilizar as respostas coletadas para outros fins. A plataforma protege os endereços de e-mails dos participantes e todos os dados são mantidos em segurança, sendo essas políticas eficazes para diminuir o risco informado. Ainda, para minimizar os riscos da pesquisa, a plataforma SurveyMonkey foi configurada para impedir o acesso aos e-mails ou a qualquer dado dos respondentes que possam identificá-los. Ademais, caso a pesquisa fosse iniciada e não fosse encontrado o número de participantes necessários, a pesquisa seria suspensa ou encerrada.

2.3.2 Técnicas de coleta e análises dos dados

Os dados da pesquisa foram obtidos de duas fontes. A primeira é uma fonte de dados secundária obtida via sistema interno da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) com autorização da instituição. Esses dados contêm as informações sobre os alunos evadidos, tais como, nome, curso, período de ingresso e período em que se evadiu. A segunda é uma fonte de dados primários obtidos a partir da aplicação de questionários junto aos alunos evadidos com o intuito de identificar os determinantes da evasão. Esse questionário contém dados demográficos e os determinantes da evasão universitária, segundo a literatura analisada neste trabalho, os quais foram mensurados por meio de escala de Likert de 3 e 7 pontos, conforme Apêndice B.

É importante ressaltar que há três elementos fundamentais que devem ser observados na elaboração de um questionário, sendo eles: (i) a redação das perguntas e a sua formatação; (ii) a linguagem deve ser acessível aos participantes; e (iii) deve-se cuidar da formatação, do número de alternativas disponibilizadas e da ordem de exposição, pois um questionário permite identificar opiniões, crenças, interesses, sentimentos, expectativas e situações vivenciadas (GIL, 1999; REA; PARKER, 2000). E, ainda, para elaboração do questionário, buscou-se direcionar pelas sugestões propostas por Rea e Parker (2000), os quais apontam a necessidade de se elaborar um instrumento conciso, mas que consiga abordar uma série de respostas que auxiliem na consecução dos objetivos.

Para garantir esses aspectos, foi realizado um pré-teste do questionário elaborado, visto que é importante que o instrumento da pesquisa meça exatamente aquilo

a que se propõe. Com a realização do pré-teste, busca-se avaliar o instrumento de coleta de dados e verificar se o mesmo apresenta elementos significativos para um resultado eficaz, tais como: fidedignidade, validade e operatividade (GIL, 2002; MARCONI; LAKATOS, 2010). Segundo Widelfet et al. (2005), o pré-teste é uma fase fundamental da pesquisa, em que é possível verificar se a tradução da escala pode ser entendida e interpretada corretamente, podendo o pré-teste aumentar a validade do instrumento.

O questionário foi elaborado em uma versão preliminar com base na literatura sobre evasão e seus determinantes e apresentado a quatro professores especialistas no tema para que esses pudessem apreciar os itens quanto à clareza e entendimento, bem como para verificarem possíveis perguntas-problemas. Os procedimentos utilizados para a pré-testagem foram baseados nas orientações de Malhotra (2002), o qual instrui que o pré-teste não deve se ater somente à compreensão dos itens, mas também devem ser consideradas pelos sujeitos que preencherão os questionários durante o pré-teste questões referentes à compreensão das respostas da escala, ao *layout* do questionário, à dificuldade de responder as questões, às instruções dos questionários e, também, ao grau de atenção dos respondentes.

Após a aplicação do pré-teste e os devidos ajustes no instrumento de coleta dos dados, o questionário foi operacionalizado por meio do formulário do Survey Monkey, tão logo foi aprovado pelo Comitê de Ética, o que se deu entre maio e julho de 2018.

Após coletados, os dados foram tratados e analisados com a utilização do software IBM Statistics 25.0. Primeiramente, verificou-se a quantidade de respostas válidas. De uma população de 22340 de alunos evadidos entre 2006 a 2017, 596 responderam à pesquisa e, desse total, chegou-se a uma amostra final de 366 respostas válidas. Os casos excluídos da amostra final incluem os *missing values* (respondentes que declararam não ter interesse em participar da pesquisa) e respondentes que assinalaram a opção “não sei opinar” ou “eu cursava disciplina de vários períodos”.

De posse dos dados válidos, foram elaborados gráficos *boxplot* para identificar a presença de outliers, ressaltando-se que nenhum outlier foi identificado na amostra.

Na sequência, as escalas foram padronizadas tanto quanto ao *range* (escalas Likert de 7 pontos para escalas Likert de 3 pontos) quanto ao ordenamento das respostas (de menor concordância para maior concordância) no intuito de facilitar a interpretação dos resultados. A referida padronização serviu para dispor as respostas numa mesma ordem de análise, ou seja, padronizar em ordem crescente de importância para o respondente.

Essa padronização foi importante para se ter um mesmo nível de variabilidade dos dados, assumindo, dessa forma, a premissa de que as opiniões declaradas pelos respondentes são escalares. Para Junior e Costa (2014, p. 4), a escala de verificação de Likert consiste em tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância. Nesse sentido, cada item associado à mensuração a partir de uma escala Likert foi considerado como variável métrica (escalar).

Após o tratamento dos dados, foram realizadas análises descritivas por meio de análises estatísticas, pois esse é um instrumento matemático que possibilita recolher, organizar, apresentar, analisar e interpretar dados (PESTANA; GAGEIRO, 2003). A estatística descritiva possibilita ao pesquisador uma compreensão mais profunda dos dados por meio de tabelas, gráficos, medidas (FÁVERO et al., 2009).

Ainda no intuito de identificar fatores determinantes da evasão, em função do período em que ocorreu a evasão, utilizou-se de análise multivariada dos dados primários da pesquisa. A técnica de análise multivariada dos dados utilizada neste trabalho é a regressão linear múltipla. Segundo Hair et al. (2009), essa técnica permite analisar a relação entre uma única variável dependente e demais variáveis independentes. O modelo testado nesta pesquisa está descrito na Equação 1:

$$Evasão_t = a_t + \sum_{n=1}^{29} \beta_{n_t} determinante_{n_t} + \varepsilon_t \quad (1)$$

Onde:

– $Evasão_t$ é o período em que ocorreu a evasão (questão 11 do questionário);

- a_t é a constante do modelo;

– $\sum_{n=1}^{29} \beta_{n_t} determinante_{n_t}$ são os 29 determinantes da evasão levantados

neste trabalho a partir da literatura (questões 13 a 43);

– ε_t é o termo de erro

Nesse caso, a variável dependente se refere ao instante da evasão de modo que os determinantes da evasão foram utilizados para identificar o quanto eles influenciam em retardar ou acelerar a evasão escolar universitária.

Dada a quantidade de determinantes, sendo alguns com colinearidade, visto que mensuram quase que o mesmo fenômeno, utilizou-se, para a regressão, o método de *forward stepwise* para inserção (valores-p inferiores a 0.05) e exclusão das variáveis (valores-p superiores a 0.1). Ao nível de significância de 5%, constatou-se que o modelo final obtido possui os coeficientes significativamente diferentes de zero (Teste de F com $p < 0,001$), não apresentou problemas de multicolinearidade (VIF médio e de cada variável menor que 10), os resíduos da regressão demonstraram seguir uma distribuição normal (observa-se, visualmente, que os resíduos plotados no P-P plot estão alinhados ao longo da linha diagonal) e se comportaram de forma homocedástica (observa-se, visualmente, que os resíduos estão aleatoriamente distribuídos sem apontar para uma tendência).

Para efeito de robustez, foram realizados testes, considerando as diferentes escalas (Likert de 7 pontos e Likert de 3 pontos), com e sem a padronização das escalas. O Quadro 4 apresenta o protocolo desta pesquisa, permitindo interpretar o vínculo do objetivo da pesquisa, as fontes, a coleta e a análise dos dados.

Quadro 4 – Protocolo da Pesquisa

Problema de Pesquisa: Quais os determinantes da evasão universitária na Universidade Federal de Uberlândia – UFU sob a perspectiva dos evadidos?			
Objetivo Geral: Identificar os determinantes da evasão universitária e o impacto desta evasão no gasto público.			
Objetivos Específicos	Fonte de Dados	Instrumentos de Coleta de Dados	Técnica de Análise de Dados
Mensurar a evasão universitária dos cursos da Universidade Federal de Uberlândia no período de 2006 a 2017 e identificar seus determinantes.	Pesquisa Bibliográfica; Pesquisa Documental; Questionário.	Questionário (<i>survey</i>)	Análise Estatística: - estatística descritiva; -estatística multivariada (regressão linear múltipla).

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O Quadro 4 sintetiza o percurso metodológico desta pesquisa.

2.4 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Com a finalidade de alcançar o objetivo deste capítulo, que consiste em mensurar a evasão universitária dos cursos da Universidade Federal de Uberlândia no período de

2006 a 2017, bem como identificar seus determinantes, foi realizada, em primeiro momento, uma análise dos dados disponibilizados pela Diretoria de Controle Acadêmico e, posteriormente, foi aplicado um questionário aos evadidos da UFU para a coleta de dados da pesquisa.

2.4.1 Mensuração da Evasão Universitária nos cursos da UFU

Considerando os dados disponibilizados pela DIRAC, é possível verificar que, de 2006 a 2017, a Universidade Federal de Uberlândia contabilizou 22340 alunos evadidos.

Atualmente, a UFU oferta 78 cursos de graduação nos campi de Uberlândia, 11 cursos de graduação no campus Ituiutaba, 05 cursos de graduação no campus Monte Carmelo e 03 cursos de graduação no campus Patos de Minas. Com relação ao Ensino a Distância, somam-se seis cursos de graduação (UFU, 2018).

Na Tabela 3, é possível identificar os trinta cursos que apresentam o maior índice de evasão na Universidade Federal de Uberlândia. Em primeiro lugar, representando 3,21% do total de evadidos nos anos analisados, encontra-se o curso de graduação em Matemática: Licenciatura – Integral, seguido do curso de graduação em Física: Licenciatura – Noturna, os quais lideram o ranking dos cursos com maiores índices de evasão. O terceiro lugar é ocupado pelo curso de graduação em Ciências Econômicas: Bacharelado – Integral, com 2,35% de evadidos.

Tabela 3 – Os 30 cursos com maiores índices de evasão na UFU.

Curso	Porcentagem Evadida	Número de Evadidos
Graduação em Matemática: Licenciatura – Integral	3,21%	716
Graduação em Física: Licenciatura – Noturno	2,50%	558
Graduação em Ciências Econômicas: Bacharelado – Integral	2,35%	524
Graduação em Ciência da Computação: Bacharelado - Integral	2,32%	518
Graduação em Sistemas de Informação: Bacharelado - Noturno	2,23%	499
Graduação em Engenharia Mecânica: Bacharelado – Integral	2,06%	460
Graduação em Administração: Bacharelado – Noturno	1,92%	429
Graduação em Engenharia Civil: Bacharelado – Integral	1,84%	410
Graduação em Engenharia Química: Bacharelado – Integral	1,83%	409
Graduação em Filosofia: Licenciatura – Noturno	1,47%	328

Graduação em Física de Materiais: Bacharelado – Integral	1,46%	326
Graduação em Geografia: Licenciatura – Matutino	1,35%	302
Graduação em Geografia: Licenciatura – Noturno	1,35%	301
Graduação em Administração a Distância: Bacharelado - Campinas	1,31%	292
Graduação em Educação Física: Licenciatura e Bacharelado – Integral	1,29%	289
Graduação em Estatística: Bacharelado – Noturno	1,28%	286
Graduação em Agronomia: Bacharelado – Integral	1,27%	283
Graduação em Ciências Contábeis: Bacharelado – Noturno	1,26%	281
Curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica - Ciclo Básico	1,26%	281
Graduação em História: Licenciatura e Bacharelado - Noturno	1,22%	273
Graduação em Ciências Sociais: Licenciatura – Matutino	1,21%	270
Graduação em Gestão da Informação: Bacharelado – Integral	1,11%	249
Graduação em Ciências Biológicas: Licenciatura – Integral	1,07%	240
Graduação em Engenharia de Produção: Bacharelado - Integral – Pontal	1,07%	238
Graduação em Engenharia Biomédica: Bacharelado – Integral	1,03%	231
Graduação em Química: Licenciatura - Noturno – Pontal	1,00%	224
Graduação em Direito: Bacharelado – Noturno	0,98%	220
Graduação em Enfermagem: Licenciatura e Bacharelado - Integral	0,98%	220
Graduação em Matemática: Licenciatura - Noturno – Pontal	0,97%	217
Graduação em História: Licenciatura e Bacharelado - Matutino	0,95%	212

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponibilizados pela DIRAC (2018).

A Tabela 4, a seguir, apresenta o número de evadidos dos três campi fora de sede, sendo eles: Monte Carmelo, Patos de Minas e Pontal. É possível identificar que, no Campus Pontal (Ituiutaba), é onde se evidencia o maior número de discentes evadidos, seguido do Campus Monte Carmelo e do Campus Patos de Minas.

É importante informar que o Campus Pontal foi criado por meio da Resolução nº 02/2006 do Conselho Universitário, tendo iniciado suas atividades em janeiro 2007 e conta, atualmente, com 11 cursos de graduação. Já o Campus Monte Carmelo foi criado por meio da Resolução nº 09/2010 do Conselho Universitário e, atualmente, conta com 05 cursos de graduação. O Campus Patos de Minas também foi criado no ano de 2010,

por meio da Resolução nº 10/2010 do Conselho Universitário e conta com 03 cursos de graduação, tendo ambos iniciado suas atividades no primeiro semestre de 2011.

Tabela 4 – Número de evadidos nos campi fora de sede.

Curso de Graduação	Porcentagem Evadida	Número de Evadidos
CAMPUS MONTE CARMELO		
Graduação em Sistemas de Informação: Bacharelado - Integral -	35,68%	167
Graduação em Agronomia: Bacharelado - Integral - Monte Carmelo	23,29%	109
Graduação em Engenharia de Agrimensura e Cartográfica: Bacharelado - Integral - Monte Carmelo	20,30%	95
Graduação em Geologia: Bacharelado - Integral - Monte Carmelo	11,75%	55
Graduação em Engenharia Florestal: Bacharelado - Integral	8,97%	42
Total	100%	468
CAMPUS PATOS DE MINAS		
Graduação em Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações: Bacharelado - Integral - Patos de Minas	37,60%	147
Graduação em Engenharia de Alimentos: Bacharelado - Integral -	32,99%	129
Graduação em Biotecnologia: Bacharelado - Integral - Patos de Minas	29,41%	115
Total	100%	391
CAMPUS PONTAL (ITUIUTABA)		
Graduação em Engenharia de Produção: Bacharelado - Integral -	9,01%	238
Graduação em Química: Licenciatura - Noturno - Pontal	8,48%	224
Graduação em Matemática: Licenciatura - Noturno - Pontal	8,22%	217
Graduação em Ciências Contábeis: Bacharelado - Noturno - Pontal	6,97%	184
Graduação em História: Licenciatura e Bacharelado - Noturno - Pontal	6,70%	177
Graduação em Administração: Bacharelado - Matutino - Pontal	6,36%	168
Graduação em Geografia: Licenciatura e Bacharelado - Noturno -	6,29%	166
Graduação em Geografia: Licenciatura e Bacharelado - Matutino - Pontal	5,60%	148
Graduação em Física: Licenciatura - Noturno - Pontal	5,38%	142
Graduação em Pedagogia: Licenciatura - Noturno - Pontal	5,19%	137
Graduação em Ciências Biológicas: Licenciatura - Noturno - Pontal	4,92%	130
Graduação em Pedagogia: Licenciatura - Integral - Pontal	4,01%	106
Graduação em Serviço Social: Bacharelado - Integral - Pontal	3,41%	90
Graduação em Química: Bacharelado - Integral - Pontal	3,07%	81
Graduação em Ciências Biológicas: Bacharelado - Integral - Pontal	2,88%	76
Graduação em Ciências Biológicas: Licenciatura e Bacharelado - Integral - Pontal	2,50%	66
Graduação em Química: Licenciatura - Integral - Pontal	2,31%	61
Graduação em Física: Licenciatura e Bacharelado - Noturno - Pontal	1,86%	49
Graduação em Matemática: Bacharelado - Integral - Pontal	1,59%	42
Graduação em História: Licenciatura e Bacharelado - Matutino -	1,51%	40
Graduação em Física: Licenciatura e Bacharelado - Integral - Pontal	1,06%	28
Graduação em Matemática: Licenciatura - Integral - Pontal	1,02%	27
Graduação em Ciências Biológicas: Licenciatura e Bacharelado - Noturno - Pontal	0,95%	25
Graduação em Química: Bacharelado - Noturno - Pontal	0,68%	18
Graduação em Matemática: Bacharelado - Noturno - Pontal	0,04%	1

Total	100%	2641
--------------	-------------	-------------

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponibilizados pela DIRAC (2018).

Em seguida, tem-se uma análise do número de evasão em todos os campi e polos da Universidade Federal de Uberlândia.

Tabela 5 – Evasão na UFU.

Campi	Número de Evadidos	Porcentagem Evadida
Campus Santa Mônica	13941	62,40%
Campus Pontal	2641	11,82%
Campus Umuarama	2529	11,32%
Campus Educação Física/ESEBA	489	2,19%
Campus Monte Carmelo	468	2,09%
Polo Uberlândia	415	1,86%
Campus Patos de Minas	391	1,75%
Polo Campinas	292	1,31%
Polo Uberaba	244	1,09%
Polo Patos de Minas	229	1,03%
Polo Araxá	197	0,88%
Polo Igarapava	166	0,74%
Polo São Carlos	110	0,49%
Polo Votuporanga	57	0,26%
Polo Carneirinho	50	0,22%
Polo Coromandel	35	0,16%
Polo Buritis	32	0,14%
Polo Araguari	23	0,10%
Polo Ituiutaba	22	0,10%
Polo Bicas	9	0,04%
Total Geral	22340	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponibilizados pela DIRAC (2018).

Com sete campi, sendo quatro em Uberlândia (MG), um em Ituiutaba (MG), um em Monte Carmelo (MG) e um em Patos de Minas (MG), a UFU é o principal centro de referência em ciência e tecnologia de uma ampla região do Brasil Central que engloba o Triângulo Mineiro, o Alto Paranaíba, o Noroeste e partes do Norte de Minas, o Sul e o Sudoeste de Goiás, o Norte de São Paulo e o Leste de Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso (UFU, 2016). Os quatros campi situados em Uberlândia são o Campus Santa Mônica, Campus Umuarama, Campus Educação Física e Campus Glória. O Campus de Ituiutaba também é conhecido como Campus Pontal.

Na Tabela 5, é possível identificar o índice de evasão em todos os *campi* da UFU. Observa-se que os três *campi* de Uberlândia (Santa Mônica, Umuarama e Educação Física) representam, juntos, mais de 75% do índice de evasão.

Quanto aos *campi* fora de sede, podemos verificar que 2641 discentes interromperam os estudos antes do término. Já em Monte Carmelo, foram 468 discentes evadidos e, em Patos de Minas, 391 alunos não concluíram os estudos.

Quanto aos polos relacionados na referida tabela, os dados se referem aos cursos de graduação a distância ofertados pela UFU, sendo eles: Graduação em Administração a Distância, Graduação em Administração Pública a Distância, Graduação em Letras a Distância, Graduação em Matemática a Distância e Graduação em Pedagogia a Distância. Verifica-se, ainda, que os Polos Uberlândia, Campinas e Uberaba são aqueles que apresentam os maiores índices de evasão, sendo, respectivamente, 1,86%, 1,31% e 1,09%.

Complementando as análises que mensuram a evasão na UFU, analisamos a seguir o número de evadidos por ano pesquisado.

Tabela 6 – Relação entre Ingresso e Evasão – por ano.

Ano Analisado	Número de Ingressantes	Número de Evadidos	Evadidos em relação aos Ingressantes
2006	2296	1032	45%
2007	2913	1197	41%
2008	2830	829	29%
2009	4362	1346	31%
2010	4191	1968	47%
2011	4009	1446	36%
2012	5500	1650	30%
2013	5395	3144	58%
2014	5035	3301	66%
2015	2789	1244	45%
2016	5177	4122	80%
2017.1	3405	1061	31%
	47902	22340	

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponibilizados pela DIRAC (UFU) / INEP (MEC) (2018).

Por meio da Tabela 6, é possível certificar que, dos anos analisados, foi em 2016 que ocorreu o maior número de evasão na UFU. Observamos ainda que há uma variação considerável no número de alunos evadidos de um ano para outro. Em 2007, a UFU teve 1197 evadidos e, em 2008, esse número caiu consideravelmente para 829. Entretanto, em 2009, o número se eleva para 1346, e, no ano seguinte, foram 1968 discentes evadidos na

UFU. Já em 2011, esse número é minimizado, visto que o número de evadidos cai para 1446, porém, em 2012, volta ao patamar de 1650 evadidos. No ano de 2013, o número de evadidos se eleva notavelmente para 3144, somando, em 2014, 3301 evadidos na universidade. Quanto ao ano de 2015, o número de evadidos reduz para 1244, contudo, em 2016, o número de alunos evadidos na UFU chega a 4122.

Melo (2015) afirma que o número de alunos que não se formam na UFU é alto e a preocupação com esses índices levou ao desenvolvimento de um programa para tentar diminuir os casos de evasão. O referido programa tem como propósito deixar as aulas mais atraentes. Quillici Neto (2017) também afirma que os números de evasão são expressivos na UFU e estão ligados a uma série de fatores de origem econômica, social, educacional e psicológica.

Tabela 7 – Formas de Evasão na Universidade Federal de Uberlândia.

Forma de Evasão	Número de Evadidos	Porcentagem Evadida
Desistente Oficial	9497	42,51%
Abandono	7705	34,49%
Jubilamento	2539	11,37%
Transferência Interna	707	3,16%
Mobilidade Acadêmica	457	2,05%
Transferido	445	1,99%
Desistente	421	1,88%
Desligamento	313	1,40%
Cancelamento por indeferimento de renda	58	0,26%
Desligamento Convênio	51	0,23%
Cancelado por Indeferimento	36	0,16%
Falecimento	35	0,16%
Transferência Interna - Migração	22	0,10%
Desistente: Mudança de IES	20	0,09%
Formado - Mandado de Segurança	13	0,06%
Desligamento Decisão Judicial	8	0,04%
Opção de Curso	5	0,02%
Cancelamento de Matrícula - Mandado Segurança	5	0,02%
Cancelamento Convênio	3	0,01%
Total Geral	22340	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponibilizados pela DIRAC (2018).

Quanto às formas de evasão na Universidade Federal de Uberlândia, podemos identificar, por meio da Tabela 7, que, para os anos analisados, as três principais formas de evasão na UFU são: desistência oficial, abandono e jubilamento. Juntas, essas três modalidades de evasão representam mais de 88% de evasão na UFU, portanto, requerem

muita atenção por parte da instituição com a finalidade de eu sejam empreendidas significativas mudanças no âmbito universitário em relação aos índices de evasão.

Segundo as Normas Gerais de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, Resolução nº 15/2011 do Conselho de Graduação, é considerado desistente oficial o discente que comunicar formalmente a desistência de sua vaga no curso. O abandono de curso representa a não renovação de matrícula pelo discente em componentes curriculares depois de esgotados os períodos de trancamento de matrícula, enquanto é passível de jubramento o discente que não concluir o curso no tempo máximo previsto no Projeto Pedagógico do curso e o discente que tiver rendimento acadêmico insuficiente.

Ainda, há outras formas de evasão recorrentes na Universidade Federal de Uberlândia, tais como, transferência interna, mobilidade acadêmica, transferência externa, desistente e desligamento. Conforme as Normas Gerais de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, são definidas por transferências internas aquelas facultadas aos discentes vinculados a cursos de graduação da UFU. Atualmente, utiliza-se o termo transferência facultativa visto que é facultada aos discentes com vínculo a curso de graduação da UFU, conforme redação dada pela Resolução nº 04/2016/CONGRAD, de 11/3/2016.

A mobilidade acadêmica é a oportunidade dada ao discente para a realização de atividades acadêmicas em IES brasileiras ou estrangeiras distintas daquela com a qual mantém vínculo no âmbito de convênios específicos. Já a forma de evasão que se refere ao discente transferido diz respeito àqueles alunos que foram transferidos para outras instituições de ensino.

Ainda de acordo com as Normas Gerais de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, é considerado desistente o discente que não frequentar, no mínimo, 75% da carga horária total dos componentes curriculares nos quais estiver matriculado ou de outras atividades acadêmicas promovidas pelo curso e ministradas durante os dez primeiros dias letivos do semestre ou ano letivos de seu ingresso ou formalizar sua desistência dentro desse prazo. E é considerado desligado o discente que incorrer em atos disciplinares nos casos previstos no Estatuto ou no Regimento Geral da UFU.

Observamos, em seguida, o número de evadidos na UFU de acordo com o tipo do curso.

Tabela 8 – Evasão nos tipos de cursos ofertados pela UFU.

Tipo de Curso	Número de Ingressantes	Número de Evadidos	Evadidos em relação aos Ingressantes
EAD	2146	1881	88%
Presencial	42351	20459	48%
Total Geral	44497	22340	

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponibilizados pela DIRAC (UFU) / INEP (MEC) (2018).

Por meio da Tabela 8, é possível perceber que os cursos na modalidade presencial são os que apresentam os maiores índices de evasão na Universidade Federal de Uberlândia, representando 91,58%, enquanto que a modalidade EAD apresenta um índice de 8,42% do número de evadidos. Entretanto, é importante mencionar que, quanto ao ensino a distância, a UFU oferta somente seis cursos de graduação, enquanto que, na modalidade presencial, são ofertados mais de 90 cursos de graduação.

Para o período analisado, podemos observar que o número de evadidos na modalidade EAD representa 88% do número de ingressantes e, na modalidade presencial, esse número corresponde a 48% dos ingressantes.

2.4.2 Determinantes da Evasão na Universidade Federal de Uberlândia

Apresentaremos, a seguir, o perfil da amostra da pesquisa aplicada aos discentes evadidos da Universidade Federal de Uberlândia entre os dias 07 de maio de 2018 a 10 de julho de 2018.

A pesquisa foi aplicada por meio eletrônico e contou com um total de 596 participantes. Entretanto, do total de respostas, 61 dos respondentes assinalaram negativamente na pergunta que indagava “Para participar da pesquisa, é necessário que você concorde com o termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Você concorda em participar desta pesquisa e afirma ser um discente evadido da Universidade Federal de Uberlândia?”. Dessa forma, esses respondentes não puderam dar sequência na pesquisa, pois um dos requisitos para participar da pesquisa consistia em ser evadido e concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Ao final, foram validadas 366 respostas, pois muitos participantes assinalaram a opção “não sei opinar” ou “eu cursava disciplina de vários períodos”.

Quanto à análise do perfil dos discentes evadidos, foram verificadas as seguintes variáveis: sexo, idade, curso escolhido, município onde residia durante o curso, com quem residia durante o curso, estado civil na época em que frequentava o curso, meio de transporte que utilizava para chegar à universidade, se durante o período que frequentava

o curso exercia alguma atividade remunerada, jornada semanal de trabalho, se havia alguma relação entre a atividade profissional e o curso escolhido, turno do curso e em qual período desistiu do curso. Os resultados obtidos nesta pesquisa são apresentados na sequência.

Com relação à variável sexo, foi apurado que, entre os homens, o percentual de evasão é maior que entre as mulheres. Esses percentuais são evidenciados na Tabela 9, que se segue:

Tabela 9 – Perfil da amostra: Sexo.

		Qual seu sexo?			
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Masculino	211	57,7	57,7	57,7
	Feminino	152	41,5	41,5	99,2
	Prefiro não declarar	3	,8	,8	100,0
	Total	366	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação à faixa etária, observa-se que 56,3% dos evadidos analisados ingressaram na UFU com idades entre 16 a 21 anos.

Tabela 10 - Perfil da amostra: Faixa Etária.

		Com qual idade você ingressou na Universidade Federal de Uberlândia?			
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	16 a 21 anos.	206	56,3	56,3	56,3
	22 a 27 anos.	78	21,3	21,3	77,6
	28 a 33 anos.	42	11,5	11,5	89,1
	34 a 39 anos.	21	5,7	5,7	94,8
	40 anos ou mais.	19	5,2	5,2	100,0
	Total	366	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa.

Em recente reportagem divulgada no G1 – São Paulo, que versou sobre as desistências no ensino superior, o professor de economia do Insper, Sérgio Firpo (2018), afirma que a alta taxa de desistência está ligada, entre outros motivos, ao modelo de

ensino superior brasileiro que obriga o estudante a escolher uma carreira muito cedo, entre 17 e 18 anos, quando se espera que ele tenha concluído o ensino médio.

Portanto, as estatísticas dos evadidos da Universidade Federal de Uberlândia confirmam o apontamento de Firpo (2018), pois, dos 366 respondentes, 206 deles desistiram do curso com idade entre 16 a 21 anos.

Dando continuidade, analisaremos quais eram os cursos mais comuns que os respondentes da pesquisa frequentavam quando desistiram do curso. Do total de respondentes, 5,5% (20) cursavam o curso de Engenharia Elétrica, 5,2% (19), o curso de Sistemas de Informações, 4,4% (16), o curso de Letras, e 4,1% (15), o curso de Ciências da Computação.

Ainda, os dados analisados revelam que, dos cursos de Administração Pública (EAD), Ciências Biológicas e Geografia, responderam esta pesquisa 14 estudantes de cada curso, representando, para cada curso, um total de 3,8% do total da amostra. Dos participantes da pesquisa, 13 afirmaram cursar a graduação de Química, o que representa um percentual de 3,6%.

Os cursos de Ciências Econômicas, Filosofia e Pedagogia também aparecem no ranking dos cursos frequentados pelos evadidos da pesquisa. Para cada um desses cursos, 11 participantes da pesquisa afirmaram estar matriculados em um deles.

Em seguida, representando 2,7% da pesquisa, revelam-se os cursos de Administração, Direito e Engenharia Mecânica. Para cada uma dessas graduações, 10 participantes declararam frequentar esses cursos.

Conduzindo-se os resultados da pesquisa, analisaremos quais os municípios em que os evadidos residiam durante a realização do curso. Do total de respondentes, 78,1% (286) disseram que residiam na cidade de Uberlândia durante o curso, 13,7% (50) declaram residir, na época, em um dos campi fora de sede (Ituiutaba, Monte Carmelo, Patos de Minas), 8,2% (30) afirmaram que residiam em municípios onde não há Campus ou polos da universidade, tais como, Araguari, Araxá, Belo Horizonte, Franca, Goiânia, Ipiáçu, Monte Alegre de Minas, Patrocínio, Santa Vitória e Uberaba.

Ainda no que se refere à moradia, 159 dos participantes da pesquisa residiam com os pais durante o curso, 64 dos respondentes assinalaram que residiam com os cônjuges /companheiros, 40 afirmaram morar sozinhos durante o tempo em que frequentava o curso, 24 residiam com algum parente, 67 residiam em repúblicas e pensões e 12 dos participantes da pesquisa apontaram diferentes opções das apresentadas.

Em seguida, são apresentados os dados referentes ao estado civil dos respondentes da pesquisa na época em que frequentavam os cursos de graduação na Universidade Federal de Uberlândia. Dos respondentes, 78,1% declararam ser solteiros, 13,1% disseram ser casados, 1,6% eram separados/divorciados, 4,6% viviam em união estável e 2,5% declararam outras opções.

Em relação aos meios de transportes utilizados para deslocamento até a Universidade, 140 declararam que se deslocavam para a UFU de ônibus, 109 afirmaram que iam a pé ou de bicicleta, 97 informaram que iam em condução própria, 7 participantes assinalaram que faziam uso da linha de ônibus oferecida pela UFU (INTERCAMPI), 6 respondentes afirmaram que se deslocavam para a faculdade de carona e 7 declararam que utilizavam outras opções para se deslocar até a universidade.

Ainda, indagamos à população da pesquisa se, durante o curso, foi exercida alguma atividade remunerada. Os resultados podem ser observados na Tabela 11.

Tabela 11 - Perfil da amostra: Atividade remunerada

Durante o período em que frequentou o curso, você exercia alguma atividade remunerada?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	183	50,0	50,0	50,0
	Não	183	50,0	50,0	100,0
	Total	366	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível verificar que 50% (183) dos participantes da pesquisa afirmaram que exerciam algum tipo de atividade remunerada concomitantemente com o curso de graduação e 50% (183) não exerciam atividade remunerada. Dos que exerciam atividades remuneradas, 16,9% afirmaram que suas atividades compreendiam mais de 40 horas semanais, 16,4% declararam que as atividades eram desenvolvidas em um período de 31 a 40 horas semanais, 8,2% afirmaram que trabalhavam semanalmente de 21 a 30 horas, 5,7% tinham uma jornada semanal de 11 a 20 horas, 2,5% não tinham uma jornada fixa, mas não excediam a 10 horas semanais e 0,3% dos pesquisados informaram que a jornada semanal de trabalho se encaixava em outras opções das apresentadas. Ainda, no que se refere ao grupo de respondentes que afirmaram exercer atividade profissional durante o curso de graduação, 31,1% (114) dos pesquisados informaram que suas atividades não se

relacionavam com o curso de graduação que cursavam na época, enquanto que, para 18,9% (69), as atividades profissionais relacionavam-se com o curso de graduação em que estavam matriculados na Universidade Federal de Uberlândia.

O questionário aplicado aos evadidos da Universidade Federal de Uberlândia também indagava sobre o turno dos cursos frequentados pelos respondentes da pesquisa. Os resultados da pesquisa demonstram que 53,3% dos participantes da pesquisa estudavam em período integral, 31,4%, no período noturno, 13,1%, no período matutino, e 2,2% afirmaram que o curso era no período vespertino.

Em seguida, analisaremos em qual período ocorreram os maiores índices de desistência. A Tabela 12, a seguir, nos fornece essa informação.

Tabela 12 - Perfil da amostra: Período de desistência.

Em qual período você desistiu do curso?					
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1º Período	68	18,6	18,6	18,6
	2º Período	60	16,4	16,4	35,0
	3º Período	52	14,2	14,2	49,2
	4º Período	48	13,1	13,1	62,3
	5º Período	32	8,7	8,7	71,0
	6º Período	21	5,7	5,7	76,8
	7º Período	11	3,0	3,0	79,8
	8º Período	9	2,5	2,5	82,2
	9º Período	4	1,1	1,1	83,3
	10º Período	6	1,6	1,6	85,0
	12º Período	2	,5	,5	85,5
	Eu cursava disciplina de vários períodos	53	14,5	14,5	100,0
	Total	366	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa.

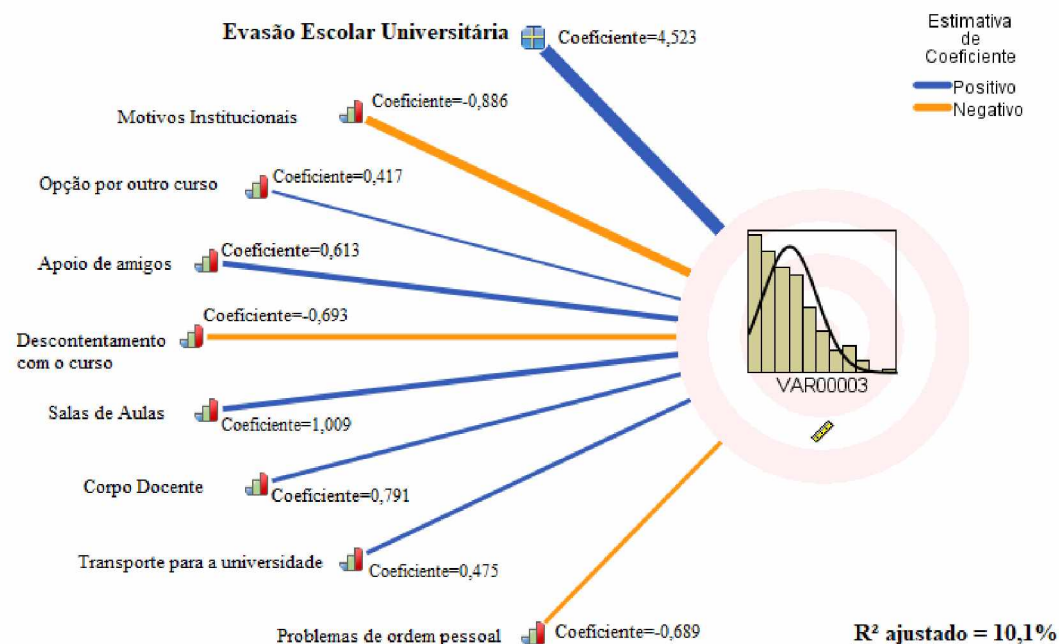
Os dados apresentados na tabela acima demonstram que, para os participantes que responderam à pesquisa, os maiores índices de desistência ocorreram nos períodos iniciais. Observa-se também que 62,3% decidiram desistir do curso nos dois anos iniciais. Recentes dados do INEP (2018) revelam em um estudo que os maiores índices de desistência foram registrados no 2º ano do curso. Dessa forma, os resultados corroboram

outros estudos que concluíram que é nos anos iniciais em que ocorrem os maiores índices de desistência (INEP, 2018).

A partir dos dados coletados com a aplicação do questionário, foi realizada uma regressão linear múltipla. O objetivo principal consistia em criar um modelo padrão em que os dados tidos como verdadeiros foram preparados automaticamente, a nível de confiança em 90%. O método de seleção de modelo foi o *forward stepwise*. Já os critérios de entrada e remoção foram os critérios de informações (AICC), tendo sido incluídos os efeitos que apresentavam valores-p inferiores a 0.05 e removidos os efeitos com valores-p superiores a 0.1.

Dando sequência, analisaremos os dados que nos permitiram interpretar quais são as variáveis que mais influenciam na decisão do aluno em retardar ou acelerar o processo de se evadir da Universidade Federal de Uberlândia.

Figura 2 – Evasão escolar universitária.



Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 2 traz importantes informações. Nessa figura, são apresentadas as variáveis que mais se mostraram determinantes na decisão do aluno de se evadir da Universidade Federal de Uberlândia.

Em resumo, dentre os 29 determinantes da evasão extraídos da literatura que poderiam ser fatores determinantes da evasão universitária na UFU, oito se destacaram e se mostraram significantes para a Universidade Federal de Uberlândia e são analisados a seguir.

- 1) **Motivos Institucionais:** quanto a essa variável, verificou-se que o coeficiente é negativo e significativo. O valor do coeficiente é -0,886. Assim, esse resultado revela que motivos institucionais são variáveis que aceleram a evasão do discente, ou seja, quanto maior for essa variável, mais rápida será a decisão do aluno de se evadir do curso.
- 2) **Opção por outro curso:** nesse caso, verifica-se que a decisão de optar por outro curso é uma variável significativa no processo da evasão escolar universitária, visto que essa variável apresentou-se com um coeficiente de 0,417. Esse resultado revela que a opção por outro curso é uma variável que pode prolongar a decisão do aluno de se evadir ou não da instituição de ensino.
- 3) **Apoio de Amigos:** quanto à variável que representa o apoio de amigos, o coeficiente é de 0,613. Esse resultado traduz que, quanto maior for o apoio de amigos, mais tarde o discente vai se evadir da universidade.
- 4) **Descontentamento com o curso e com a futura profissão:** o coeficiente apresentou uma relação significativa e negativa (-0.693) com a evasão na Universidade Federal de Uberlândia. Esse resultado sugere que, quanto mais o discente se mostrar descontente ou frustrado com as perspectivas da profissão, mais rápido ele decidirá se evadir do curso.
- 5) **Salas de Aulas:** o coeficiente para a variável que corresponde à estrutura das salas de aulas mostrou-se relevante para a evasão, com um valor em 1,009. Esse resultado sugere que, quanto melhor for a percepção dos alunos em relação às salas de aulas, mais tarde ele tomará a decisão de se evadir, ou seja, dependendo das condições das salas de aulas, pode ser que o aluno não vá se evadir da universidade.
- 6) **Corpo Docente:** outra variável que apresentou relevante à evasão escolar universitária foi o corpo docente da instituição, apresentando-se essa variável com um coeficiente de 0,791. Esse fator reflete na decisão do

aluno de se evadir da UFU, pois, quanto melhor for a impressão que os alunos tiverem do corpo docente, mais tarde o aluno vai se evadir do curso.

- 7) **Transporte para a Universidade Federal de Uberlândia:** o transporte para a universidade, dentre diversas variáveis, se demonstrou relevante na decisão do aluno de se evadir do curso, sendo o coeficiente para essa variável de 0,475. Isso aponta que as condições do transporte são fatores que prologam a decisão de desistência do aluno da UFU.
- 8) **Problemas de ordem pessoal:** o coeficiente para essa variável apresentou-se significativo e negativo (-0,689). Esse resultado aponta que os problemas de ordem pessoal podem fazer com que o aluno se decida pela evasão o quanto antes. Mesmo sabendo que os problemas pessoais são fatores que afetam significativamente a evasão escolar universitária, esses são fatores externos e que nem sempre estão ao alcance da instituição resolvê-los.

A partir deste estudo, podemos compreender que a literatura sugere inúmeras variáveis que podem influenciar na evasão escolar universitária. Freitas (2009) já apontava que há diferentes fatores que podem influenciar a decisão do aluno de se evadir do curso de graduação. Especificamente, no caso da Universidade Federal de Uberlândia, identificamos quais foram os fatores que mais influenciaram na decisão do evadido de desistir do curso de graduação.

Aparentemente, essas variáveis podem ser classificadas em dois segmentos: os fatores internos e os fatores externos. Os fatores internos são aqueles relacionados à instituição, tais como: sala de aula, corpo docente, infraestrutura, assistência socioeducacional. Já os fatores externos estão relacionados diretamente ao aluno, a saber: vocação, frustração com o curso, dificuldade de integração, problemas de ordem pessoal. Essas informações vão ao encontro de Paredes (1994) quando ele afirma que os fatores internos estão ligados às questões de infraestrutura, corpo docente e assistência socioeducacional, e os fatores externos são relativos à vocação, aspectos socioeconômicos e problemas de ordem pessoal.

Diante desses resultados, é possível sugerir alguns instrumentos que podem contribuir para a redução das taxas da evasão universitária. Em primeiro momento, seria importante que a Universidade Federal de Uberlândia ofereça projetos de orientação

vocacional aos concluintes do ensino médio que têm interesse em ingressar na instituição para que esses possíveis candidatos tenham condições de definir suas escolhas de forma mais sólida e objetiva. Já em 2007, Rocha e Novaes afirmavam que a falta de orientação pode ser um fator determinante na decisão do estudante de se evadir.

Ainda, é importante que a universidade dê atenção especial aos alunos ingressantes e, no primeiro período do curso, ofereçam informações suficientes e relevantes sobre o curso escolhido, as perspectivas da profissão, as possibilidades de ingresso no mercado, ou seja, logo no início do curso, que seja garantido que os alunos ingressantes tenham conhecimento de sua escolha e o que virá pela frente em relação ao curso escolhido.

Muitos são os fatores que podem interferir na decisão do aluno de desistir do curso de graduação e um dos que se mostrou significativo para a UFU são os motivos institucionais. Nesse caso, podem estar envolvidas variáveis como estrutura física da instituição de ensino, acesso aos docentes, falta de programa de apoio ao aluno, aspectos pedagógicos do curso. Para essa variável, é importante um acompanhamento da universidade junto às demandas dos alunos. Como sugestão, seria viável que a UFU realizasse, periodicamente, uma avaliação dos serviços prestados pela instituição e a visão dos discentes nesses aspectos. Os motivos institucionais são variáveis de relevância e já foram apontadas em outros estudos relacionados à evasão, tais como os de: Biazus (2004), Donoso; Schiefelbein (2007), Silva Filho et al. (2007), Yepes et al. (2007), Andriola (2009), Dias, Theophilo e Lopes (2010) Rodrigues (2012), Veloso; Almeida (2013).

Ressaltamos que, para determinadas situações, pode ser que os discentes não tenham conhecimento das atividades desenvolvidas pela instituição, tendo em vista que a UFU conta com um órgão da administração superior, que tem por missão contribuir com o acesso, a permanência e a conclusão de curso da comunidade estudantil na Universidade Federal de Uberlândia, por meio da implementação da Política de Assistência Estudantil voltada para inclusão social, produção de conhecimentos, formação ampliada, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, garantindo o direito à educação aos discentes.

Nesse caso, pode ser que a Universidade necessite realizar uma apresentação da instituição de forma mais eficiente, informando aos alunos os serviços disponíveis, as equipes que podem auxiliar em cada situação e todos os tipos de atividades oferecidas

pela UFU. Nesse sentido, é importante que a universidade ofereça condições para que os alunos tenham conhecimento de todo o apoio institucional ofertado pela instituição.

Em relação à última abordagem, Rodrigues (2012) também identificou que a falta de condições para o incentivo à permanência do aluno na instituição é um fator decisivo da evasão superior. Dias, Theophilo e Lopes (2010) identificaram que a falta de assistência socioeducacional é um fator de influência na decisão do aluno de se evadir. Ainda nesse sentido, Silva Filho et al. (2007) e Veloso e Almeida (2013) afirmaram que a escassez de políticas institucionais para permanência do aluno no curso é consequência da falta de assistência ao combate à evasão escolar universitária. Sendo assim, observamos que as variáveis relacionadas à assistência estudantil também já foram notadas em outros estudos.

Um aspecto importante é a relação entre o docente e os discentes da universidade, pois os professores têm a missão de transmitir conhecimento aos graduandos, mas, mais do que isso, os alunos podem visualizar no docente a figura de alguém que o estimule e o motive a gostar da área de atuação do professor.

Conforme um estudo feito por Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015), o professor pode ser uma das causas importantes para que o aluno permaneça no ambiente escolar. Para os jovens da pesquisa, o professor é uma figura especial, tanto pela importância de poder contar com sua competência pedagógica, quanto pelas possíveis relações de afeto e reconhecimento de identidade. Sendo assim, é importante que a UFU se atente para o papel que o docente tem exercido nas salas de aulas e sua função em propiciar a permanência do discente na universidade.

Como se pode observar, esta pesquisa propiciou a identificação das principais variáveis que são significativas na decisão do aluno de se evadir da Universidade Federal de Uberlândia.

Tendo em vista que um dos objetivos deste trabalho consistiu em analisar, dentre uma série de possíveis variáveis, aquelas que influenciaram nas taxas de desistência na Universidade Federal de Uberlândia, foram realizados testes nos três modelos gerados pelo questionário aplicado.

O primeiro modelo se refere às perguntas do questionário com escala de sete pontos. Para esse modelo, as variáveis que se apresentaram mais significantes para a evasão na Universidade Federal de Uberlândia foram: falta de tempo para o estudo, apoio

de amigos, instruções insuficientes sobre o curso e a universidade, descontentamento com o curso e com a futura profissão e problemas de saúde.

No segundo modelo, que está relacionado com a avaliação da infraestrutura, as variáveis que se mostraram determinantes para a evasão na UFU foram: salas de aulas, hospitais universitários e transporte para a universidade.

No terceiro modelo, que avalia as possíveis variáveis que afetam os índices de desistência da UFU por meio das escalas de alta importância, média importância, baixa importância e nenhuma importância, verificou-se que as variáveis mais decisivas foram: opções por outros cursos de graduações, motivos institucionais e falta de tempo.

Após testados e rodados os modelos separadamente, foi rodado o modelo padronizado com o mesmo nível de variabilidade dos dados, tendo sido constatado que as variáveis mais significativas e determinantes para a evasão foram: motivos institucionais, opção por outro curso, apoio de amigos, descontentamento com o curso e com a futura profissão, salas de aula, corpo docente, transporte para a universidade e problemas de ordem pessoal.

Dessa forma, podemos compreender que a maioria das variáveis se mantiveram no modelo padronizado. Sendo assim, foi possível concluir um dos objetivos desta pesquisa, que pretendia identificar quais eram os principais fatores que determinavam a evasão na Universidade Federal de Uberlândia.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa conseguiu atingir o objetivo proposto, pois, para este capítulo, o objetivo consistia em mensurar a evasão universitária dos cursos da Universidade Federal de Uberlândia no período de 2006 a 2017, bem como identificar seus determinantes.

Em primeiro momento, podemos compreender que, no período analisado, a UFU contabilizou 22340 alunos evadidos. Dos participantes que responderam à pesquisa, constatou-se que 57,7% são do gênero masculino, 78,1% dos respondentes eram solteiros e 56,3% tinham idade entre 16 a 21 anos quando decidiram se evadir do curso de graduação.

Com esse estudo, foi possível perceber que 62,3 % dos questionados optaram por se evadirem do curso de graduação entre os dois primeiros anos do curso e 50% dos participantes exerciam algum tipo de atividade profissional concomitantemente com a graduação.

Em seguida, esta pesquisa analisou os fatores determinantes da evasão universitária dos alunos da Universidade Federal de Uberlândia, buscando identificar as variáveis que apresentavam maior relevância na decisão dos alunos de se evadirem ou não. Após a análise, identificou-se que as variáveis mais decisivas para a evasão foram os motivos institucionais, a opção por outro curso, o apoio de amigos, o descontentamento com o curso e com a futura profissão, as salas de aulas, o corpo docente, o transporte para a universidade e os problemas de ordem pessoal.

Apresentamos algumas opções que devem ser analisadas pela instituição para uma possível redução dos altos índices de evasão escolar universitária na Universidade Federal de Uberlândia. Ressalta-se a necessidade de um acompanhamento nos primeiros anos de ingresso do estudante na universidade, visto que, nesses períodos, é que os índices de desistência são mais comuns. Logo, podemos afirmar que os anos iniciais são importantes e decisivos para identificar os possíveis fatores determinantes da evasão dos discentes que estão ingressando no curso.

Ressaltamos, também, a importância da divulgação dos serviços prestados pela instituição de forma eficiente e que, de fato, chegue até aos alunos que necessitam do apoio institucional para permanecer e concluir a graduação.

Por fim, nossa opinião vai ao encontro de Brum, Gamenha e Pereira (2017), que afirmam que é importante estabelecer um vínculo entre aluno, instituição e família para que seja possível identificar e solucionar os problemas com os quais se deparam. É preciso, ainda, um acompanhamento mensal da equipe pedagógica e o corpo docente, trabalhando em conjunto e observando o comportamento daqueles alunos que possam estar mais propensos à evasão.

Este trabalho apresenta algumas limitações. Uma delas é o fato de o estudo ser realizado em apenas uma instituição, não podendo, dessa maneira, os resultados obtidos serem considerados universais, ou seja, pertinentes a toda instituição de ensino.

Para futuras pesquisas, sugere-se que os procedimentos metodológicos realizados nesta pesquisa sejam executados em outras universidades que também apresentam consideráveis índices de evasão a fim de identificar a relação entre os fatores determinantes da evasão universitária e a evasão na instituição de ensino para, dessa forma, analisar as variáveis significativas para as diversas instituições de ensino superior.

3 CAPÍTULO – O IMPACTO DA EVASÃO UNIVERSITÁRIA NO GASTO PÚBLICO

3.1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil de 1988 prevê que a educação é dever do estado e tem por objetivo o desenvolvimento da pessoa e sua qualificação para o trabalho. Nesse sentido, Marques (2016) acredita que o estado deve empreender ações e promover esforços para utilizar os recursos públicos em prol das ações estabelecidas na Constituição Federal.

Para atingir esse objetivo, as universidades são fundamentais, pois desempenham a função de promotora do desenvolvimento sustentável. Por esse motivo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconhece a educação superior como um bem público (MEC, 2012).

Entretanto, a evasão universitária é um grave problema que assola o ambiente universitário. Nesse sentido, Lobo (2012, p. 10) contextualiza que “a evasão é um dos maiores problemas de qualquer nível de ensino e é, também, no Ensino Superior Brasileiro, público e privado”. Por sua vez, o Ministério da Educação (MEC) define a evasão universitária como a saída definitiva do aluno de seu curso de origem.

Diante de um contexto cercado por escassez e necessidade de racionalização dos recursos disponíveis, faz-se necessário atentar para a produtividade dos gastos e da eficiência escolar. Torna-se fundamental, assim, avaliar o custo da evasão universitária, dado que a evasão gera desperdício do dinheiro público. Logo, a eficiência das ações geridas pelos gestores públicos pode ser maximizada pelo efetivo controle dos gastos públicos. (ASSUNÇÃO; SOARES; CALDEIRA, 2000; PENA; ALBUQUERQUE; DAHER, 2012; LEITE FILHO; FIALHO, 2015).

Assim, é importante inserir a gestão de custo na administração pública. Para Almeida, Borba e Flores (2009), a gestão de custos é útil, pois proporciona uma visão precisa da realidade financeira, propiciando analisar como são gastos os recursos disponíveis, bem como identificando possíveis exageros e a melhor destinação de recursos para as atividades mais necessárias. Dessa forma, a gestão de custos permite a utilização dos gastos com mais efetividade.

Segundo Fernandes e Silva (2009), um dos mecanismos para acompanhar a alocação de recursos por parte dos gestores públicos se dá por meio da análise de

indicadores de desempenho, observando o reflexo das aplicações de recursos em bens e serviços oferecidos à sociedade.

A inserção de um sistema de custos no setor público pode ter por meta o alcance dos seguintes objetivos: servir como instrumento de gestão, estimar a eficiência do gasto público, auxiliar na tomada de decisões, melhorar a qualidade do gasto público, controlar com maior eficiência e efetividade os gastos públicos e divulgar com transparência as informações relativas aos serviços prestados à sociedade (REIS; RIBEIRO; SLOMSKI, 2005; MACHADO; HOLANDA, 2010).

Fica evidente que a visibilidade e a transparência dos atos públicos têm se tornado objeto de destaque e relevância. Para Sacramento e Pinho (2008), a transparência nas ações governamentais pode ser um mecanismo capaz de contribuir para a redução da corrupção, bem como fazer com que as relações entre o Estado e a sociedade civil se tornem mais democráticas.

À vista disso, a escolha deste estudo decorreu da importância de se desenvolverem estudos mais específicos acerca dessa temática na tentativa de contribuir com a administração universitária no sentido de analisar quais são os reais impactos da evasão universitária nos gastos públicos.

3.2 REFERENCIAL TEÓRICO

3.2.1 Administração Pública, Orçamento Público e Responsabilidade Fiscal.

A administração pública é de grande relevância para a sociedade, pois se associa a conhecimentos e estratégias para prover serviços públicos com vistas ao bem comum do ser humano, sendo parte essencial para garantir o desenvolvimento do país, além de ter como uma das funções primordiais contribuir para a concretização do objetivo do interesse comum e propiciar bem-estar a todos os cidadãos (CARVALHO, 2010; SALM; MENEGASSO, 2009).

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 212, ao determinar a obrigatoriedade de os Municípios, dos Estados e da União alocarem um mínimo de recursos na área de educação, estabelece o seguinte:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988, art. 212).

Rezende, Slomski e Corrar (2005) acreditam que alocar recursos em educação, saúde e habitação é uma forma de garantir a redução das desigualdades sociais. Segundo Silva (2013), uma educação de qualidade é capaz de refletir nas características pessoais do indivíduo, no aperfeiçoamento de sua habilidade e, ainda, na sua colaboração para a constituição da sociedade.

Nesse sentido, Dourado (2007) manifesta que é tarefa dos poderes públicos propiciarem maneiras que envolvam a participação da sociedade civil na formulação e implementação de ações e programas voltados para a melhoria da educação em todos os seus níveis e modalidades de ensino.

Sendo assim, o orçamento passa a exercer um papel fundamental no setor público, tendo em vista o seu caráter autorizativo para aplicação das políticas públicas que almejam o atendimento das necessidades coletivas e a promoção do bem-estar à sociedade (FEIJÓ, 2014).

Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF/88) do Brasil, o modelo orçamentário brasileiro compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA. Entende-se que a CF/88 propiciou significativos avanços, dentre eles, a constatação e legitimação da participação dos cidadãos nos processos governamentais, além do estabelecimento de mecanismos de planejamento aos entes da federação, os quais subsidiam as ações do governo (SILVA; AMORIM, 2012).

O Plano Plurianual (PPA) é um importante instrumento de planejamento de longo prazo e deve ter vigência de quatro anos. Seus fundamentos estão estabelecidos na Constituição Federal, especificamente, nos Artigos 165, 166 e 167 e no Artigo 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O Art. 165, § 1º da CF determina que a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para aquelas relativas aos programas de duração continuada (GARTENKRAUT, 2002).

O Decreto nº 2829, de 29 de outubro de 1998, estabelece normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União. Em seu Artigo 1º, o referido decreto define que, para a elaboração e execução do Plano Plurianual 2000-2003 e dos Orçamentos da União, a partir do exercício financeiro do ano de 2000, toda ação

finalística do Governo Federal deverá ser estruturada em Programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano, devendo-se entender por ação finalística aquela que proporciona bem ou serviço para atendimento direto a demandas da sociedade. E ainda contempla, em seu Art. 2º, que cada programa deve conter:

I - Objetivo; II - órgão responsável; III - valor global; IV - prazo de conclusão; V - fonte de financiamento; VI - indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar; VII - metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo; VIII - ações não integrantes do Orçamento Geral da União necessárias à consecução do objetivo; IX - regionalização das metas por Estado (BRASIL, 1998, art. 2º).

Kleba, Comerlatto e Frozza (2015) complementam que o PPA deve apresentar as metas de investimento e despesas para o período estruturadas na forma de programas. Por sua vez, Paulo (2014, p. 173) afirma que o “Plano Plurianual deve estabelecer a ligação entre objetivos indicativos de Estado, presentes em um planejamento de longo prazo, políticas de governo, de médio prazo e, finalmente, realização dos gastos previstos pelo orçamento anual”.

Calmon e Gusso (2002) esclarecem que:

O PPA tem vigência ao longo de quatro exercícios financeiros, devendo seu projeto ser enviado para aprovação do Congresso Nacional até 31 de agosto do primeiro ano de cada mandato presidencial, para que sua execução tenha início no segundo ano desse mandato, concluindo-se no primeiro ano do mandato presidencial subsequente (CALMON; GUSSO, 2002, p. 9).

Segundo Gartenkraut (2002), com a avaliação do Plano Plurianual, é possível que se consiga uma íntegra e respeitável avaliação das ações públicas, pois os programas definidos nesse instrumento de planejamento têm importantes elementos que facilitam sua avaliação, como a definição de objetivos, prazos, público-alvo, metas físicas, indicadores quantitativos e recursos financeiros.

No que tange à Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, destaca-se que esse é um instrumento de curto prazo e tem validade para um exercício financeiro (PARES; VALL, 2006). A Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, estabelece, em seu Artigo 4º, importantes funções da LDO, tais como:

- Equilíbrio entre receitas e despesas,

- Critérios e forma de limitação de empenho;
- Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- Disciplinar os tramites de recursos a entidades públicas e privadas (BRASIL, 2000, art. 4º).

Culau e Fortis (2006) ressaltam que é função da Lei de Diretrizes Orçamentária definir metas e prioridades da administração pública e, principalmente, orientar a elaboração da lei orçamentária anual.

Em se tratando da Lei Orçamentária Anual – LOA, e conforme disposto na Constituição Federal - CF/88, a LOA compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público (BRASIL, 1988, art. 165).

Nesse sentido, Carlos et al. (2008) definem a importância dos instrumentos de planejamento:

Sob este prisma, os instrumentos legais de planejamento, quais sejam Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, além de servirem de guia para administração, haja vista que no PPA é arquitetado o planejamento de longo prazo, os 4 anos de mandato, na LDO são fixadas as diretrizes de médio prazo, a cada exercício são estabelecidas as diretrizes em termos de política econômica, embasadas nos programas e ações definidos no PPA, e na LOA está a execução anual do orçamento, também servirão de guia para controle quando comparado o planejado e o executado (CARLOS ET AL., 2008).

Assim, é inegável a importância da transparência das contas públicas (PLATT NETO et al., 2007). E foi com a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que a transparência dos atos públicos tornou-se o assunto mais comentado e esclarecedor para a sociedade (CRUZ et al., 2012).

Para Fioravante et al. (2006), um dos principais objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovada em 4 de maio de 2000, consistia no controle de gastos e de endividamento excessivo por parte dos governos subnacionais (Estados e Municípios). Por sua vez, Gerigk e Clemente (2011) afirmam que a LRF surgiu em

virtude da necessidade de se ajustar o controle e fortalecer os instrumentos de planejamento devido aos constantes desequilíbrios das contas públicas.

Carlos et al. (2008) afirmam que a Lei de Responsabilidade Fiscal emerge com a intenção de estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Nesse sentido, a Lei Complementar nº 101/2000 traz destacada a importância da responsabilidade na gestão fiscal quando define que:

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar (BRASIL, 2000, art. 1º).

A Constituição Federal de 1988 detalha, em seu Artigo 37, que a administração pública direta e indireta deverá obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. De acordo com Platt neto et al. (2007), cabe às entidades da administração pública prestarem contas do uso do recurso público e se direcionarem pelo princípio da publicidade, tendo em vista a importância da transparência das contas públicas.

Culau e Fortis (2006) discorrem sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e afirmam que a referida legislação proporcionou um marco nas finanças públicas brasileiras. Com seu advento, foi possível focar no compromisso com a gestão fiscal responsável, haja vista estarem inseridos em seu teor mecanismos de controle dos recursos públicos.

Ainda sobre a referida lei, Matias-Pereira (2006) afirma que a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao se preocupar com as finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, propicia a intimidação de possíveis abusos que possam provocar danos e prejuízos ao patrimônio público.

Nesse sentido, Silva et al. (1999) expõe alguns motivos pelos quais foi desencadeado esse interesse pela avaliação das atividades de governo, destacando-se, dentre eles, a preocupação com a aferição dos resultados alcançados com a implementação dos programas, a curiosidade em entender o processo pelo qual os programas alcançam ou não os resultados almejados, a possibilidade de tomada de decisão e, também, a transparência e a qualidade na gestão dos recursos públicos.

3.2.2 Transparência, Controle Social e Participação Popular

Para Cruz et al. (2012), foi com a promulgação da Lei Complementar nº 101/2000 que a transparência dos atos e das contas públicas tornou-se mais notória no Brasil. Desde então, novas legislações foram sendo implantadas, exigindo das entidades públicas a divulgação de relatórios que apresentem como se deu a aplicação dos recursos públicos previstos nos instrumentos orçamentários com a finalidade de acompanhamento e controle por parte de todos os interessados, tais como:

Lei Complementar 131/2009 - Lei da Transparência (disponibilização, em tempo real, de informações públicas como: receita, despesa, salário dos servidores públicos, convênios e outros, nos portais eletrônicos nas várias esferas governamentais); **Lei de Acesso a Informação (LAI) 12.527/2011** (regulamenta o direito do cidadão à informação pública). (BRASIL, 2009, 2011).

Nesse sentido, Vignoli et al. (2002) afirmam que a Lei de Responsabilidade permitiu a real assimilação do significado de transparência da gestão fiscal. Segundo Silva (2009), a transparência tem por objetivo garantir aos cidadãos o acesso às informações que evidenciam as ações a serem praticadas pelos governantes, as que em andamento, bem como as executadas em períodos anteriores.

De acordo com a Controladoria Geral da União (CGU), a transparência é o antídoto mais eficaz contra a corrupção, pois é um mecanismo que induz os gestores públicos a agirem com mais responsabilidade. Uma gestão pública pautada pela transparência permite à sociedade checar se os recursos públicos estão sendo utilizados como deveriam.

Culau e Fortis (2006) acreditam que, aplicando o princípio da transparência pública, é possível atender a um dos requisitos essenciais da boa governança, além de aproximar o Estado da sociedade e, ainda, permitir que o cidadão tenha acesso às informações da gestão pública. Por governança pública podemos compreender como sendo as normas e técnicas que possibilitam à administração pública a obtenção de eficiência, eficácia e efetividade dos seus resultados, ensejando uma prestação de contas responsável e a transparência de suas ações (BIZERRA; ALVES; RIBEIRO, 2012).

Nessa perspectiva, Marçola (2011) afirma que os controles externos e internos promovem uma avaliação permanente dos atos praticados pelo gestor público e oferecem mecanismos de preservação das instituições públicas, assim como a prevenção da

ilicitude. Ainda, Di Pietro (2007) considera que a finalidade do controle interno na administração pública é uma forma de assegurar que a Administração atue em conformidade com os princípios da legalidade, moralidade, finalidade pública, publicidade, motivação e impessoalidade.

De acordo com a Controladoria Geral da União (CGU), a função de controlar é muito importante na administração pública, pois permite verificar se a realização de uma atividade obedece aos objetivos, princípios e normas que a regem. Ainda, na administração pública, o ato de controlar possibilita examinar se a atividade governamental atende às legislações e princípios aplicados ao setor público.

Nesse sentido, Meireles (1995) argumenta que o controle é uma forma de vigilância, orientação e correção, cabendo ao administrador prestar contas do exercício da sua gestão e, por sua vez, o cidadão tem o direito de acompanhar e fiscalizar os atos praticados pelos agentes públicos.

Para a CGU, cada cidadão tem fundamental importância na tarefa de participar da gestão e de exercer o controle social do gasto público. Com o apoio da sociedade, é oportunizada a possibilidade de controlar os gastos e garantir a correta aplicação dos recursos públicos. O controle social pode ser definido como o conjunto de meios de intervenção acionados pela sociedade ou grupo social a fim de instigar os próprios membros a se conformarem às normas, além de impedir a desestimular os comportamentos contrários às normas estabelecidas (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 2004).

De outro lado, a sociedade deve cobrar dos poderes legislativos maior atuação nos campos de fiscalização e controle das ações dos poderes executivos (SILVA; AMORIM, 2012). Contudo, é importante destacar que, para o exercício do controle social, é fundamental o acesso a informações precisas (SOARES, 2004).

3.2.3 Gestão de Custos na administração pública

Muitos autores são unânimes em afirmarem que os reflexos da educação nos cidadãos interferem de forma positiva em distintos aspectos, dentre eles, no nível de inovação, crescimento, além do desenvolvimento tecnológico e econômico (MENEZES-FILHO, 2001; POCHMANN, 2004; BARBOSA FILHO; PESSÔA, 2010; BERTOLIN, 2011).

Dessa forma, nota-se a importância das instituições de ensino para o crescimento econômico e social do país. Entretanto, diante da instabilidade econômica e política enfrentada pelo Brasil, a distribuição de recursos públicos às universidades públicas brasileiras tem diminuído consideravelmente. Logo, tendo em vista a importância social das universidades, em confronto com a insuficiência de recursos financeiros, imprescindível se faz a adoção de medidas que auxiliem na gestão dos recursos, o que tornaria eficiente a gestão de custos no setor público (MAGALHAES et al., 2010).

Martins (2003) afirma que a Contabilidade de Custos tem uma importante função nas instituições, pois, com o crescimento das organizações, houve um maior distanciamento entre o gestor e os ativos, visto que a contabilidade de custos possibilita informações eficientes nas tomadas de decisões.

Um grande marco para a contabilidade de custos ocorreu com a promulgação da Lei 4.320/64 que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Ainda nessa perspectiva, compreende-se que a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, reafirma a importância da contabilidade de custos quando exige da administração pública manter um “sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial” (BRASIL, 2000, Art. 50).

A Lei nº 10.180 de 06 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, atribuiu ao Sistema de Contabilidade Federal, dentre outras, a responsabilidade por evidenciar “os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal”.

Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010) sustentam justificativas que asseguram a importância das informações sobre custos na administração pública, dentre elas, o fato de que identificar os custos das políticas públicas permite verificar se o dinheiro público está sendo bem utilizado, além de evitar o descontrole dos gastos públicos.

Nessa perspectiva, sobre a eficiência da contabilidade de custos, alguns autores afirmam que:

O conhecimento dos custos é indispensável para que o governo tome providências para melhorar a qualidade do gasto público e para que a população se mobilize para pressioná-lo a tomar as providências necessárias. Melhorando a qualidade do gasto e reduzindo desperdícios

é possível baixar os impostos sem comprometer os serviços essenciais e os programas sociais (REZENDE, CUNHA, BEVILACQUA; 2010).

Melo e Leal (2014) também concordam que a gestão de custo é importante para o setor público, pois a alocação adequada dos gastos públicos proporciona economia e possibilita investimento em áreas deficitárias. Na mesma direção, Alonso (1999, p. 45) afirma que “a correta apuração dos custos dos serviços públicos e sua publicidade são poderosos instrumentos de controle social, permitindo aos usuários e aos auditores (internos e externos) a avaliação da eficiência dos serviços prestados”.

Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010) afirmam que a adoção do gerenciamento de custos pode ocorrer pelas seguintes motivações: aumento da eficiência na gestão pública, melhoria da qualidade do gasto, transparência e confiabilidade das informações sobre as contas públicas.

Alonso (1999) define que os custos se constituem em um importante indicador de desempenho nas organizações, estando a principal preocupação da gestão de custo no setor público relacionada com o desempenho do serviço público. Ainda segundo o autor, é preciso responder algumas perguntas ainda sem respostas, como o custo de uma aula e o custo da gestão de políticas públicas.

Nessa perspectiva, Broietti e Chiarelli (2016) afirmam que identificar o custo por aluno permite verificar quais os cursos oferecem maior aproveitamento do recurso público. Além disso, analisar o custo por aluno nas universidades viabiliza a identificação do gasto de cada órgão da instituição, permitindo comparar-se ao orçamento e, conseqüentemente, verificar os cursos que têm possibilidade de expansão sem provocar gastos exorbitantes para a instituição (MAGALHÃES et al., 2010).

Com a implantação de um sistema de custos no setor público, objetiva-se avaliar a eficiência do gasto público por meio de instrumentos de gestão, melhorar a qualidade do gasto público, auxiliar o gestor na tomada de decisões, ser transparente ao divulgar as informações dos serviços disponibilizados à sociedade, controlar os gastos públicos, além de apurar os custos das ações orçamentárias (REIS; RIBEIRO; SLOMSKI, 2005; MACHADO; HOLANDA, 2010).

Brunet, Bertê, Borges (2009) asseveram que a garantia da eficiência dos gastos públicos com educação está relacionada com a qualidade com que os recursos são aplicados. Nessa lógica, Alonso (1999, p. 44) afirma que, “sem um sistema de avaliação de resultados e de custos, a administração pública abre margem para encobrir ineficiência”.

Tendo em vista o atual cenário de instabilidade política e econômica, inclusive, com a restrição dos gastos públicos, preocupar-se com a gestão de custos nas organizações públicas é indispensável aos gestores (BROIETTI, CHIARELLI; 2016).

3.2.4 Ensino superior, custo do aluno universitário, custo da evasão universitária.

As universidades desempenham um importante papel no âmbito social, cooperando para o desenvolvimento sustentável e com a transmissão do saber (UNESCO, 1998). Nesse sentido, Pessoa (2000) considera que as universidades federais têm como objetivo principal atuar em função da sociedade por meio da produção e disseminação do saber.

De acordo com o Artigo 43 da Lei nº 9.394/96, a educação superior tem as seguintes finalidades:

I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; **II.** formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; **III.** incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; **IV.** promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; **V.** suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; **VI.** estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; **VII.** promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996, art. 43).

Entretanto, Paul e Wolynech (1990) afirmam que o ensino superior é uma atividade de custo elevado. Segundo o Ministério da Educação (2010), o valor investido por um aluno do ensino superior foi de R\$ 14.763,00, o que é como se cada universitário custasse cinco vezes mais do que um estudante da educação básica. Já em 2010, segundo a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), o custo médio de um estudante de uma instituição federal foi de R\$ 20 mil.

De acordo com o Relatório de Gestão da Universidade Federal de Uberlândia, Exercício 2016, apresentado ao Tribunal de Contas da União, o índice de evasão de estudantes dos cursos de Graduação presenciais na Universidade Federal de Uberlândia foi de 21,16%. Por esse motivo, a meta 2121 no Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão (PIDE 2016-2021) é diminuir o índice de evasão na graduação para 9% até o ano de 2021.

O mesmo relatório ainda aponta indicadores de decisão, evidenciando que o custo corrente com hospital universitário ao aluno equivalente na Universidade Federal de Uberlândia foi de R\$ 23.009,21 em 2016. Já o custo corrente sem levar em conta o hospital universitário foi de R\$ 18.795,16. Esses dados confirmam a alegação de Paul e Wolynech (1990) quando mencionam que o ensino superior tem um custo elevado.

Dessa forma, faz-se necessário avaliar o custo da evasão universitária para as instituições de ensino e encontrar possíveis soluções que minimizem essa situação. A evasão é um fenômeno indesejável no âmbito universitário, pois, além de gerar vagas ociosas, gera, por outro lado, desperdício do dinheiro público. (ASSUNÇÃO; SOARES; CALDEIRA, 2000). Nessa perspectiva, Leite Filho e Fialho (2015) argumentam que a eficiência na gestão pública pode ser alcançada por meio do efetivo controle dos gastos públicos e, ainda, pela transparência na aplicação dos recursos. Tendo em vista um contexto de escassez e a premência de racionalidade na utilização dos recursos públicos, a produtividade dos gastos ganha relevância e destaque (PEÑA; ALBUQUERQUE; DAHER, 2012).

Complementando, Leite Filho, Colares e Andrade (2015) afirmam que, no decorrer do tempo, a temática acerca da responsabilidade na gestão fiscal pública tem sido objeto de grande discussão e estudos, isso se deve à sua importância e relevância social.

Por esse ângulo, Magalhães et al. (2010) consideram a importância da gestão de custos no setor público para o autoconhecimento da instituição e a define como uma importante ferramenta aos gestores públicos, tendo em vista que “conhecer o custo por aluno nos cursos oferecidos por uma universidade é de grande importância, pois informa o gasto de cada órgão da instituição em relação ao orçamento, bem como os cursos com possibilidade de expansão, sem acarretar gastos excessivos para a instituição”.

Broietti e Chiarelli (2016) afirmam que a gestão de custos no setor público pode atenuar o impacto do corte de custos empreendido pelo Estado nas universidades

públicas. Os autores alegam que, ao identificar o custo por aluno, a instituição de ensino pode estimar o valor de cada curso, identificar os cursos que têm oportunidade de expansão, bem como analisar índices de retenção e evasão.

Na mesma perspectiva, Lopes (2007) acredita que o acesso à informação pública é essencial para propiciar a melhoria dos gastos públicos e, conseqüentemente, o progresso dos ganhos sociais.

Segundo a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração da Universidade Federal de Uberlândia (2017), o cálculo do custo corrente do aluno é fundamentado nas orientações para o cálculo dos indicadores de gestão, conforme Decisão Plenária Nº 408/2002-PLENÁRIO.

O Tribunal de Contas fixou, por meio dessa decisão plenária, os seguintes indicadores de desempenho:

Índice 1 - Custo Corrente / Aluno Equivalente, que representa a relação do custo corrente aluno com hospital universitário e sem hospital universitário;

Índice 2 - Aluno Tempo Integral / Professor, que representa a relação entre o número de alunos tempo integral e número de professores equivalentes;

Índice 3 - Aluno Tempo Integral / Funcionário, que representa a relação entre o número de alunos tempo integral e número total de funcionários

Índice 4 - Funcionário / Professor, que representa a relação entre o número de funcionários equivalentes e número de professores equivalentes.

Índice 5 - Grau de Participação Estudantil, que representa o número de alunos da graduação em tempo integral de todos os cursos.

Índice 6 - Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação, que representa o total de alunos efetivamente matriculados na graduação; total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação stricto sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado, e alunos de residência médica.

Índice 7 - Conceito CAPES, que representa a relação entre a média aritmética das notas de avaliação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de todos os cursos de mestrado e doutorado (não se consideram os mestrados profissionalizantes) e número de programas de pós-graduação.

Índice 8 - Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)

Índice 9 - Taxa de Sucesso na Graduação, que representa a relação entre o número de diplomados e número total de alunos ingressantes (BRASIL, 2009).

Em virtude da necessidade de avaliação das instituições públicas, recorreu-se ao uso de indicadores. Segundo a Sustainable Measures (2018), os indicadores podem ser

compreendidos como elementos que podem apontar a existência de um problema e contribuir na determinação dos rumos a serem tomados para a solução do problema.

Entende-se por indicadores de desempenho aqueles instrumentos que dão suporte ao processo de avaliação de eficiência. Um indicador de desempenho pode quantificar a eficiência e a eficácia e permite às organizações compreenderem suas ações, bem como os seus resultados (BIGGER; BINNI, 2001; NEELY et al., 1996). Nesse diapasão, Zilber e Fischmann (2002) argumentam que os indicadores de desempenho são meios adequados para a definição do planejamento estratégico e, ainda, propiciam a análise das decisões tomadas e, caso seja necessário, oportuniza o redirecionamento do processo de gestão.

Barbosa, Freire e Crisostomo (2011) afirmam que avaliar as instituições federais de ensino superior por meio dos indicadores de gestão propostos pelo Tribunal de Contas da União pode propiciar à administração pública melhores condições de analisar a eficiência da instituição.

A seguir, apresentamos os dados da Universidade Federal de Uberlândia apresentados ao Tribunal de Contas referentes ao exercício de 2016, conforme Decisão Plenária Nº 408/2002.

Quadro 5 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU 408/2002

Indicadores decisão TCU 408/2002	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006
Custo corrente com HU / aluno equivalente	R\$23.009,21	R\$19.290,12	R\$21.617,50	R\$19.189,29	R\$17.618,39	R\$15.816,91	R\$16.045,20	R\$14.124,23	R\$12.688,48	R\$12.699,78	R\$11.657,95
Custo corrente sem HU / aluno equivalente	R\$18.795,16	R\$15.519,69	R\$17.249,71	R\$15.319,71	R\$14.084,42	R\$12.086,69	R\$12.740,08	R\$11.762,51	R\$12.116,35	R\$11.689,90	R\$9.741,06
Aluno tempo integral / professor equiv.	12,51	13,91	12,48	12,15	11,12	12,94	11,86	13,27	14,30	14,04	12,10
Aluno tempo integral /funcionário equiv. (Com HU)	5,45	5,76	4,72	4,73	4,87	4,89	4,47	5,51	5,19	5,13	4,21
Aluno tempo integral /	8,18	8,49	6,92	7,16	7,90	7,83	7,15	10,28	8,90	10,69	9,09

funcionário equiv. (Sem HU)											
Funcionário equiv. com HU / professor equiv.	2,29	2,42	2,65	2,57	2,28	2,64	2,95	2,41	2,76	2,74	2,87
Funcionário equiv. sem HU / professor equiv.	1,54	1,64	1,80	1,70	1,41	1,65	1,66	1,29	1,61	1,31	1,33
Grau de participação estudantil	0,75	0,85	0,75	0,77	0,69	0,82	0,86	1,07	0,97	1,04	1,00
Grau de envolvimento com a pós-graduação	0,13	0,12	0,12	0,11	0,11	0,10	0,12	0,10	0,19	0,10	0,13
Conceito capes/MEC para a pós-graduação	4,23	4,30	4,38	4,40	4,09	4,09	4,12	3,95	3,89	3,32	3,59
Índice de qualificação do corpo docente	4,79	4,74	4,72	4,43	4,21	4,31	4,46	4,19	4,17	4,24	4,18
Taxa de sucesso na graduação	48,95 %	59,03 %	53,97 %	57,13 %	65,17 %	64,93 %	69,13 %	98,57 %	89,74 %	117,51 %	91,37 %

Fonte: Diretoria de Planejamento UFU (Relatório de Gestão).

3.2.5 Evasão na Universidade Federal de Uberlândia

Conforme orientações do Guia Acadêmico da Universidade Federal de Uberlândia, o aluno pode perder o direito à sua vaga nas seguintes hipóteses:

I. Abandono de curso: o aluno atinge o limite permitido de trancamentos gerais e não se matricula no período letivo imediatamente subsequente. **II. Desistência:** o aluno requer formalmente a desistência de sua vaga no curso ou não frequenta, no mínimo, 75% da carga horária total dos componentes curriculares nos quais esteja matriculado, ministrada nos dez primeiros dias letivos no semestre ou ano do seu ingresso. **III. Desligamento:** o aluno incorre em atos disciplinares nos casos previstos no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade. **IV. Jubilamento:** o aluno não conclui o curso no tempo máximo previsto no projeto pedagógico do curso e tem rendimento insuficiente (UFU, 2017).

No Relatório de Gestão da Universidade Federal de Uberlândia, referente ao exercício de 2016, o índice de evasão nos cursos de graduação atingiu 21,16%. Por ser esse um índice de evasão universitária considerado muito alto, a UFU definiu como uma de suas metas no Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão (PIDE 2016-2021) reduzir para 9% o índice de evasão na universidade até o ano de 2021.

Ainda com o objetivo de diminuir as altas taxas de evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Pró-Reitoria de Graduação, por meio da Diretoria de Ensino (DIREN), criou o Programa Institucional de Graduação Assistida (PROSSIGA), que tem por objetivo selecionar propostas que visam à melhoria da aprendizagem, bem como o combate à retenção e à evasão no ensino de graduação (UFU, 2018).

Para Quillici Neto (2018), o PROSSIGA permite que o docente compreenda as dificuldades dos discentes, pois o projeto ocorre paralelamente às aulas e o docente está mais próximo do aluno, o que contribui para uma melhoria no processo de ensino.

Segundo o Diário de Uberlândia, em reportagem veiculada no dia 31 de dezembro de 2017, 40% dos universitários da UFU abandonam o curso antes do fim e o índice de conclusão dos discentes da universidade é de apenas 18,62%. Isso significa que, de cada 10 discentes que ingressam na UFU, apenas dois se formam sem qualquer atraso ou abandono. É oportuno lembrar que a reprovação leva à perda de parte do orçamento das instituições, uma vez que repasses de custeio são feitos pelo MEC a partir do número de universitários que se formam.

Nesse sentido, Andrade (2017), Pró-Reitor de Planejamento e Administração, afirma que “certamente, se melhorarmos nosso índice, e todas as outras instituições federais de ensino superior permanecessem onde estão, teríamos uma melhora orçamentária. Mas, se todas as federais melhorarem igualmente, não há incremento no orçamento”.

Diante desses dados acima expostos, o Pró-Reitor de Graduação, Quillici Neto (2017), afirma que, embora os índices sejam preocupantes, o número é comum em muitas universidades.

3.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Com este capítulo, buscou-se evidenciar o escopo metodológico empregado neste trabalho, além de ter sido apresentada a fonte e coleta de dados, bem como os procedimentos de coleta e tratamento de dados. Entendemos por método da pesquisa os procedimentos de atividades sistemáticas e racionais que permitem alcançar o objetivo da pesquisa (LAKATOS, 2000).

3.3.1 Classificação da Pesquisa

Quanto aos paradigmas, esta pesquisa enquadrou-se nos paradigmas positivista. Segundo Zanela Saccol (2009), o paradigma positivista acredita em verdades objetivas e que cada conceito/ideia precisa ser operacionalizado(a), isto é, definido(a) de forma clara e transformado(a) em variáveis que possam ser observados(as) e medido(as) de forma objetiva.

Quanta à natureza, empregou-se para esta pesquisa os métodos quantitativos. A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser traduzido em números, sejam informações ou opiniões a fim de classificá-las e analisá-las, requerendo para tal o uso de técnicas estatísticas (SILVA; MENEZES, 2005 p. 20).

Quanto ao objetivo, esta pesquisa pode ser classificada como descritiva. Nessa modalidade de pesquisa, tem-se por objetivo descrever as características de determinado fenômeno e estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2002).

Quanto aos procedimentos de coleta dos dados, a presente pesquisa coletou dados primários e dados secundários. Os dados primários se referem às informações obtidas com a aplicação do questionário (*survey*) aos discentes evadidos enquanto que os dados secundários constituem-se dos relatórios de evasão, relatórios de gestão, matrizes orçamentárias, orientações normativas do Tribunal de Contas da União, artigos acadêmicos, dentre outros.

3.3.2 Técnica de Coleta de Dados

Para o desenvolvimento desta pesquisa, os dados referentes aos alunos evadidos da UFU foram solicitados à Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DIRAC) da Universidade Federal de Uberlândia, que é um órgão sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

A coleta de dados foi realizada a partir do levantamento e planilhamento das informações sobre evasão contidas no banco de dados do Sistema de Informações para Ensino (SIE) da UFU.

Em primeiro momento, para facilitar a verificação das informações, foi realizada a organização dos dados que mensuram a evasão na UFU, tendo sido esses dados organizados da seguinte forma: matrícula, aluno, ano de ingresso, período de ingresso, ano da evasão, período da evasão, forma da evasão, e-mail do aluno, cidade, código do curso, nome do curso, campus, tipo de curso. Para organização e tabulação dos dados, foi utilizado o software Microsoft Office Excel 2007. No período analisado, 22340 alunos da Universidade Federal de Uberlândia abandonaram o curso antes do término.

Segundo orientações da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração da Universidade Federal de Uberlândia (2017), por meio da Divisão de Estatísticas e Informações, o cálculo do custo corrente do aluno é fundamentado nas orientações para o cálculo dos indicadores de gestão, conforme Decisão Plenária N° 408/2002-PLENÁRIO. Assim, o referido documento foi analisado, bem como os relatórios de gestão da UFU para acompanharmos os resultados dos Indicadores da Decisão, conforme orientação do Tribunal de Contas da União.

Para a execução da pesquisa, foram analisados diversos documentos que abordassem algum aspecto da evasão universitária, bem como o impacto da evasão no gasto público. Inicialmente, foram realizadas pesquisas no Google Acadêmico, Portal de Periódico Capes, SciELO, Plataforma Spell e no Repositório de universidades renomadas, tais como, UFU, UNB, UEM, UFLA, UFSM, UFMA. Para completar a pesquisa, foi analisada também a legislação brasileira e orientações normativas do Tribunal de Contas da União, tendo sido ainda apreciados documentos orientadores sobre a superação da evasão. Desse modo, foram analisados mais de 150 documentos para a realização desta pesquisa.

Cabe esclarecer que esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos (CEP), registrada pelo Certificado de apresentação para Apreciação (CAAE) 82990517.3.0000.5152. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CEP, 2018).

3.3.3 Análise dos Dados

Para verificar o real impacto da evasão universitária na Universidade Federal de Uberlândia, utilizou-se a triangulação de diversas fontes de dados (relatórios, orientações, questionários, discussão teórica e documentos). Com a triangulação dos dados, estima-se assegurar a coerência e a imparcialidade dos resultados (DENZIN, 1978).

Triangular dados pode ser compreendido como utilizar diferentes métodos para a análise de um mesmo fenômeno. Assim, os pesquisadores podem melhorar suas pesquisas a partir da coleta de diferentes tipos de informações, pois é possível compreender de forma mais abrangente os fenômenos que estão sendo estudados (JICK, 1979; SOUZA; ZIONI, 2003).

A triangulação, no caso desta pesquisa, foi feita a partir do envolvimento dos objetivos da pesquisa, os critérios analisados e as fontes. A ligação entre os objetivos da pesquisa, fontes, coleta e análises de dados é descrita no quadro a seguir.

Quadro 6 – Matriz de amarração

Objetivos da Pesquisa	Fonte de Dados	Coleta de Dados	Análise dos dados
Mensurar a evasão universitária dos cursos da Universidade Federal de Uberlândia no período de 2006 a 2017 e identificar seus determinantes.	Artigos científicos; Documentos; Questionários; Relatórios SIE.	Pesquisa Documental; Pesquisa Bibliográfica; Questionário Estruturado.	Análise Estatística.
Estimar o impacto financeiro da evasão universitária no gasto público da Universidade Federal de Uberlândia no período de 2006 a 2017 e propor uma solução para o problema evidenciado.	Artigos científicos; Documentos; Relatórios SIE; Matrizes Orçamentárias.	Pesquisa Documental; Pesquisa Bibliográfica.	Análises Estatísticas Triangulação dos Dados.

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

3.4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico, foi apresentada a discussão dos resultados obtidos, tendo por finalidade atender o objetivo deste trabalho. Ressalta-se que o objetivo geral desta pesquisa consistiu em identificar os determinantes da evasão universitária sob a perspectiva dos evadidos na Universidade Federal de Uberlândia e estimar o impacto da evasão no gasto público.

Por sua vez, o objetivo específico deste capítulo consiste em estimar o impacto da evasão universitária no investimento público no período de 2006 a 2017 e propor uma solução para o problema evidenciado.

3.4.1 Relação de matrículas, ingresso e concluintes

O Decreto nº 6425, de 04 de Abril de 2008, dispõe sobre o censo anual da educação e determina que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP realizará, anualmente, o censo escolar da educação básica e o censo da educação superior. O censo evidencia informações acerca das instituições de ensino superior, dentre elas, dados sobre cursos, vagas, ingressos, matrículas e concluintes. A Tabela 13, a seguir, apresenta os dados encontrados para a Universidade Federal de Uberlândia.

Tabela 13 - Dados INEP/MEC.

Universidade Federal de Uberlândia										
	Número de cursos		Número de Vagas		Número de Ingressos		Número de Matrícula		Número de Concluintes	
2006	33		2298		2296		12483		2147	
2007	47		2910		2913		13332		2538	
2008	55		2965		2830		13706		2160	
	Presencial	Distância	P	D	P	D	P	D	P	D
2009	92	2	4140	910	3935	427	14780	1236	1985	-
2010	109	2	4271	410	4191	-	17072	711	2151	-
2011	121	3	4728	800	2627	1382	19372	1325	2541	82
2012	121	3	4639	-	5500	-	19772	900	1862	94
2013	123	3	4998	340	5062	333	20610	958	3622	276
2014	122	3	4668	-	5035	-	20631	534	2271	8
2015	108	3	4868	-	2785	4	21970	452	3416	251
2016	104	3	4888	-	5177	-	21427	170	2319	32

Fonte: INEP/MEC (2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

No período analisado, podemos identificar o considerável aumento do número de cursos ofertados na universidade. Uma das causas se deve às políticas de expansão das

universidades federais. Com essas políticas, a Universidade Federal de Uberlândia implantou os campi avançados nas cidades de Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas, tendo sido, apenas nesses campi, criados cerca de 20 cursos desde a primeira expansão, que ocorreu no ano de 2006.

Na medida em que aumenta a quantidade de cursos, consequentemente, aumenta também o número de vagas na instituição. Observa-se que, no período em questão, o número de vagas ofertadas pela Universidade Federal de Uberlândia aumentou, aproximadamente, 112,70%. Acompanhando esse ciclo, identifica-se que o número de ingressantes na UFU, em uma década, teve um percentual de elevação de 125%.

Diante disso, o ideal é que o número de concluintes acompanhasse o número de ingressantes, entretanto, podemos observar que o número de concluintes não acompanha o percentual de aumento dos ingressantes. Ainda, não há uma tendência de crescimento do número de concluintes na mesma proporção do crescimento do número de alunos ingressantes. Essa afirmação é validada pelo índice da taxa de sucesso na graduação que caiu, consideravelmente, no período analisado, conforme demonstrado na Tabela 14.

Tabela 14 – Taxa de Sucesso na Graduação.

Universidade Federal de Uberlândia	
Período analisado	Taxa de Sucesso na Graduação
2006	91,37%
2007	117,51%
2008	89,74%
2009	98,57%
2010	69,13%
2011	64,93%
2012	65,17%
2013	57,13%
2014	53,97%
2015	59,03%
2016	48,95%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados dos Relatórios de Gestão da UFU (2018).

A taxa de sucesso na graduação compreende a razão entre o número total de diplomados e o número total de ingressantes, tendo sido constatado que, de 2006 a 2017, o índice de sucesso na graduação reduziu de forma preocupante. Em um período de dez

anos, a taxa de sucesso na graduação decresceu em cerca de 60%. Essa Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) evidencia o impacto da evasão nos cursos de graduação, por isso é um dos indicadores de decisão que precisa ser analisado com excelência.

3.4.2 Evolução dos custos com alunos

Com esta pesquisa, busca-se evidenciar a importância de vincular a evasão escolar universitária com o desperdício do investimento público, pois, quando o aluno não conclui o curso no qual ingressou, comprometem-se os resultados econômicos e sociais. Assim, é importante se atentar para a problemática da evasão e seus custos para as instituições de ensino.

Prestes, Fialho e Pfeiffer (2016) afirmam que a sociedade custeia as atividades acadêmicas por meio dos encargos, assim, espera o retorno desse investimento com a formação de pessoas qualificadas para atuarem no mercado de trabalho. Portanto, é fundamental atentarmos aos índices de conclusão e os prejuízos consequentes da evasão universitária.

Para medir esses custos, inicialmente, analisaremos os custos com os alunos na Universidade Federal de Uberlândia. Sendo assim, as informações que se seguem propõem-se a demonstrar a evolução do custo com o aluno na referida Universidade.

Tabela 15 – Custo Corrente com aluno.

Universidade Federal de Uberlândia				
	Custo Corrente C/ HU	Custo Corrente S/ HU	Custo Corrente C/ HU Atualizado IGP-M (07/2018)	Custo Corrente S/ HU Atualizado IGP-M (07/2018)
2006	11657,95	9741,06	R\$23.432,64	R\$19.579,67
2007	12699,78	11689,90	R\$24.031,59	R\$22.120,61
2008	12688,48	12116,35	R\$21.460,02	R\$20.492,38
2009	14124,23	11762,51	R\$24.272,83	R\$20.214,15
2010	16045,20	12740,08	R\$25.005,56	R\$19.854,71
2011	15816,91	12086,69	R\$23.265,47	R\$17.778,60
2012	17618,39	14084,42	R\$24.230,05	R\$19.369,89
2013	19189,29	15319,71	R\$24.988,70	R\$19.949,65
2014	21617,50	17249,71	R\$27.158,33	R\$21.671,02
2015	19290,12	15519,69	R\$21.894,48	R\$17.615,01
2016	23009,21	18795,16	R\$24.375,89	R\$19.911,53

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados dos Relatórios de Gestão da UFU (2018).

Os dados apresentados na Tabela 15 foram obtidos nos Relatórios de Gestão da UFU apresentados ao Tribunal de Contas, conforme Decisão Plenária nº 408/2002.

Observa-se que, nos anos de 2011 e 2015, o custo do aluno teve uma redução quando comparado com o ano anterior. Para o ano de 2011, observa-se que o custo do aluno com hospital universitário reduziu 1%; já o custo do aluno sem o hospital universitário reduziu 5% em relação ao ano de 2010. No ano de 2015, o custo do aluno com hospital universitário reduziu 11% em relação a 2014 e, quando analisado o custo sem hospital universitário, verifica-se que a redução foi de 10%.

Na Tabela 15, também foi apresentado o custo corrente atualizado pelo IGP-M (Índice Geral de Preço de Mercado), tendo como referência o período de 07/2018.

Quando se fala de custos relacionados aos estudantes do ensino superior, há muitas comparações com estudantes de outros níveis de ensino. Assim, é necessário considerar a indivisibilidade entre ensino, pesquisa e extensão no ensino superior, o que o torna muito mais caro que outros níveis de ensino (AMARAL, 2004).

Com o desenvolvimento deste trabalho, é possível concluir que o cálculo do custo corrente do aluno equivalente é similar para todas as instituições federais de ensino, conforme orientações da Decisão Plenária nº 408/2002, que orienta o cálculo dos indicadores de desempenho.

Confirmando essa informação, podemos lograr do posicionamento de Miranda (2013) quando, naquela época, já afirmava que o cálculo do indicador do aluno equivalente é homogêneo e não permite levar em consideração características específicas de cada instituição. Nesse mesmo sentido, no que tange ao custo do aluno no sentido dos recursos aplicados ao ensino, Amaral (2004) assegura que não se devem utilizar modelos muito simplificados, pois o custo varia de instituição para instituição conforme as atividades de pesquisa e de extensão.

Tendo identificado a evolução dos custos com os alunos na Universidade Federal de Uberlândia, examinaremos o quanto se investe anualmente com os discentes da universidade.

Tabela 16 – Investimento anual com os alunos da graduação.

Ano Base	Número de ingressantes	Custo anual por aluno	Investimento Total Anual	Investimento Total Atualizado IGP-M(05/2018)
2006	2296	11657,95	26.766.653,20	R\$52.545.746,41
2007	2913	12699,78	36.994.459,14	R\$68.370.300,87
2008	2830	12688,48	35.908.398,40	R\$59.314.513,58

2009	4362	14124,23	61.609.891,26	R\$103.407.112,98
2010	4191	16045,2	67.245.433,20	R\$102.352.552,06
2011	4009	15816,91	63.409.992,19	R\$91.094.546,15
2012	5500	17618,39	96.901.145,00	R\$130.155.176,65
2013	5395	19189,29	103.526.219,55	R\$131.667.805,01
2014	5035	21617,5	108.844.112,50	R\$133.550.944,37
2015	2789	19290,12	53.800.144,68	R\$59.638.630,88
2016	5177	23009,21	119.118.680,17	R\$123.248.882,80
2017.1	3405	23010,25	78.349.901,25	R\$81.066.527,79
Total			852.475.030,54	R\$951.939.098,78

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados dos Relatórios de Gestão da UFU (2018), INEP/MEC (2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

Cabe esclarecer que, para este estudo, está sendo utilizado o custo anual por aluno com hospital universitário. Fialho (2014) justifica esse procedimento quando afirma que o estudante poderá utilizar os serviços do hospital universitário durante o curso.

Importa informar que, até o presente momento, o Relatório de Gestão referente ao ano de 2017 não foi divulgado, por isso o custo anual do aluno para o ano de 2017 foi atualizado pelo IGP-M com o objetivo de trazer o dado mais atualizado e com resultados mais próximos da realidade.

Para se chegar ao investimento total com alunos na Universidade Federal de Uberlândia, utilizou-se o número total de ingressantes por ano analisado multiplicado pelo respectivo custo anual do aluno equivalente.

Pela Tabela 16, é possível identificar que, no período analisado, o investimento com alunos foi de R\$ 852.475.030,54, devendo um investimento dessa magnitude ser muito bem aproveitado e gerar um retorno para toda sociedade. Sendo assim, é importante que a universidade se atente para a garantia de que seu aluno conclua o curso de graduação, dado que a evasão escolar reflete em recursos públicos investidos sem o devido retorno.

Dando continuidade, será explorado o prejuízo econômico causado pela evasão universitária no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia.

3.4.3 Prejuízos econômicos causados pela evasão

Para estimar o prejuízo econômico gerado pela evasão escolar universitária, faremos uso da fórmula de perda anual. Segundo Fialho (2014), pode-se compreender a fórmula de perda anual da seguinte maneira:

Quadro 7 – Fórmula da perda anual.

PERDA ANUAL	
PERDA ANUAL = NÚMERO DE EVADIDOS ANUAL X MÉDIA DE PERMANÊNCIA X GASTO DIRETO POR ALUNO	
Termos	Significado
Número de Evadidos	Número total de alunos que abandonaram o curso.
Média de Permanência	Média de permanência nos cursos de graduação.
Gasto Direto por aluno	Valor anual por aluno (Custo corrente do aluno equivalente).

Fonte: FIALHO (2014, p.74)

Inicialmente, calcularemos a média de permanência dos discentes na Universidade Federal de Uberlândia para os anos analisados.

Tabela 17 – Tempo de permanência do aluno na UFU.

Ano	Número de Evadidos	Média de Tempo do aluno na UFU
2006	1032	4,84
2007	1197	3,20
2008	829	4,52
2009	1346	3,64
2010	1968	3,24
2011	1446	2,46
2012	1650	1,79
2013	3144	2,73
2014	3301	3,34
2015	1244	2,04
2016	4122	2,88
2017	1061	1,88
Total Geral	22340	2,971105334

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados disponibilizados pela DIRAC.

Por meio da Tabela 17, é possível interpretar que, para os anos analisados, a média de permanência dos discentes evadidos na UFU foi de, aproximadamente, três anos. Isso significa que por três anos a Universidade Federal de Uberlândia investiu no aluno recursos financeiros, tecnológicos, institucionais e, ao final desse período, por algum motivo, o discente desistiu do curso escolhido, não gerando o retorno esperado pelo investimento feito nesse tempo.

É interessante notar que grande parte dos cursos ofertados na UFU tem um período de duração de cinco anos, logo, sendo a média de permanência do discente evadido superior à metade da duração do curso. Isso quer dizer que os resultados da média de permanência sugerem que os evadidos cursam mais da metade do curso e, mesmo assim, desistem de concluí-lo.

A Tabela 18, a seguir, estima o valor dos prejuízos financeiros causados pela evasão universitária na Universidade Federal de Uberlândia no período de 2006 a 2017/1.

Tabela 18 - Perda anual causada pela evasão universitária na UFU (com HU).

	Número de Evadidos	Média de Permanência	Custo Corrente por aluno com HU	Prejuízo Econômico	Prejuízo Econômico Atualizado IGP-M(05-2018)
2006	1032	2,97	R\$ 11.657,95	R\$ 35.732.083,07	R\$ 70.145.825,17
2007	1197	2,97	R\$ 12.699,78	R\$ 45.148.860,88	R\$ 83.440.636,08
2008	829	2,97	R\$ 12.688,48	R\$ 31.240.687,26	R\$ 51.604.255,59
2009	1346	2,97	R\$ 14.124,23	R\$ 56.463.304,33	R\$ 94.768.991,97
2010	1968	2,97	R\$ 16.045,20	R\$ 93.783.552,19	R\$ 142.745.543,46
2011	1446	2,97	R\$ 15.816,91	R\$ 67.927.618,02	R\$ 97.584.549,70
2012	1650	2,97	R\$ 17.618,39	R\$ 86.338.920,20	R\$ 115.968.262,40
2013	3144	2,97	R\$ 19.189,29	R\$ 179.183.449,45	R\$ 227.890.978,60
2014	3301	2,97	R\$ 21.617,50	R\$ 211.937.321,48	R\$ 260.045.571,42
2015	1244	2,97	R\$ 19.290,12	R\$ 71.270.820,56	R\$ 79.005.255,20
2016	4122	2,97	R\$ 23.009,21	R\$ 281.686.571,95	R\$ 291.453.491,95
2017	1061	2,97	R\$ 23.010,25	R\$ 72.502.209,49	R\$ 75.680.290,00
Total	22340			R\$ 1.233.222.398,88	R\$ 1.590.333.651,54

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Para mensurar o prejuízo ocasionado pela evasão universitária na Universidade Federal de Uberlândia, utilizamos a fórmula da perda anual, como proposto por Fialho (2014). O resultado indica que, no período analisado, a evasão universitária nos cursos de graduação da Universidade gerou um prejuízo de 1.233.222.398,88 (um bilhão, duzentos e trinta e três milhões, duzentos e vinte e dois mil, trezentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos). Atualizando esses valores para o ano de 2018, as perdas financeiras estimadas com a evasão universitária são no valor de 1.590.333.651,54 (um bilhão, quinhentos e noventa milhões, trezentos e trinta e três mil, seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta e quatro centavos).

Podemos compreender que a estimativa do prejuízo econômico gerado pelos alunos evadidos é muito alto. Por isso, é importante que haja uma preocupação com os

custos ocasionados pela evasão escolar universitária, pois é fato que a decisão de evadir gera perdas financeiras significativas para as instituições de ensino.

Dando continuidade, na Tabela 19, calcularemos a perda anual causada pela evasão universitária na UFU, considerando o custo corrente por aluno sem hospital universitário.

Tabela 19 - Perda anual causada pela evasão universitária na UFU (sem HU).

	Número de Evadidos	Média de Permanência	Custo Corrente por aluno sem HU	Prejuízo Econômico	Prejuízo Econômico Atualizado IGP-M(05-2018)
2006	1032	2,97	R\$ 9741,06	R\$ 29.856.738,54	R\$ 58.611.907,89
2007	1197	2,97	R\$ 11689,90	R\$ 41.558.646,59	R\$ 76.805.479,44
2008	829	2,97	R\$ 12116,35	R\$ 29.832.028,83	R\$ 49.277.393,53
2009	1346	2,97	R\$ 11762,51	R\$ 47.022.045,23	R\$ 78.922.618,50
2010	1968	2,97	R\$ 12740,08	R\$ 74.465.258,00	R\$ 113.341.662,52
2011	1446	2,97	R\$ 12086,69	R\$ 51.907.740,61	R\$ 74.570.456,63
2012	1650	2,97	R\$ 14084,42	R\$ 69.020.700,21	R\$ 92.706.865,62
2013	3144	2,97	R\$ 15319,71	R\$ 143.050.549,67	R\$ 181.936.054,10
2014	3301	2,97	R\$ 17249,71	R\$ 169.115.639,35	R\$ 207.503.674,97
2015	1244	2,97	R\$ 15519,69	R\$ 57.340.288,25	R\$ 63.562.957,05
2016	4122	2,97	R\$ 18795,16	R\$ 230.096.739,07	R\$ 238.074.884,52
2017	1061	2,97	R\$ 18796,01	R\$ 59.229.422,83	R\$ 61.825.700,59
Total	22340			R\$ 1.002.495.797,18	R\$ 1.297.139.655,36

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Na Tabela 19, é possível analisar o prejuízo econômico gerado pela evasão escolar universitária, considerando o custo corrente por aluno sem o hospital universitário. Os dados da tabela apontam que, de 2006 a 2017, o impacto financeiro no gasto público com a evasão universitária na Universidade Federal de Uberlândia é de R\$ 1.002.495.797,18 (um bilhão, dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e noventa e sete reais e dezoito centavos). Atualizando esse valor para 2018, de acordo com o IGP-M (05/2018), o prejuízo soma R\$ 1.297.139.655,36 (um bilhão, duzentos e noventa e sete milhões, cento e trinta e nove mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos).

Tendo estimado o prejuízo econômico, é possível interpretar que os valores são significativos e geram impacto no gasto público. Dentro dessa perspectiva, é importante ressaltar que o cálculo do prejuízo se deu em função dos custos calculados para cumprir determinações de órgãos fiscalizadores (TCU), como se os todos os cursos da

Universidade Federal de Uberlândia apresentassem os mesmos perfis quando, na verdade, os cursos são distintos e, portanto, custos diferentes.

Dessa forma, é importante que a UFU se preocupe em calcular os custos do aluno em relação à especificidade de cada curso, para, então, identificar com mais exatidão os custos da evasão e o impacto nos recursos públicos destinados ao ensino superior.

A seguir, estabeleceremos a relação entre o prejuízo econômico e o orçamento da Universidade Federal de Uberlândia.

Tabela 20 – Orçamento anual da Universidade Federal de Uberlândia.

Orçamento Universidade Federal de Uberlândia	
Ano Base	UFU
2006	372.946.711,00
2007	390.929.119,00
2008	439.705.558,29
2009	469.818.205,00
2010	529.491.809,00
2011	609.259.459,00
2012	722.760.399,00
2013	742.088.689,00
2014	799.027.131,00
2015	892.970.786,00
2016	961.160.891,00
2017	999.097.482,00

Fonte: Elaborada pela autora com base nos relatórios de Gestão da UFU (2006, 2007, 2008, 2009), PROPLAD (2018)

A tabela acima evidencia os orçamentos anuais da Universidade Federal de Uberlândia, sendo possível, por meio desses valores, estabelecer a relação entre o prejuízo econômico e o orçamento da UFU no período de 2006 a 2017. É possível também perceber que, no ano de 2006, o prejuízo econômico da UFU representa 9,58% do orçamento. Já em 2007, esse prejuízo equivale a 11,55% e, no ano de 2008, foi de 7,10%. Em 2009, o prejuízo contabilizado corresponde a 12,02%, enquanto que, no ano de 2010, os prejuízos econômicos gerados pela evasão representam 17,71% do orçamento, correspondendo, no ano seguinte, a 11,15%. No ano de 2012, observa-se um impacto de 11,95% e, em 2013, foi de 24,15%, enquanto que, no ano de 2014, os prejuízos econômicos somaram 26,52%. No ano seguinte, em 2015, os prejuízos foram de 7,98% e, em 2016, o índice foi de 29,31%, e, por fim, em 2017, a perda foi de 7,74%.

Com esses dados, é possível afirmar que, no período de, aproximadamente, uma década, o desperdício dos recursos públicos, em valores atualizados, na Universidade Federal de Uberlândia pode ser estimado em R\$ 1.595.347.699,36.

Além de prejuízos econômicos, a evasão escolar universitária gera prejuízos sociais. A Universidade Federal de Uberlândia tem a missão de “desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão de forma integrada, realizando a função de produzir e disseminar as ciências, as tecnologias, as inovações, as culturas e as artes, e de formar cidadãos críticos e comprometidos com a ética, a democracia e a transformação social” (UFU, 2018). Assim, quando, por algum motivo, deixa de formar cidadãos, a universidade compromete sua missão, causando, consequentemente, enormes prejuízos sociais.

Por conta da evasão, a sociedade deixa de contar com profissionais qualificados e preparados para o mercado de trabalho. E a universidade se frustra na sua missão de formar cidadãos críticos e comprometidos com a ética, a democracia e a transformação social.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo estimar o impacto financeiro da evasão universitária no investimento público. Os dados evidenciados demonstram que as perdas econômicas, em função da evasão escolar universitária, giram em torno de R\$ 1 bilhão de reais na Universidade Federal de Uberlândia.

Este estudo foi realizado em um cenário de instabilidade política e econômica, tendo ocorrido, inclusive, cortes de investimentos destinados à educação. Dessa forma, identificar as perdas financeiras da instituição é essencial para a gestão pública e para as decisões da gestão superior.

Em recente entrevista, o Pró-Reitor de Planejamento e Administração da Universidade Federal de Uberlândia, Andrade (2018), afirmou que a Universidade Federal de Uberlândia está interessada em identificar o motivo pelo qual ocorre a perda de alunos da instituição, pois a evasão universitária gera um prejuízo grande à universidade. O Pró-reitor de Planejamento e Administração afirma ainda que, se o aluno ali permanece por dois semestres e, então, se desliga, tudo o que foi investido é perdido, bem como toda a sociedade também perde com isso, pois o recurso é público. À vista disso, podemos afirmar que esta pesquisa vai ao encontro dos anseios da administração

superior, pois, além de apresentarmos os principais motivos pelos quais os discentes não permanecem na instituição, também apresentamos uma estimativa dos prejuízos oriundos da evasão escolar universitária na UFU.

Os dados desta pesquisa permitem identificar que, no período analisado, foram 22340 alunos evadidos na instituição, representando esse número de evadidos um enorme prejuízo econômico para a universidade, girando em torno de R\$ 1.233.222.398,88. Em valores atualizados, os prejuízos financeiros gerados pela evasão escolar universitária são estimados em R\$ 1.590.333.651,54. Analisando pela perspectiva dos custos sem considerar o hospital universitário, os prejuízos econômicos somam R\$ 1.002.495.797,18. Atualizando esse valor, de acordo com o IGP-M (05/2018), o prejuízo gira em torno de R\$ 1.297.139.655,36.

Um fator preocupante apontado neste estudo é que a taxa de concluintes da universidade não acompanhou o crescimento do número de vagas e ingressantes da instituição, sendo esse um fator que ocasionou uma redução significativa na taxa de sucesso na graduação, em aproximadamente, de 60%.

O custo por aluno na Universidade Federal de Uberlândia é evidenciado por meio de indicadores exigidos por órgãos de fiscalização, conforme Decisão Plenária nº 408/2002. Nesse sentido, cabe ressaltar que os cursos oferecidos pela instituição são bastante heterogêneos e, por isso, o cálculo do custo por aluno deveria ser calculado de acordo com a especificidade de cada curso de graduação.

Sendo assim, é importante que a Universidade Federal de Uberlândia se preocupe em apurar os custos do aluno de forma mais detalhada e de acordo com a natureza de cada curso de graduação, garantindo análises dos custos e de prejuízos econômicos mais eficientes. Essas análises possibilitam tomadas de decisões mais eficientes e que podem auxiliar no combate aos índices de evasão.

Outro ponto a ser sugerido é que, nos relatórios de gestão da UFU, fossem calculados os custos do aluno evadido, pois é importante que a sociedade compreenda os custos da evasão e passe a interpretar que esse fenômeno gera um desperdício significativo do dinheiro público, ou seja, dar transparência que os altos índices de evasão universitária geram um investimento deficiente do dinheiro público.

Ademais, a evasão escolar universitária gera, além de prejuízos econômicos, prejuízos sociais, por isso é imprescindível que as instituições de ensino superior se atentem para os índices de evasão universitária, bem como empreendam ações que podem

corrigir e minimizar os referidos índices. Com este estudo, e diante do alarmante prejuízo econômico causado pela evasão no ensino de graduação na Universidade Federal de Uberlândia, esperamos contribuir com a discussão dessa temática no âmbito da universidade.

Como limitação à pesquisa estudada, consideramos que o custo utilizado não leva em consideração as especificidades de cada curso, o que pode refletir nos custos da evasão. Sugerimos que novas pesquisas analisem cálculos mais apropriados para se calcular o custo do aluno e, conseqüentemente, os custos provenientes da evasão universitária.

Ao término das considerações desta pesquisa, espera-se que este estudo sirva de instrumento para despertar novos olhares e interesses para esse tema que é de significativa importância à educação superior.

4 CONCLUSÃO GERAL

Neste estudo, considera-se que os objetivos específicos propostos foram atingidos. Primeiramente, esperava-se mensurar a evasão universitária dos cursos da Universidade Federal de Uberlândia no período de 2006 a 2017 e identificar seus determinantes. Em primeiro momento, foram mensurados os dados da evasão, tais como, os cursos com maiores índices de evasão, o número de evadidos por *campus* fora de sede, as formas de evasão mais frequentes na universidade, dentre outro.

No período analisado, a Universidade Federal de Uberlândia contabilizou 22340 alunos evadidos. Os resultados da pesquisa revelam que os determinantes da evasão que mais influenciam em retardar ou acelerar a evasão escolar universitária foram os motivos institucionais, a opção por outro curso, o apoio de amigos, o descontentamento com o curso e a futura profissão, as salas de aula, o corpo docente, o transporte para a universidade e os problemas de ordem pessoal.

Em relação ao segundo objetivo, estimar o impacto da evasão universitária no gasto público da Universidade Federal de Uberlândia no período de 2006 a 2017, os resultados indicam que a evasão universitária nos cursos de graduação da UFU gerou um prejuízo econômico de R\$ 1.233.222.398,88 (um bilhão, duzentos e trinta e três milhões, duzentos e vinte e dois mil, trezentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos) quando considerado o custo corrente do aluno com hospital universitário. Considerando o custo corrente do aluno sem o hospital universitário, o prejuízo econômico gira em torno de R\$ 1.002.495.797,18 (um bilhão, dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e noventa e sete reais e dezoito centavos).

Outro ponto observado é que o número de concluintes da universidade não acompanhou o mesmo ritmo do número de ingressantes, gerando uma redução significativa nas taxas de sucesso na graduação.

A Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) representa a relação entre o número de diplomados e número total de alunos ingressantes. No período analisado, essa taxa reduziu significativamente. Em 2006, a taxa de sucesso na graduação era de 91,37%; já em 2016, estava em 48,95%.

Além dos prejuízos financeiros, existem os prejuízos sociais gerados pela evasão escolar universitária, sendo um deles o fato de a UFU deixar de formar profissionais qualificados para o mercado de trabalho.

Quanto às limitações da pesquisa, ressalta-se que não é possível generalizar os resultados desta pesquisa para todas as instituições de ensino superior, tendo em vista que esta foi uma pesquisa específica para a Universidade Federal de Uberlândia. Outra limitação encontrada no desenvolvimento deste trabalho se refere ao fato de o custo do aluno ser calculado de forma geral, sem analisar as particularidades de cada curso.

Por fim, é importante que os resultados desta pesquisa tenham aplicabilidade e seja útil para a Universidade Federal de Uberlândia. Para isso, apontamos uma série de ações que possam auxiliar a universidade na redução dos índices de evasão. Além disso, apresentamos algumas ações que, segundo Oliveira (2016), deram resultado positivo em instituições americanas.

5 APLICABILIDADE DA PESQUISA

O Programa de Pós Graduação em Gestão Organizacional tem os seguintes objetivos:

I - capacitar profissionais para atuarem em funções técnicas e gerenciais com base no desenvolvimento de senso crítico e de habilidades de **produção intelectual/tecnológica**; e

II - atuar com foco em problemas práticos na produção de **material intelectual/tecnológico**, no âmbito da gestão organizacional de modo a contribuir com o desenvolvimento das organizações em suas diversas funções (FAGEN, 2018).

Dessa maneira, buscamos propor algumas soluções intelectuais que possam contribuir para o desenvolvimento da Universidade Federal de Uberlândia e minimizar os índices de evasão na universidade.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a UFU demonstra estar preocupada com os altos índices de evasão na instituição. Anualmente, a UFU busca reduzir o número de vagas ociosas, oferecendo processos seletivos para o preenchimento dessas vagas.

Com a finalidade de combater a retenção e a evasão nos cursos de graduação da UFU, foi criado, no ano de 2015, o Programa Institucional de Graduação Assistida (PROSSIGA). De acordo com a diretora de ensino à época desta pesquisa, a intenção do PROSSIGA é reduzir em cerca de 40% a retenção e a evasão universitária.

Melo (2015) confirmou a necessidade de melhorar a qualidade do ensino por meio de práticas pedagógicas inovadoras que despertem mais interesse e uma nova maneira de aprendizagem dos alunos.

A Universidade Federal de Uberlândia, por meio da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE), oferece apoio psicológico e social aos discentes da universidade. A PROAE é um órgão da administração superior que tem por missão contribuir com o acesso, a permanência e a conclusão de curso da comunidade estudantil na Universidade Federal de Uberlândia por meio da implementação da Política de Assistência Estudantil voltada para a inclusão social, produção de conhecimentos, formação ampliada, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, garantindo o direito à educação aos discentes (UFU, 2018).

Embora esteja claro que a Universidade se preocupa com os índices de evasão, os números são preocupantes e necessitam de uma análise profunda por parte da gestão

superior. Por esse motivo, indicaremos possíveis ações que possam colaborar na redução de evadidos na Universidade Federal de Uberlândia.

Em primeiro momento, sugerimos que a Universidade Federal de Uberlândia, por meio de projetos de extensão, ofereça aos alunos do ensino médio orientação vocacional antes do ingresso na universidade, pois uma escolha mais objetiva pode evitar a evasão durante o curso de graduação.

Em seguida, sugere-se uma atenção especial aos alunos ingressantes. É importante que esses alunos recebam orientações suficientes e relevantes sobre o curso escolhido e as perspectivas futuras em relação ao curso no qual ingressarão. É importante, portanto, um foco especial nos alunos dos períodos iniciais, pois, segundo dados da pesquisa, é nesses períodos que ocorrem os maiores índices de desistência.

Essas sugestões corroboram o posicionamento de Veloso e Almeida (2013) quando eles afirmam que a universidade deve assumir um importante papel de acolhimento e informar aos discentes sobre o funcionamento institucional, bem como facilitar a integração dos novos alunos com a comunidade universitária.

Aconselhamos ainda que os programas de assistências social e psicológico sejam amplamente divulgados de maneira que todos os alunos tenham conhecimento e acesso a eles. Portanto, uma ampla divulgação das atividades ofertadas à comunidade discentes já é uma importante ação que pode colaborar na relação entre o aluno e a instituição.

Por fim, apontaremos algumas ações que, segundo Oliveira (2016), deram resultados positivos em instituições americanas, tais como:

1 – **Estabelecimento de grupo de trabalhos encarregados de reduzir a evasão institucional**, pois, com essa prática, o *Gateway Program* at *University Texas at Austin* e *Freshman Year College of City University of New York*, passou de uma evasão de 50% para 23%, em sete anos.

2 - **Recomendação institucional de avaliar as estatísticas da evasão, levantando os períodos críticos em que há maior ocorrência e incidência de planejamento, execução e avaliação** é uma estratégia que deu certo no *Risk Point Intervention Program* da *University of Texas at San Antonio*, reduzindo de 38% para 31% a taxa de evasão, em um ano.

3 - Dando continuidade às recomendações aos gestores acadêmicos na determinação das causas da evasão, **comparar as prioridades dos alunos, tais como, avaliação dos serviços educacionais, administrativos e comunitários**, que é uma prática que deu certo no *Student Satisfaction Inventory*, do *Huntington College*, Indiana, reduzindo taxas de evasão de 50% para 25%, em sete anos.

4 - O estudo elaborado pela empresa de consultoria Lobo e Filhos, realizado em IES americanas aponta para a **necessidade de criação de programa de aconselhamento e orientação dos alunos** a fim de torná-los proativos e de permanecerem efetivamente no curso escolhido, tendo como exemplo o *Summer Institute for Academic Achievement* e o *Tutorial Service*, da *University of Pennsylvania*, visto que alunos participantes do programa apresentaram taxa de evasão de 20%; já os alunos que não participaram do

programa de orientação apresentaram taxa de evasão de 69% (OLIVEIRA, 2016, p. 75).

Diante das estratégias apontadas, acredita-se que é possível colaborar na redução dos índices de evasão na Universidade Federal de Uberlândia, mesmo sabendo que esse processo é longo e exige um grande envolvimento da instituição e do discente. É fato que a UFU já tem consciência da importância desse fenômeno e vem adotando ações que buscam reduzir os altos indicadores de evasão escolar na universidade, ou seja, já está no caminho certo, sendo esse o momento de aprimorar as ações já desenvolvidas e potencializar novas estratégias para a instituição

Os resultados da pesquisa ainda apresentaram uma mensuração dos custos da evasão na UFU, revelando o quanto a evasão escolar universitária reflete nos gastos públicos.

A partir deste trabalho, emergiu um produto tecnológico que pode contribuir para o estudo da temática que trata da evasão na Universidade Federal de Uberlândia. Em suma, como produto tecnológico, construiu-se um planejamento de um workshop a ser realizado no segundo semestre de 2018 (Apêndice C).

6 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; WAISELFISZ, J. J. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam**. Brasília-DF: Flacso-Brasil, OEI, MEC, 2015.
- ALMEIDA, A.; BORBA, J.; FLORES, L. A utilização das informações de custos na gestão da saúde pública: um estudo preliminar em secretarias municipais de saúde do estado de Santa Catarina. **Revista de Administração Pública - RAP**, 43 (3), 579-607
- ALONSO, Marcos. Custos no serviço público. **Revista do Serviço Público**, v. 50, n. 1, p. 37, 1999.
- AMARAL, N. C. Evolução do custo do aluno das IFES: eficiência. **Avaliação**, v. 9, n. 2, p. 115-26, 2004.
- ANDRADE, D. A. 40% dos alunos abandonam curso antes do fim. **Diário de Uberlândia**, 2017. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/14981/40-dos-universitarios-da-ufu-abandonam-curso-antes-do-fim>. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.
- ANDRADE, D. A. Custo por aluno na UFU é de cerca R\$ 23 mil por ano. **G1 Triângulo Mineiro**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/custo-por-aluno-na-ufu-e-de-r-23-mil-por-ano.ghtml>. Acesso em: 20 de abril de 2018.
- ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- ANDRIOLA, W. B. Evasão discente na Universidade Federal do Ceará (UFC): proposta para identificar suas causas e implantar um Sistema de Orientação e Informação (SOI). Ensaio. **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 332-347, 2004.
- ANDRIOLA, W. Fatores associados à evasão discente na Universidade Federal do Ceará (UFC) de acordo com as opiniões de docentes e de coordenadores de cursos. **REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 7, n. 4, 2009
- ANHAIA, B. C. Políticas públicas e sociais para a equidade: um estudo sobre o Programa Universidade para Todos. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 17, n. 60, 2012.
- ARAÚJO, B. **Educação a distância no contexto brasileiro: experiências em formação inicial e formação continuada**. UFBA, ISP, PROGED, 2007.
- ASSIS, C. F. **Estudo dos fatores que influenciam a evasão de alunos nos cursos superiores de tecnologia de uma instituição de ensino superior privada**. 2013. 91 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2013.
- ASSUNÇÃO, R.M; SOARES, J. F; CALDEIRA, L.L. Evasão nos cursos de graduação da UFMG. **Avaliação Institucional: Belo Horizonte**. UFMG, 2000.

ASTIN, A. W. Student involvement: A developmental theory for higher education. **Journal of College Student Development**, 40(5), 518-529, 1999.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2004. 75 p.

AZEVEDO, C. B.; BURGOS, F. Qualidade na Gestão Pública? **Tradição e Inovação GVEXECUTIVO**, v.13, n.1, p. 43-45, 2014.
<https://doi.org/10.12660/gvexec.v13n1.2014.21423>

BAGGI, C. A. S. **Evasão e Avaliação Institucional no Ensino Superior: Uma Discussão Bibliográfica**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2010.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação**, Campinas, v.16, n.2, p. 355-374, 2011.
<https://doi.org/10.1590/S1414-40772011000200007>

BARBOSA FILHO, F. H.; PESSÔA, S. A. Educação e crescimento: O que a evidência empírica e teórica mostra? **Revista Economia**, v. 11, n. 2, p. 265-303, maio/ago. 2010.

BARBOSA, G. C.; FREIRE, F. S.; CRISOSTOMO, V. L. Análise dos indicadores de gestão das IFES e o desempenho discente no ENADE. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 317-344, 2011.

BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. Não havia outra saída: percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **Psico-USF**, Itatiba, v.14, n.1, p. 95-105, 2009.
<https://doi.org/10.1590/S1413-82712009000100010>

BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. Rotina acadêmica e relação com colegas e professores: impacto na evasão universitária. **Psico**, v. 43, n.2, 2012.

BARROS, A. S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.36, n.131, p. 361-390, 2015.
<https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201596208>

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, 2005.

BAILEY, K. *Methods of social research*. New York: The Free Press, 2008.

BERTOLIN, J. C. G. Uma proposta de indicadores de desempenho para a educação superior brasileira. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 471-490, set./dez. 2011. <https://doi.org/10.18222/ea225020111966>

BESSA LÉDA, D.; MANCEBO, D. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, 2009.

BIAZUS, C. A. **Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC: um estudo no curso de Ciências Contábeis**. 2003. 190 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Departamento de Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BIGGERI, L.; BINI, M. Evaluation at university and state level in Italy: need for a system of evaluation and indicators. **Tertiary Education and Management**, Países Baixos, v. 7, p. 149–162, 2001.

BITTENCOURT, I. M.; MERCADO, L. P. L. Evasão nos cursos na modalidade de educação a distância: estudo de caso do Curso Piloto de Administração da UFAL/UAB. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.22, n. 83, p. 465-504, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000200009>

BIZERRA, A. L. V.; ALVES, F. J. D. S.; RIBEIRO, C. D. M. D. A. Governança pública: uma proposta de conteúdo mínimo para os relatórios de gestão das entidades governamentais. In: **Encontro De Administração Pública E Governo**, 5., 2012. Salvador. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2012/2012_EnAPG495.pdf>. Acesso em: 2 março 2018.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. v. 01. trad. João Ferreira. Brasília: Editora Unb, 2004

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº. 70 de 29 de março de 2012. Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.pdf>. Acesso em: 22 agosto 2017.

BRASIL. **Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998**. Estabelece normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL, **Decreto nº 5800, de 08 de junho de 2006**. Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em 23.08.2018.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 25.04.2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 23.08.2017.

_____. **Decreto nº 6.425, de 04 de abril de 2008**. Dispõe sobre o censal anual da educação. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 04.04.2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6425.htm. Acesso em 24.06.2018.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Brasília, DF, 19.07.2010, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 23.08.2017.

_____. **Diretrizes Gerais do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** Documento Elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº. 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Plano de Desenvolvimento da Educação, ago. 2007c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 22 agosto 2017.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 22 jan 2018.

_____. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 15 jan 2018.

_____. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4320.htm. Acesso em: 22 mar 2018.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 22 agosto 2017.

_____. **Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992. Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L8436.htm. Acesso em: 22 agosto 2017.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei Darcy Ribeiro. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L.htm. Acesso em: 22 agosto 2017.

_____. **Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10180.htm. Acesso em: 22 fev 2018.

_____. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. **Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10260.htm>. Acesso em: 22 agosto 2017.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11096.htm>. Acesso em: 22 agosto 2017.

_____. Lei nº 12.527, de 12 de novembro de 2001. **Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 22 jan 2018.

_____. Ministério da Educação. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília, DF: 2014

_____. Ministério da Educação. **Relatório de Primeiro Ano.** Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. Brasília, DF: 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em 25 de agosto 2017.

_____. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. **Comissão especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras.** Brasília, DF: ANDIFES/ABRUEM, SESu, MEC. 1995.

_____. Ministério da Educação. **Resumo Técnico: Censo da Educação Superior.** Brasília-DF. 2009. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em: 7 agosto 2017.

_____. Tribunal de Contas da União - TCU; Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC; Secretaria Federal de Controle Interno – SFC. **Orientações para o cálculo dos indicadores de gestão:** decisão TCU nº 408/2002 – plenário. Versão revisada em janeiro de 2009.

BROIETTI, C.; CHIARELLI, L. Investimento Público por aluno no nível superior em Ciências Contábeis em um dos campi da UNESPAR-PR. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 17, n. 3, p. 59-69, 2016.

BRUNET, J. F. G.; BERTÊ, A. M. D. A.; BORGES, C. B. Qualidade do gasto público em educação nas redes públicas estaduais e municipais. 2009.

BRUM, D. V.; GAMENHA, D. E. S.; PEREIRA, M. B. S. Evasão e Permanência no Ensino Superior no Instituto Federal de Rondônia - Campus Porto Velho Zona Norte. **REVISTA EDUTEC**, v. 02, p. 51-65, 2017.

BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002. 298 p.

BUENO, J. L. O. A Evasão de alunos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n.5 p.9-16, 1993.

CABRAL, A. C. A. de; ROMERO, C. B. A.; PENHA, E. D. S.; PENHA, E. D.S.; ALVES, R. A. de; PARENTE, T. C. Reestruturação e expansão do ensino superior público: o programa Reuni na Universidade Federal do Ceará sob a visão dos alunos. **Revista do Serviço Público**, v. 62, n. 3, p. 297-319, 2011.

CABRERA, L.; BETHENCOURT, J. T.; PÉREZ, P. A.; AFONSO, M. G. El problema del abandono de los estudios universitarios. **Revista Electrónica de Investigación y Evaluación Educativa**, v.12, n. 2, p. 171-203, 2006.

CABRERA, A.; CASTAÑEDA, M.; NORA, A.; HENGSTLER, D. The convergence between two theories of college persistence. **The Journal of Higher Education**, 63(2), 143-64, 1992. <https://doi.org/10.2307/1982157>

CABRERA, A.; NORA, A.; CASTAÑEDA, M. College persistence: structural equations modeling test of an integrated model of student retention. **The Journal of Higher Education**, 64(2), 123-39, 1993. <https://doi.org/10.1080/00221546.1993.11778419>

CALMON, K. M.N.; GUSSO, D. A experiência de avaliação do Plano Plurianual (PPA) do governo federal do Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 25, jul./dez. 2002.

CARLOS, F. A.; LOPES, J. E. G.; PEDERNEIRAS, M. M. M.; MACÊDO, J. M. A.; AMARO, R. G.; RIBEIRO FILHO, J. F. Uma discussão sobre a criação de indicadores de transparência na gestão pública federal como suporte ao ciclo da política pública. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 13, n. 2, art. 2, p. 1-15, 2008.

CARVALHO, D. **Orçamento e contabilidade pública: teoria, prática e mais de 800 exercícios**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CASTRO, A. K. S. S.; TEIXEIRA, M. A. P. Evasão universitária: modelos teóricos internacionais e o panorama das pesquisas no Brasil. **Psicologia Argumento**, v. 32, 2014.

CISLAGHI, R. **Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação**. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Gestão do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

COELHO, M. L. **A Evasão nos Cursos de Formação Continuada de Professores Universitários na Modalidade de Educação a Distância Via Internet** – Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios**. Brasília. 2013. Disponível em:<

http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicipios.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017

COSTA, J. W. S. **Evasão em cursos gratuitos: uma análise de suas principais causas e identificação de perfil dos alunos evadidos no SENAC de Sete Lagoas**. 2010. 88 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2010.

COSTA, D. M.; BARBOSA, F. V.; GOTO, M. M. M. O novo fenômeno da expansão da educação superior no Brasil. **REUNA**, v. 16, n. 1, 2011.

CRUZ, C. F. et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-176, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000100008>

CUNHA, A. M.; TUNES, E.; SILVA, R. R. Evasão do curso de química da Universidade de Brasília: a interpretação do aluno evadido. **Química Nova**, v. 24, n. 01, p. 262-280, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0100-40422001000200019>

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. **Lopes, EMT et al**, v. 500, p. 151-204, 2000.

CUNHA, J. V. A.; NASCIMENTO, E. M.; DURSO, S. O. Razões e Influências para a Evasão Universitária: um Estudo com Estudantes Ingressantes nos Cursos de Ciências Contábeis de Instituições Públicas Federais da Região Sudeste. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 9, n. 2, p. 141-161, 2016. <https://doi.org/10.14392/ASAA.2016090202>

CULAU, A; FORTIS, M. Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. In: **XI Congresso Internacional del CLAD sobre reforma del estado y de la administración pública**, Ciudad de Guatemala, 2006.

DEMETRIOU, C.; SCHMITZ-SCIBORSKI, A. Integration, motivation, strengths and optimism: Retention theories past, present and future. In: HAYES, R. **Proceedings of the 7th National Symposium on student retention**. Norman, OK: The University of Oklahoma. 2011. p. 300-312.

DENZIN, N. The research act: a theoretical introduction to sociological methods. 2. ed. New York: Mc Graw-Hill, 1978.

DIAS, E. C.; THEÓPHILO, C. R.; LOPES, M. A. Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros–Unimontes–MG. In: **Congresso USP De Iniciação Científica Em Contabilidade**. 2010.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 20 ed., 2a. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007.

DONOSO, S.; SCHIEFELBEIN, E. Análisis de los modelos explicativos de retención de estudiantes en la universidad: una visión desde la desigualdad social. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Valdivia, v. 33, n. 1, p. 7-27, 2007. <https://doi.org/10.4067/S0718-07052007000100001>

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300014>

DUARTE, C. S. O ciclo das políticas públicas. **O Direito e as políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2013.

EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. São Paulo. **Anais eletrônicos São Paulo: Fórum da Educação Profissional do Estado de São Paulo**, 2011. Disponível em: www.cpscetec.com.br/feesp acesso em: 24 de agosto de 2017.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. Análise de dados – Modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FAVERO, R. V. M.; FRANCO, S. R. K. **Um estudo sobre a permanência e a evasão na Educação a Distância**. Novas tecnologias na Educação. Porto Alegre, 2006. Disponível em <http://www.cinted.ufrgs.br/renote/dez2006/artigosrenote/25103.pdf>. Acessado em: 01 outubro de 2017.

FERNANDES, M. B.; GRILLO, C. M.; **Educação superior: travessias e atravessamentos**. Canoas: Ed. ULBRA, 2001.

FERNANDES, J. L.; SILVA, C. A. T. Indicadores para a Gestão de Universidades Federais Brasileiras: um estudos dos gastos sobre a qualidade das atividades acadêmicas no período de 1996-2006. 2009. Finanças Públicas - XIV Prêmio Tesouro Nacional. Disponível em: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIV_Premio/qualidade/2qualidadeXIVPTN/Monografia_Tema4_Jose_Lucio.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

FIALHO, M. G. D. **A evasão escolar e a gestão universitária: o caso da Universidade Federal da Paraíba**. Dissertação (Mestrado Profissional). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014.

FIORAVANTE, D. G.; PINHEIRO, M. M. S.; VIEIRA, R. S. V.; SANTOS, J. C. Lei de responsabilidade fiscal e finanças públicas municipais: impactos sobre despesas com pessoal e endividamento. IPEA, 2006. (Texto para Discussão, n. 1223).

FIRPO, D. A. Metade dos calouros na faculdade em 2010 trocaram de turma, de instituição ou abandonaram o curso. **G1 SÃO PAULO**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/metade-dos-calouros-na-faculdade-em-2010-trocaram-de-turma-de-instituicao-ou-abandonaram-o-curso.ghtml>. Acesso em: 13 de julho de 2018.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.** ANDIFES. – UFU, MG, PROEX, 2012.

FÓRUM DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 31 de maio de 2011, São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: ANET – Associação Nacional de Educação Tecnológica; Centro Paula Souza; Conselho Regional de Química – IV Região; Instituto Federal – São Paulo; Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo; SENAC - O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; SENAI - O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; SINTEC - Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado de São Paulo; SINTESP - Sindicato dos Tecnólogos do Estado de São Paulo, 2011. Disponível em: < <http://temp.oitcinterfor.org/public/spanish/region/ampro/>. Acesso em 25 Julho 2017.

FREITAS, K. S. Alguns estudos sobre evasão e persistência de estudantes. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 247-264, 2009. <https://doi.org/10.5585/eccos.v11i1.1062>

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Rev. Planejamento de Políticas Públicas**, 2000.

FURTADO, V. V. A.; ALVES, T. W. Fatores determinantes da evasão universitária: uma análise com alunos da Unisinos. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 10, n. 2, p. 115-129, 2012.

GAIOSO, N. P. L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil.** 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GARTENKRAUT, M. Brasil: uma análise do Plano Plurianual – PPA 2000/2003. Relatório Técnico. Cooperação Técnica BID-IPEA. Brasília, IPEA, 2002.

GELINSKI, C.; SEIBEL, E. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, v. 42, n. 1 e 2, 2008.

GERIGK, W.; CLEMENTE, A. Influência da LRF sobre a gestão financeira: espaço de manobra dos municípios paranaenses extremamente pequenos. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 3, p. 513-537, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000300009>

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, R. A.; NASCIMENTO, J. G.; LEITE, L. B. Evasão em cursos a distância: um estudo aplicado na Universidade Corporativa da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. **Revista do Serviço Público**, v. 67, n. 4, p. 627, 2016. <https://doi.org/10.21874/rsp.v67i4.1231>

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E. Multivariate data analysis. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2009.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES [online]**, v.21, n. 55, p. 30-41, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>

HOTZA, M. A. S. **O abandono nos cursos de graduação da UFSC em 1997: a percepção dos alunos-abandono**. 2000. 86 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Estatísticas da Educação Superior**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 13 de julho de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2006**. Brasília: Inep, 2007. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2007**. Brasília: Inep, 2008. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2008**. Brasília: Inep, 2009. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2009**. Brasília: Inep, 2010. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2010**. Brasília: Inep, 2011. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2011**. Brasília: Inep, 2012. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2012**. Brasília: Inep, 2013. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2013**. Brasília: Inep, 2014. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2014**. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 07 de junho de 2018.

JICK, T. D. Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action. **Administrative Science Quarterly**. v. 24, n. 4, p. 602-611, 1979. <https://doi.org/10.2307/2392366>

JÚNIOR, S. D. D. S.; COSTA, F. J. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e Phrase Completion. **PMKT–Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, v. 15, p. 1-16, 2014.

KIPNIS, B. A pesquisa institucional e a educação superior brasileira: um estudo de caso longitudinal da evasão. **Linhas Críticas**, Brasília, v.6, n 11, p.109- 130, 2000.

KIRA, L. P. **A evasão no ensino superior: o caso do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (1992 – 1996)**. 2002. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2002.

KLEBA, M. E.; COMERLATTO, D.; FROZZA, K. M. Instrumentos e mecanismos de gestão: contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 49, n. p. 1059-1079, 2015.

KULLER, A, L, M. **Informações e causas da evasão SENAC São Paulo: Evasão na Educação Profissional**. Fórum da Educação Profissional do Estado de São Paulo. São Paulo: SENAC. 2011. Disponível em: <www.cpscetec.com.br/fepesp/>. Acesso em: 23 agosto 2017.

LEITE FILHO, G. A.; COLARES, A. F. V.; ANDRADE, I. C. F. Transparência da gestão fiscal pública: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado de Minas Gerais. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 26, n. 2, p. 114-136, 2015.

LEITE FILHO, G. A.; FIALHO, T. M. M. Relação entre indicadores de qualidade da gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, n. 67, p. 277-295, 2015. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v20n67.52080>

LOBO, M. B. C. M. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas soluções. **Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**. v. 25, p. 1-23, 2012.

LOPES, C. A. Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos: literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. **Caderno de Finanças Públicas**, Brasília, n. 8, p. 5-40, 2007.

MACGREGOR, K. South Africa: Student drop-out rates alarming. **University World News**, Londres, 3 ed., 2007.

MACHADO, N.; HOLANDA, Victor B. Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no governo federal do Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 791-820, jul./ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n4/v44n4a03.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.

MAGALHÃES, E. A.; SILVEIRA, S. F. R.; ABRANTES, L. A.; FERREIRA, M. A. M.; WAKIM, V. R. Custo do Ensino de Graduação em Instituições Federais de Ensino Superior: o caso da Universidade Federal de Viçosa. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 3, p. 637-666, maio/jun. 2010 <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000300005>

MAJZUB, R.; RAIS, M. M. Teachers and parents perception on effective strategies for dropout prevention. **Procedia Social and Behavioral Sciences**. v. 9, p.1036– 1041, 2010. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2010.12.282>

MALHOTRA, Naresh K. Integrating technology in marketing education: Perspective for the new millennium. **Marketing Education Review**, v. 12, n. 3, p. 1-5, 2002. <https://doi.org/10.1080/10528008.2002.11488794>

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing. Uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 págs.

MARÇOLA, C. Auditoria interna como instrumento de controle social na administração pública. **Revista do Serviço Público**, v. 62, n. 1, p. 75-87, 2011.

MARGIOTTA, U. O fenômeno do abandono escolar na Europa do novo milênio. **Cad. Cedes**, v. 34, n. 94, p. 349-366, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622014000300005>

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9.Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARTINS, C. B. N. **Evasão de Alunos nos cursos de Graduação em uma Instituição de Ensino Superior**. 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2007.

MARTINS, G. D. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009

MARQUES, L. T. Análise da relação entre os indicadores de desempenho e as variações das despesas públicas em universidades federais de ensino superior. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2016.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2006.

- MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.
- MELLO, G. N.D. Políticas públicas de educação. **Estudos avançados**, v. 5, n. 13, p. 7-47, 1991. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000300002>
- MELO, G. F. UFU lança programa para reduzir em 40% a retenção e evasão escolar. **Correio de Uberlândia**, 2015. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/ufu-lanca-programa-para-reduzir-em-40-a-retencao-e-evasao-escolar/>. Acesso em: 15 de maio de 2018.
- MELO, P. A.; MELO, M. B.; NUNES, R. S. A educação a distância como política de expansão e interiorização da educação superior no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, Santa Catarina, v. 11, n. 24, p. 278-304, maio/ ago 2009.
- MELO, D. V.; LEAL, E. A. O comportamento dos Gastos em uma Instituição de Ensino Público com a Utilização do Pregão Eletrônico entre 2008 e 2012. In: **XI Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade**. São Paulo: USP, 2014.
- MENEZES-FILHO, N. A. A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho. **Instituto Futuro Brasil**, p. 1-43, 2001.
- MENEZES-FILHO, N. A. **Os determinantes de desempenho escolar no Brasil**. São Paulo: Instituto Futuro Brasil, n.2, 2007. 30 p. (Texto para discussão)
- MINICUCCI, A. **Psicologia aplicada à administração**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- MIRANDA, N. S. **Desempenho de universidades públicas: lições da experiência da UnB no uso de indicadores**. 2013. 101 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- MOTA, Ronaldo. A Universidade Aberta do Brasil. In: LITTO, Frederic Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- NASCIMENTO, T. P. C.; ESPER, A. K. Evasão em cursos de educação continuada a distância: um estudo na Escola Nacional de Administração Pública. **Revista do Serviço Público**, v. 60, n. 2, p. 159-173, 2009.
- NEELY, A.; MILLS, J.; PLATTS, K.; GREGORY, M.; RICHARDS, H. Performance measument system design: should process based approaches be adopted? **International Journal Production Economics**. V. 46, p. 423-431, 1996. [https://doi.org/10.1016/S0925-5273\(96\)00080-1](https://doi.org/10.1016/S0925-5273(96)00080-1)
- NEVES, C. E. B. **Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão**. Trabalho apresentado no Congresso da LASA, São Francisco, Califórnia, 2012.
- NEVES, Y. P. D. C. **Evasão nos cursos a distância: curso de extensão TV na Escola e os desafios de hoje**. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, 2006.

OLIVEIRA, J. A. **Prejuízos da evasão nos cursos de engenharia: um estudo de caso**. 2016. 80 f., il. Tese (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção) - Universidade Paulista, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Z. D. R. B. B.; CARNIELLI, B. L. Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES): visão dos estudantes. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 4, n. 7, 2010.

PACHECO, A. S. V; MELO, P. A; NAKAYAMA, M. K; BENETTI, K. C; RISSI, M; NETO, L. M. Evasão: Análise da Realidade do Curso de Graduação em Administração a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina. In: **XXXII EnANPAD**, 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPO-A1134.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

PARES, A.; VALL, B. A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios. In: Giacomoni, James & Pagnussat, José Luiz (orgs.). **Planejamento e orçamento governamental**. Brasília, Enap. Vol. 1, 2006, p. 229-270.

PAREDES, A. S. **A Evasão do terceiro grau em Curitiba**. São Paulo: NUPES, 1994.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. Rio de Janeiro: Queiroz, 1996.

PAUL, J. J.; WOLYNEC, E. **O custo do ensino superior nas instituições federais**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo, 1990.

PAULO, L. F. A. O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica. **Revista do Serviço Público**, v. 61, n. 2, p. 171-187, 2014.

PEÑA, C. R.; ALBUQUERQUE, P. H. M.; DAHER, C. E. Dinâmica da produtividade e eficiência dos gastos na educação dos municípios Goianos. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, n. 6, p. 845-865, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552012000600006>

PEREIRA, J. T. V. **Diplomação, Retenção e Evasão dos Cursos de Graduação das Universidades Públicas Paulistas: relatório final**. São Paulo: UNICAMP, 1997. 171 p.

PEREIRA, J. T. V. **Estudos sobre diplomação, retenção e evasão: Universidades Públicas Paulistas – Responsável pela organização global: Universidade Estadual de Campinas**, 1997.

PEREIRA, T. I.; SILVA, L.F. S. C. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? **Revista debates**, v. 4, n. 2, p. 10, 2010

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS**. 2003. Lisboa: Ed. Sílabo, Ltda

PESSOA, M. N. M. Gestão das universidades federais brasileiras - um modelo fundamentado no balancedscorecard. [Tese de Doutorado em Engenharia de Produção, 304 fl. Universidade Federal de Santa Catarina] Florianópolis, 2000.

PLATT NETO, O.A.; CRUZ, F.; ROLIM ENSSLIN, S.; ENSSLIN, L. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./mar. 2007

POCHMANN, M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educação e Sociedade**, v. 87, n. 25, p. 383-399, maio/ago. 2004.

POLYDORO, S. A. J. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: concepções de saída e de retorno à instituição**. 2000. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

POLYDORO, S. A. J.; RICARDO, P.; SERPA, M. N. F.; ZARONI, M. M. H.; POMBAL, K. C. P. Desenvolvimento de uma escala de integração ao ensino superior. **Psico USF**, Bragança Paulista, v. 6, n. 1, p. 11-17, 2001. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712001000100003>

PRESTES, E. M. D. T., FIALHO, M. G. D., PFEIFFER, D. K. A evasão no ensino superior globalizado e suas repercussões na gestão universitária. **Paraíba**, v. 13, 2016.

QUILLICI NETO, A. 40% dos alunos abandoam curso antes do fim. **Diário de Uberlândia**, 2017. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/14981/40-dos-universitarios-da-ufu-abandonam-curso-antes-do-fim>. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

QUILLICI NETO, A. Programa que visa diminuir retenção e evasão abre inscrições. **Comunica UFU**, 2018. Disponível em: <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2018/01/programa-que-visa-diminuir-retencao-e-evasao-abre-inscricoes>. Acesso em: 12 de março de 2018.

RAJKUMAR, A. S.; SWAROOP, V. Public spending and outcomes: Does governance matter? **Journal of Development Economics**, v. 86, p. 96-111, 2008. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2007.08.003>

REA, L. M.; PARKER, R. A. **Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira, p. 57-75, 2000.

REIS, L. G.; RIBEIRO, P. A; SLOMSKI, V.; Custos no setor público: uma proposta de implementação de sistemas de custeio. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS**, 9, 2005. Florianópolis. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/1942/1942>. Acesso em 13.01.2018

REZENDE, A. J.; SLOMSKI, V.; CORRAR, L. J. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento. **Revista Universo Contábil**, v. 1, n. 1, p. 24-40, 2005.

REZENDE, F.; CUNHA, A.; BEVILACQUA, R. Informações de custos e qualidade do gasto público: lições da experiência internacional. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 44, n. 4, 2010.

RIBEIRO, M. A. O projeto profissional familiar como determinante da evasão universitária-um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 6, n. 2, 2005.

RISTOFF, D. I. Considerações sobre evasão. In: RISTOFF, D. I. **Universidade em Foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis: Insular, 1999. p. 119-129.

ROBBINS, S.; LAUVER, K.; LE, H.; DAVIS, D.; LANGLEY, R.; CARLSTRON, A. Do psychological and study skill factors predict college outcomes? A Meta-Analysis. *Psychological Bulletin*, 130(2), 261-288, (2004). <https://doi.org/10.1037/0033-2909.130.2.261>

ROCHA, A. S.; NOVAES, C. A. A Problemática do Turismo, Academia e Empregabilidade do Profissional no Mercado: O Ensaio. **Gestión Turística**, nº 8, p. 61-74, 2007.

RODRIGUES, S.M.Y.O. **Investigando a Evasão Acadêmica para Subsidiar Propostas de Políticas Públicas de Acesso e Permanência na UNESPAR/FECILCAM**. 97 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, 2012.

RUA, M. D. G. **Políticas públicas**. Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009

SACRAMENTO, A. R. S.; PINHO, J. A. G. Transparência na administração pública: o que mudou depois da lei de responsabilidade fiscal? Um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de salvador. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 1, n. 1, p. 48-61, 2008.

SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a coprodução do bem público. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 25, p. 83, 2009.

SAMPAIO, B. et al. Desempenho no vestibular, background familiar e evasão: evidências da UFPE. **Economia Aplicada**. Ribeirão Preto , v. 15, n. 2, p. 287-309, June 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502011000200006&lng=en&nrm=iso>. Access on 17 Julho 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502011000200006>.

SANTOS, G. A. L.; GALLI, L. C. L. A.; SACOMANO NETO, M.; GIULIANI, A. C.; CAMARGO, S. H. C. R. V. A evasão no ensino superior privado: um estudo de caso em uma instituição de ensino brasileira. **Revista Ciências Administrativas**, v. 17, n. 1, p. 180-194, 2011.

SAUBERLICH, K. C. H. C. Fatores que produzem evasão acadêmica no curso de Ciências Contábeis da Unemat de Tangará da serra/MT. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 1, n. 2, 2012.

SCHUCH, V. F. **Educação e universidade: raízes históricas e situação brasileira**. 1 ed. Santa Maria: Vitor Schuch Junior, 1998. 163 p.

SCHWARTZMAN, S. A revolução silenciosa do ensino superior. In: DURHAN, E.; SAMPAIO, H. **O ensino superior em transformação**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior – NUPES/USP, 2001. p. 13-30.

SGUISSARDI, V. Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil: 2002-2012. **Piracicaba (SP):[Sn]**, 2014.

SILVA, P. L et al. Modelo de avaliação de programas sociais prioritários: relatório final. **Programa de Apoio à Gestão Social no Brasil. Campinas, NEPP-UNICAMP**, 1999.

SILVA, L.M. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, C. M. D. da. **Eficiência na alocação de recursos públicos na educação básica em Minas Gerais**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, 2013.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4ª ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, V. C.; AMORIM, I. T. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, Orçamento Participativo e Programa de Metas: instrumentos complementares ou conflitantes? **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 3, n. 1, p. 431-452, 2012. <https://doi.org/10.15603/2177-7284/regs.v3n1p431-452>

SILVA FILHO, R. L. L.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 132, P. 641-659, 2007.

SOARES, V. Políticas públicas para igualdade. **Políticas públicas e igualdade de gênero**, n. 8, p. 113, 2004.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 2, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200010>

SOUZA, I. M. D. **Causas da Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUZA, C. T.; DA SILVA, C.; GESSINGER, R. M. Um estudo sobre evasão no ensino superior do Brasil nos últimos dez anos. In: **Congressos CLABES**. 2017.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. **Sociologias**, Porto Alegre, v.

8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, D. V.; ZIONI, F. Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das representações sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados. **Saúde e Sociedade**, v. 12, p. 76-85, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902003000200008>

SPADY, W. G. Dropouts from higher education: an interdisciplinary review and synthesis. **Interchange**, v. 1, n. 1, p. 64-85, 1970. <https://doi.org/10.1007/BF02214313>

SUSTAINABLEMEASURES. **Indicadores**. Disponível em: <http://www.sustainablemeasures.com/node/92> Acesso em: 15 jan. 2018.

THEÓPHILO, C. R.; MORAES, J. O. **Evasão no Ensino Superior: Estudo dos fatores causadores da evasão no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES**. Montes Claros: UNIMONTES, 2005.

TINTO, V. Dropout from higher education: A theoretical synthesis of recent research. **Review of Educational Research**, v.45, n.1, p. 89-125, 1975. <https://doi.org/10.3102/00346543045001089>

TINTO, V. Reconstructing the first year of college. **Planning for Higher Education**, Michigan, v.25, n.1, p. 1-6, 1996.

TINTO, V. Classrooms as communities: exploring the educational character of student persistence. **Journal of Higher Education**, Ohio, v.68, n.6, p. 600-622, 1997. <https://doi.org/10.1080/00221546.1997.11779003>

TINTO, V. Research and practice of student retention: what next? **Journal of College Student Retention**, v.8, n.1, p. 1-19, 2007. <https://doi.org/10.2190/4YNU-4TMB-22DJ-AN4W>

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. La educación superior em el siglo XXI: visión y acción. **Conferência Mundial sobre la Educación Superior**. Paris: Unesco, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. 2016. Disponível em: < <http://www.ufu.br/institucional> > Acessado em 28/09/2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. 2018. Disponível em: < <http://www.proae.ufu.br/institucional> > Acessado em 28/06/2018

VELOSO, T. C. M.; de ALMEIDA, E. P. Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato grosso, Campus Universitário de Cuiabá—um processo de exclusão. **Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, n. 13, 2013

VIEIRA, E. R.; FRIGO, L. P. **Evasão dos cursos de graduação da UFRGS em 1985, 1986 e 1987**. 1. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

VIGNOLI, F.H. et al. **A Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada para Municípios**. São Paulo: FGV/EAESP, 2002.

YEPES, F.L.; SALAZAR, M. B.; ARRUBLA, J.; MARIN, L. M.; MARTINEZ, M.; ROBON. C.; HOYOS, A. M. Factores causales de la deserción estudiantil en el pregrado de la Facultad de Odontología de la Universidad de Antioquia de 1997 a 2004. **Revista Facultad de Odontología Universidad de Antioquia**, Medellín, v. 19, n. 1, p. 35-48, 2007.

ZAMBERLAN, C. O.; POZZOBON, I. M. Evasão do Capital Intelectual das Universidades Públicas: Estudo na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.95-109, 2010.

ZANELA SACCOL, A. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 2, n. 2, 2009.

ZANELLI, J.C.; ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZILBER, M. A.; FISCHMANN, A. A. Competitividade e a Importância de Indicadores de Desempenho: utilização de um modelo de tendência. XXVI ENANPAD **Encontro Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração**, v.26. p. 2002, 2002.

WIDENFEL, B. M., TREFFERS, P.D.A.; et al. Translation and Cross-Cultural Adaptation of Assessment Instruments Used in Psychological Research With Children and Families. **Clinical Child and Family Psychology Review**, v.8, p.135 - 147, 2005.
<https://doi.org/10.1007/s10567-005-4752-1>

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “**Determinantes da Evasão Universitária e impacto no gasto público**”, sob a responsabilidade da pesquisadora **Bruna Borges de Oliveira** e orientação do **Prof. Dr. Vinícius Silva Pereira**, ambos da **Universidade Federal de Uberlândia**.

Nesta pesquisa nós estamos buscando **identificar os determinantes da evasão universitária e o impacto desta evasão no gasto público**. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora **Bruna Borges de Oliveira**, no momento em que você concordar em responder o questionário.

Na sua participação, você deverá informar dados demográficos (idade, sexo, local de residência, estado civil, data de ingresso na universidade, curso evadido, período da evasão), **bem como responder um questionário sobre uma pesquisa que estuda a evasão na Universidade Federal de Uberlândia, no qual você deverá manifestar sobre a escolha do curso de graduação e os motivos que o levou a evadir do referido curso.**

É importante destacar que ao responder o questionário você não precisa se identificar, e em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os **risks** consistem na possibilidade expor sua intimidade e/ou cansaço ao responder o questionário. Por outro lado, a pesquisa trará benefícios aos participantes, primeiramente na possibilidade de contribuir na identificação dos determinantes da evasão universitária na Universidade Federal de Uberlândia e ainda, colaborar no desenvolvimento de uma solução tecnológica que minimize o problema de evasão na Universidade Federal de Uberlândia proporcionando aos gestores da instituição um diagnóstico que auxilie na tomada de decisão. Com o intuito de **minimizar o risco** desta pesquisa você não precisa se identificar no questionário, o questionário será apresentado através da plataforma SurveyMonkey, uma forma mais dinâmica e prática, para evitar cansaço ao responder o questionário, e ainda, a pesquisadora garante sigilo absoluto das informações repassadas e reafirma que as informações obtidas somente terão finalidades acadêmicas.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação.

Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados, devendo o pesquisador responsável devolver-lhe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por você. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: **Bruna Borges de Oliveira, pelo telefone: 3810-1013, ou no endereço: Universidade Federal de Uberlândia – Campus Monte Carmelo, Rodovia LMG 746, KM 01, Bloco 1AMC, Térreo – Sala 1A103, Monte Carmelo-MG, CEP: 38500-000.**

Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, ____ de _____ de 2018.

Assinatura da pesquisadora

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO

Prezado (a) aluno (a),

O questionário a seguir é sobre uma pesquisa que estuda a **evasão na Universidade Federal de Uberlândia**, como parte da minha dissertação de mestrado, na Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Por esse motivo, a sua opinião é muito importante.

Fique à vontade para responder, pois não há necessidade de identificar-se e as suas informações serão mantidas em **sigilo**, conforme esclarecimentos no **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**.

É muito importante que você responda todas as questões, e não deixe nenhuma em branco. Se você quiser explicar alguma resposta assinalada que não tenha espaço previsto, escreva-me indicando a qual nº de questão se refere. Qualquer dúvida mande-me um e-mail (bruna@ufu.br). Agradecemos imensamente sua cooperação.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, CAAE: 82990517.3.0000.5152.

Bruna Borges de Oliveira

Aluna de Mestrado em Gestão Organizacional do PPGGO FAGEN/UFU

Dr. Vinicius Silva Pereira

Professor do PPGGO FAGEN/UFU (Orientador)

Declaro que li os detalhes descritos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar e que eu posso interromper minha participação a qualquer momento. Eu concordo que os dados coletados para este estudo sejam usados para os propósitos acima descritos. Para participar da pesquisa, é necessário que você concorde com o termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Você concorda em participar desta pesquisa e afirma ser um discente evadido da Universidade Federal de Uberlândia?

☐ SIM ☐ NÃO

QUESTIONÁRIO

01) Qual seu sexo?

☐ Masculino

☐ Prefiro não declarar

☐ Feminino

02) Qual a idade que você ingressou na Universidade Federal de Uberlândia?

☐ 16 a 21 anos.

☐ 34 a 39 anos.

☐ 22 a 27 anos.

☐ 40 anos ou mais.

☐ 28 a 33 anos.

03) Qual o curso escolhido na Universidade Federal de Uberlândia? _____

04) Município onde você morou durante o curso? (Cidade / Estado) _____

05) Com quem você morou durante o curso?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Com os pais. | <input type="checkbox"/> Com outros parentes. |
| <input type="checkbox"/> Com o cônjuge ou companheiro. | <input type="checkbox"/> Repúblicas, pensão, etc. |
| <input type="checkbox"/> Sozinho. | <input type="checkbox"/> Outros. |

06) Qual seu estado civil na época em que frequentava o curso?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Solteiro (a) | <input type="checkbox"/> Viúvo(a). |
| <input type="checkbox"/> Casado (a) | <input type="checkbox"/> União Estável. |
| <input type="checkbox"/> Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a). | <input type="checkbox"/> Outros. |

07) Meio de transporte que utilizava para chegar ao Campus?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> a pé ou bicicleta; | <input type="checkbox"/> carro/moto (próprio); |
| <input type="checkbox"/> ônibus; | <input type="checkbox"/> carro/moto (carona). |
| <input type="checkbox"/> linha de ônibus oferecida pela UFU (INTERCAMPI); | <input type="checkbox"/> Outros. |

08) Durante o período que frequentou o curso você exercia alguma atividade remunerada?

- ☐ SIM ☐ NÃO

09) Se sim, qual a jornada semanal de trabalho?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> sem jornada fixa, mas não excedia 10 horas. | <input type="checkbox"/> de 31 a 40 horas. |
| <input type="checkbox"/> de 11 a 20 horas. | <input type="checkbox"/> Mais de 40 horas semanais. |
| <input type="checkbox"/> de 21 a 30 horas. | <input type="checkbox"/> Não se aplica |

10) Sua atividade profissional se relacionava com o curso que você estudava?

- ☐ SIM ☐ NÃO ☐ Não se aplica

11) Em qual período você desistiu do curso?

- | | | |
|-------------------------------------|--------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> 1º período | <input type="checkbox"/> 6º período | <input type="checkbox"/> 11º período |
| <input type="checkbox"/> 2º período | <input type="checkbox"/> 7º período | <input type="checkbox"/> 12º período |
| <input type="checkbox"/> 3º período | <input type="checkbox"/> 8º período | <input type="checkbox"/> Eu cursava disciplina de vários períodos |
| <input type="checkbox"/> 4º período | <input type="checkbox"/> 9º período | |
| <input type="checkbox"/> 5º período | <input type="checkbox"/> 10º período | |

12) O curso que você frequentava era em qual período?

- ☐ Matutino
- ☐ Vespertino
- ☐ Noturno
- ☐ Integral

Para responder as próximas questões utilize a escala abaixo:

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Totalmente			Não discordo, nem concordo			Concordo Totalmente

Quanto mais próximo da esquerda você se posicionar (escalas 1 e 2), maior será sua Discordância com a frase.
Quanto mais próximo da direita você se posicionar (escalas 6 e 7), maior será a sua Concordância com a frase.

13) Antes do ingresso na Universidade Federal de Uberlândia, eu tinha informações suficientes sobre o curso escolhido.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

14) Ao ingressar na Universidade Federal de Uberlândia, eu recebi instruções sobre o curso e sobre a Universidade.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

15) Eu me frustrei com as expectativas do curso.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

16) Descobri que não tinha vocação pessoal para o curso escolhido.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

17) Desmotivei-me com os estudos e o curso escolhido.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

18) Eu falhei na escolha do curso.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

19) Tive um descontentamento com o curso e a futura profissão.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

20) O curso escolhido oferecia distintas possibilidades para inserção no mercado de trabalho.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

21) Eu tive dificuldades de interação social.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

22) Eu tive dificuldades de interação acadêmica (intelectual).

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

23) Eu tive o apoio familiar para continuar frequentando a universidade.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

24) Eu tive o apoio de amigos para continuar frequentando a universidade.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

25) Eu tive dificuldade de acesso e relacionamento com alguns professores.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

26) Eu tive problemas de ordem pessoal que comprometeram a continuidade dos meus estudos.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

27) Eu tive problemas familiares que comprometeram a continuidade dos meus estudos.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

28) Eu tive problemas financeiros que comprometeram a continuidade dos meus estudos.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

29) Eu tive problemas de saúde que comprometeram a continuidade dos meus estudos.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

30) Motivos próprios da instituição me influenciaram na desistência do curso.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

31) A localização da Universidade me influenciou na desistência do curso.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

32) A infraestrutura da Universidade me influenciou na desistência do curso.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

33) Requisitos didáticos pedagógicos me influenciaram na desistência do curso.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

34) Atitudes comportamentais dos professores e/ou corpo técnico me influenciaram na desistência do curso.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

35) Precariedades das condições físicas do curso me influenciaram na desistência do curso.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

36) A falta de assistência educacional me influenciou na desistência do curso.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

37) A dificuldade em algumas disciplinas me influenciou na desistência do curso.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

38) A dificuldade de aprendizagem me influenciou na desistência do curso.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

39) A qualidade do curso escolhido me influenciou na desistência do curso.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

40) A falta de tempo para o estudo me influenciou na desistência do curso.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

41) A dificuldade de conciliação com o trabalho me influenciou na desistência do curso.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7

42) Como você avalia os seguintes itens relacionados à ESTRUTURA do seu curso na Universidade Federal de Uberlândia.

A) Salas de aula

☐ Boa ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Não sei opinar

B) Biblioteca

☐ Boa ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Não sei opinar

C) Secretaria do curso

☐ Boa ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Não sei opinar

D) Restaurante Universitário

☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Não sei opinar

E) Espaços de convivência

☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Não sei opinar

F) Laboratórios de Ensino e Pesquisa

☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Não sei opinar

G) Segurança no Campus

☐ Boa ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Não sei opinar

H) Acesso à Universidade

☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Não sei opinar

I) Transporte para o Campus.

☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Não sei opinar

J) Corpo docente

☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Não sei opinar

K) Corpo administrativo

☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Não sei opinar

L) Hospitais universitário (Clínica, Câncer, Odontológico, Veterinário)

☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Não sei opinar ☐ Não se aplica

43) Dos fatores listados abaixo, indique a importância de cada fator, na sua decisão de interromper o curso.

A) Dificuldade financeira

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

B) Falta de perspectiva profissional

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

C) Frustração com o curso

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

D) Qualidade do curso

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

E) Falta de tempo

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

F) Dificuldade de aprendizagem

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

G) Reprovação ou notas baixas

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

H) Distância da sua residência ao Campus

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

I) Infraestrutura do Campus

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

J) Questões pessoais

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

K) Falta de integração

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

L) Relacionamento com os professores

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

M) Problemas familiares

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

N) Falta de vocação para o curso escolhido

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

O) Motivos institucionais

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

P) Incompatibilidade entre horário de trabalho e de estudo

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

Q) Opção por outro curso

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

R) Falta de assistência sócia educacional

☐ Alta Importância ☐ Média Importância ☐ Baixa Importância ☐ Nenhuma Importância

44) Você pretende retornar à Universidade Federal de Uberlândia?

☐ SIM ☐ NÃO

45) Após sua saída da Universidade Federal de Uberlândia você ingressou em outro curso de nível superior?

☐ SIM ☐ NÃO

46) Caso afirmativo no item acima, qual o curso que você ingressou?

☐ _____

APÊNDICE C

Workshop – Evasão na Universidade Federal de Uberlândia

VISÃO GERAL

Evento: Workshop - Evasão na Universidade Federal de Uberlândia.

Objetivo: Apresentar os resultados da pesquisa sobre evasão na Universidade Federal de Uberlândia e os impactos financeiros da evasão no gasto público.

Local: Uberlândia – Minas Gerais / Universidade Federal de Uberlândia.

Público: Gestores da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração e membros da comissão PROSSIGA (Programa Institucional de Graduação Assistida).

Data: Novembro/2018

PROGRAMAÇÃO

Manhã:

08h às 09h – Recepção e Café da Manhã

09h às 09h30 min – Mesa de Abertura

09h30 às 10h30min – Apresentação da Pesquisa

- 1 – Evasão Escolar Universitária
- 2 – Fatores Determinantes da Evasão Escolar Universitária
- 3 – Gestão de Custos na Administração Pública
- 4 - Prejuízos econômicos causados pela evasão
- 5 – Aplicabilidade da Pesquisa

10h30min às 11h – Apresentação de trabalhos científicos que conduzem sobre a temática da evasão escolar no ensino superior.

11h às 13h30min – Intervalo para almoço

Tarde:

13h30min às 14h30min – Palestra sobre Evasão Escolar no Ensino Superior

14h30min às 16h – Formação de grupo de trabalhos

16h às 17h – Apresentação dos resultados

17h - Encerramento